

# CIÊNCIAS SOCIAIS e POLÍTICAS



## Sociedade em Debate

v.1 | 2024

# CIÊNCIAS SOCIAIS e POLÍTICAS



## Sociedade em Debate

v.1 | 2024

**2024 – Editora Uniesmero**

[www.uniesmero.com.br](http://www.uniesmero.com.br)

uniesmero@gmail.com

**Organizador**

Jader Luís da Silveira

**Editor Chefe:** Jader Luís da Silveira

**Editoração e Arte:** Resiane Paula da Silveira

**Imagens, Arte e Capa:** Freepik/Uniesmero

**Revisão:** Respectiveos autores dos artigos

**Conselho Editorial**

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Me. Elaine Freitas Fernandes, Universidade Estácio de Sá, UNESA

Me. Laurinaldo Félix Nascimento, Universidade Estácio de Sá, UNESA

Ma. Jaciara Pinheiro de Souza, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Dra. Náyra de Oliveira Frederico Pinto, Universidade Federal do Ceará, UFC

Ma. Emile Ivana Fernandes Santos Costa, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Me. Rudvan Cicotti Alves de Jesus, Universidade Federal de Sergipe, UFS

Me. Heder Junior dos Santos, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP

Ma. Dayane Cristina Guarnieri, Universidade Estadual de Londrina, UEL

Me. Dirceu Manoel de Almeida Junior, Universidade de Brasília, UnB

Ma. Cinara Rejane Viana Oliveira, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Esp. Jader Luís da Silveira, Grupo MultiAtual Educacional

Esp. Resiane Paula da Silveira, Secretaria Municipal de Educação de Formiga, SMEF

Sr. Victor Matheus Marinho Dutra, Universidade do Estado do Pará, UEPA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S587c	Silveira, Jader Luís da Ciências Sociais e Políticas: Sociedade em Debate - Volume 1 / Jader Luís da Silveira (organizador). – Formiga (MG): Editora Uniesmero, 2024. 151 p. : il.
	Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5492-058-2 DOI: 10.5281/zenodo.10828311
	1. Ciências Sociais. 2. Ciências Políticas. 3. Sociedade em Debate. I. Silveira, Jader Luís da. II. Título.
	CDD: 300.7 CDU: 301

*Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.*

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Uniesmero  
CNPJ: 35.335.163/0001-00  
Telefone: +55 (37) 99855-6001  
[www.uniesmero.com.br](http://www.uniesmero.com.br)  
[uniesmero@gmail.com](mailto:uniesmero@gmail.com)  
Formiga - MG  
Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:  
<https://www.uniesmero.com.br/2024/03/ciencias-sociais-1.html>



**AUTORES**

**ADIVE CARDOSO FERREIRA JÚNIOR  
ALEXSANDRO VIEIRA  
ARIANE MIGUEL PEREIRA DE AZEVEDO  
BRUNA GIOVANNA OLIVEIRA COSTA  
BRUNO SANTOS DA COSTA  
CARLA RAFAELA PINHEIRO  
CARLOS SIQUEIRA MONTEIRO  
CLAUDICÉA ALVES DURANS  
GLAUCEJANE GALHARDO DA CRUZ DE CASTILHO  
ISABELA PINHO DE LUCENA  
ISADORA RIBEIRO E SILVA  
JEREMIAS CAMPOS SIMÕES  
JOÃO VÍTOR PEREIRA DE LIMA  
JOÁSLEY MARTINS NERI  
JULIANA RAMOS DUMONT  
MAGNO VASCONCELOS PEREIRA JUNIOR  
MARIA CRISTINA DADALTO  
NICLEIA SOUSA PAULISTA  
PAULO HENRIQUE SILVA PEREIRA JUNIOR  
PEDRO HENRIQUE ALMEIDA BEZERRA  
RAÍSSA LIBERAL COUTINHO  
SAMILLE GARDÊNIA DA ROCHA PEREIRA  
SILVANIR DESTEFANI SARTORI  
TÂMARA BEATRIZ BARBOSA BRASIL  
VERA PARACAMPO  
VIVIAN BRONI GUIMARÃES**

## **APRESENTAÇÃO**

No cenário atual, marcado por complexidades e dinâmicas em constante evolução, a compreensão das Ciências Sociais e Políticas torna-se essencial para a apreensão dos processos sociais, estruturas de poder, bem como para a identificação e proposição de soluções aos desafios enfrentados pela humanidade.

Partindo de uma base teórica sólida e fundamentada em evidências empíricas, os autores apresentam uma abordagem analítica que busca não apenas descrever, mas também questionar, problematizar e propor reflexões críticas sobre os fenômenos sociais e políticos abordados.

Diante das rápidas transformações e complexidades crescentes, compreender os fenômenos sociais e políticos não apenas enriquece nosso conhecimento acadêmico, mas também fornece insights cruciais para abordar os desafios e dilemas que enfrentamos enquanto comunidade global.

Ao destacar temas como identidade, globalização, desigualdade, justiça social, participação cívica e governança, este livro visa contribuir para um diálogo informado e enriquecedor sobre os desafios e possibilidades que enfrentamos como sociedade.

Reconhecemos que as questões sociais e políticas frequentemente provocam perspectivas diversas e até conflitantes. No entanto, é através da troca de ideias e da análise crítica que podemos avançar em direção a soluções mais justas e equitativas. Espera-se que a obra seja uma jornada intelectual que enriqueça nossa compreensão do mundo que habitamos e fortaleça nosso compromisso com a construção de um futuro melhor para todos.

## SUMÁRIO

<b>Capítulo 1</b> <b>A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA SAÚDE E O VÍNCULO COM A PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL</b> <i>Samille Gardênia da Rocha Pereira; Paulo Henrique Silva Pereira Junior</i>	<b>9</b>
<b>Capítulo 2</b> <b>ENTRONCAMENTO DE CLASSE, RAÇA E GÊNERO: ENTRE A COSUBSTANCIALIDADE, A INTERSECCIONALIDADE E A PERSPECTIVA DECOLONIAL</b> <i>Pedro Henrique Almeida Bezerra</i>	<b>23</b>
<b>Capítulo 3</b> <b>FINANCEIRIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: A FACE ILUSÓRIA DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL NO BRASIL</b> <i>Ariane Miguel Pereira de Azevedo; Joásley Martins Neri; João Vítor Pereira de Lima; Juliana Ramos Dumont; Raíssa Liberal Coutinho</i>	<b>36</b>
<b>Capítulo 4</b> <b>ACESSO AO TRANSPLANTE RENAL NO BRASIL: LIMITES E POSSIBILIDADES A PARTIR DA REGULAMENTAÇÃO DA LEI Nº 9.434/1997 NO CONTEXTO DO SUS</b> <i>Carla Rafaela Pinheiro; Glaucejane Galhardo da Cruz de Castilho; Isadora Ribeiro e Silva</i>	<b>50</b>
<b>Capítulo 5</b> <b>A MATERIALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NO BRASIL: UMA CONSTRUÇÃO COM BASES NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO</b> <i>Carlos Siqueira Monteiro; Vera Paracampo; Vivian Broni Guimarães</i>	<b>65</b>
<b>Capítulo 6</b> <b>MULHER NEGRA: O LUGAR SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MATEMÁTICA</b> <i>Bruna Giovanna Oliveira Costa; Claudicéa Alves Durans</i>	<b>77</b>
<b>Capítulo 7</b> <b>O TRABALHO DE ENTREGA DE COMIDA SUBORDINADO POR APLICATIVO: ANÁLISE DE TÉCNICAS PARA PRODUÇÃO DE DADOS</b> <i>Silvanir Destefani Sartori; Maria Cristina Dadalto; Jeremias Campos Simões</i>	<b>92</b>
<b>Capítulo 8</b> <b>POLÍTICAS PÚBLICAS NA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS</b> <i>Isabela Pinho de Lucena; Magno Vasconcelos Pereira Junior</i>	<b>109</b>
<b>Capítulo 9</b> <b>IPVA VERDE: A REALIDADE DA EVOLUÇÃO DA EFICIÊNCIA ECOLÓGICA DOS MEIOS DE TRANSPORTES E RETROCESSO FISCAL FANTASIADO DE VANTAGEM ECONÔMICA</b> <i>Alexsandro Vieira; Bruno Santos da Costa; Nicleia Sousa Paulista; Adiva Cardoso Ferreira Júnior</i>	<b>121</b>

**Capítulo 10**

**POLÍTICAS DE SAÚDE PARA A OBESIDADE E SERVIÇO SOCIAL: A EXPERIÊNCIA  
PROFISSIONAL NO SERVIÇO DE CIRURGIA BARIÁTRICA DO HOSPITAL  
UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO/EBSERH** **132**

*Tâmara Beatriz Barbosa Brasil*

---

**AUTORES**

**145**





**Capítulo 1**  
**A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA SAÚDE E O VÍNCULO**  
**COM A PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL**

*Samille Gardênia da Rocha Pereira*

*Paulo Henrique Silva Pereira Junior*

# A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA SAÚDE E O VÍNCULO COM A PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL

***Samille Gardênia da Rocha Pereira***

*Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí- UFPI (2019). Pós-Graduada em Projetos Sociais e Políticas Públicas pela Faculdade Venda Nova do Imigrante- FAVENI (2020). E- mail: samillegrocha@gmail.com.*

***Paulo Henrique Silva Pereira Junior***

*Bacharel em Ciências Econômica pela Universidade Federal do Piauí- UFPI (2017). Mestre em Gestão Pública- UFPI (2022). Especialista em Finanças Aplicadas pela Pontifca Universidade Católica de Minas- PUC Minas (2021). E-mail: paulo.jr.henrique@gmail.com.*

## **RESUMO**

O presente artigo traz reflexões sobre a trajetória da saúde, a partir dos anos de 1930, intimamente relacionada com a proteção social no Brasil, promovendo um resgate histórico até o desenvolvimento e institucionalização de um sistema público de saúde que garante o direito e o acesso à saúde para todos. O estudo foi construído por meio da investigação de caráter bibliográfico, com base no materialismo dialético, pois compreende-se que o caminho percorrido pela saúde e a proteção social, deve ser apreendido em sua totalidade, inserido na dinâmica social. Pretende-se com esta análise contribuir para a discussão da saúde, para a defesa e o fortalecimento do Sistema Único de Saúde-SUS.

**Palavras-chave:** Saúde. Proteção Social. SUS.

## **ABSTRACT**

This article brings reflections on the trajectory of health, from the 1930s onwards, closely related to social protection in Brazil, promoting a historical rescue until the development and institutionalization of a public health system that guarantees the right and access to health for all. The study was constructed through research of a bibliographical nature, based on dialectical materialism, as it is understood that the path taken by health and social protection must be apprehended in its entirety, inserted in the social dynamics. This analysis intends to contribute to the

discussion of health, to the defense and strengthening of the Unified Health System - SUS.

**Keywords:** Health. Social Protection. SUS.

## 1 INTRODUÇÃO

Para compreender a Saúde é necessário apresentar a política, pontuando os percalços históricos antecedentes à ação estatal que marcaram a trajetória da Saúde Pública no Brasil até chegar à formação atual. Nesse sentido, a discussão deste estudo originou-se na pesquisa de conclusão de curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Piauí- UFPI, no qual analisou o trabalho do assistente social na saúde à luz da legislação da categoria profissional. Portanto, necessariamente, percorreu-se pela formação da política de saúde para entender a conformação e a organização do Sistema Único de Saúde- SUS, espaço sócio- ocupacional consolidado para os/as Assistentes Sociais.

Desse modo, este estudo discorre especialmente sobre dois enfoques: breve histórico sobre a saúde no Brasil e a relação com a proteção social; e a implementação da saúde universal com a criação do SUS, tendo como referência o movimento da Reforma Sanitária. Dessa forma, no item intitulado “saúde e proteção social no Brasil”, busca-se discutir como era o trato a saúde antes do sistema de seguridade social; no item seguinte aborda-se sobre a instituição do SUS por meio dos seus princípios e da sua normatização; por fim o último item apresenta as considerações sobre o estudo. Compreende-se que ao abordar a formação da saúde e a proteção social no Brasil, aborda-se também o contexto histórico, político, social e econômico de cada época.

Assim, este artigo tem como finalidade contribuir para a discussão da trajetória histórica da saúde brasileira e a sua interface com a proteção social. Para isso, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, com base no método dialético, pois compreende-se que o objeto analisado, deve ser apreendido em sua essência e totalidade, inserido na dinâmica social. Para o desenvolvimento da discussão o artigo toma como referências bibliográficas os autores: Bravo (2009), Mito e Nogueira (2009), Sposati(2013), Escorel e Teixeira (2012), dentre outros, além de legislações oficiais que subsidiam o estudo da temática.

## **2 A SAÚDE E A PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL A PARTIR DOS ANOS DE 1930**

A trajetória histórica da saúde brasileira é marcada pelo o antes e depois da formação do Sistema Único de Saúde-SUS. A saúde ganha destaque e passa a ser uma questão notória e emergente, ao ser instaurado um novo modelo de produção, que aumenta e exige mais da classe trabalhadora assalariada. Desse modo, a saúde faz parte de mais uma expressão das necessidades sociais do Brasil.

Uma das primeiras tentativas de tornar a saúde mais universal, foi com a reforma Carlos Chagas em 1923, com a proposta de expandir o atendimento à saúde, nesta época também surgiram questões como a higiene e a saúde do trabalhador, resultando na formação das Caixas de Aposentadoria e Pensões- CAPs, conhecida como Lei Elói Chaves (BRAVO, 2009). O financiamento desse esquema previdenciário era por meio dos patrões e dos empregados e se organizavam por meio de empresas. Contudo, apenas as grandes empresas conseguiam manter e organizar esse serviço, que era administrado paritariamente entre um presidente nomeado pelo Presidente da República, os patrões e os empregados. Os benefícios eram proporcionais às contribuições e foram previstos: assistência médica-curativa e fornecimento de medicamentos; aposentadoria por tempo de serviço, velhice e invalidez, pensão para os dependentes e auxílio funeral.

Nesta perspectiva, Escorel e Teixeira (2012) inferem que a criação das CAPs, inicia-se a conformação de uma previdência social no país. Entretanto, segundo estes autores o acesso à assistência médica não era uma prioridade para o Estado, pois havia uma concepção de contenção dos gastos para subsidiar questões financeiras herdadas da estrutura produtiva do Brasil (SCOREL E TEIXEIRA, 2012).

Desse modo, a relação da previdência com a proteção social encontrava grandes limitações, desde ao público atendido até aos serviços ofertados. Para Bravo (2009), a partir da década de 1930, há uma intervenção estatal mais clara na área da saúde, pois nos períodos anteriores, essa área se organizava através da filantropia e caridade. Atribui-se ao desenvolvimento acelerado da sociedade, como a urbanização, a industrialização e a ampliação da classe trabalhadora, a necessidade de estruturar a saúde brasileira.

No Brasil, a intervenção estatal só vai ocorrer no Século XX, mais efetivamente na década de 30. No século XVIII, a assistência médica era pautada na filantropia e na prática liberal. No século XIX, em decorrência das transformações econômicas e políticas, algumas iniciativas surgiram no campo da saúde pública, como a vigilância do exercício profissional e a

realização de campanhas limitadas. Nos últimos anos do século, a questão saúde já aparece como reivindicação no nascente movimento operário. No início do século XX, surgem algumas iniciativas de organização do setor saúde, que serão aprofundadas a partir de 30 (BRAVO, 2009, p. 89).

Compreende-se que nesse período, o Estado brasileiro governado por Getúlio Vargas, começa a investir no campo da saúde, surgindo assim às primeiras instituições de saúde voltadas para os trabalhadores, proveniente da necessidade de manutenção da classe. Observa-se que o processo de desenvolvimento dos serviços de saúde tinha um público-alvo, desencadeando a ação estatal, tendo como base a privatização dos serviços prestados aos segurados da previdência. Escorel e Teixeira(2012), refletem também que nesse período havia nas ações de saúde instituídas pelo governo Vargas um caráter divisor, sendo identificadas distintamente a área de medicina previdenciária e a saúde pública, traduzidas respectivamente para quem tinha vínculo de trabalho e para quem não o tinha.

Na época, o cenário foi marcado pela grande expansão da economia capitalista, que refletiu fortemente os avanços na divisão do trabalho. Nessa via, as características socioeconômica e política possibilitaram o surgimento de políticas sociais que pudessem responder aos problemas sociais, inclusive os da área da saúde. Entretanto, sem o caráter e a concepção da atualidade.

Segundo Sposati (2013, p.652), “o trato da proteção social em sua forma de previdência social é, no caso brasileiro, um mosaico de respostas desiguais a partir do vínculo formal do trabalhador, e não só de sua remuneração”. Enfatiza-se aqui a gênese da seguridade social brasileira, contudo, observando seu caráter seletivo, pois os benefícios oferecidos eram apenas para os trabalhadores com vínculo formalizado. No que diz respeito à saúde, ofertava-se um serviço limitado, que restringia a questão e concepção curativa.

A política de saúde dessa época era para todo o território brasileiro, entretanto estruturava-se em saúde pública, que significou o estabelecimento de condições sanitárias básicas para a sociedade urbana; e a medicina previdenciária, relacionado ao trabalho, sendo que esta permaneceu por anos sem a devida atenção. Destaca-se ainda que nos anos 1930, a população rural não tinha o mesmo alcance dos serviços de saúde que a população urbana, revelando a desigualdade das populações a partir do seu território (BRAVO, 2009).

As CAPs por serem consideradas um sistema fragmentado, foi substituída pelo Instituto de Aposentadorias e Pensão-IAPs, parte da área da medicina previdenciária, procurou expandir os benefícios para categorias profissionais de trabalhadores urbanos,

com o objetivo de contemplá-los antecipadamente antes de suas reivindicações (BRAVO, 2009). De acordo com Baptista (2007, p. 36), esse primeiro modelo serviu de base para a constituição de um primeiro esboço de sistema de proteção social no Estado brasileiro, que se definiu a partir dos anos 30 no contexto do governo de Getúlio Vargas.

Conforme Behring e Boschetti (2011), o IAPs cristalizou-se por ajustes pontuais, pois os trabalhadores agora estavam dispostos por categorias profissionais, cobrindo riscos associados a perda da capacidade laborativa, tendo contribuição tripartite e com gestão entre empregados, empregadores e técnicos do governo. A parte de assistência médica era disposta por meio de serviços próprios, mas, principalmente, por meio da compra de serviços do setor privado.

Observa-se, desde essa época, uma tendência da saúde brasileira: a privatização e a mercantilização dos serviços de saúde. Caracterizando-se por apresentar seletividade no acesso, pois a assistência médica era somente pela via do trabalho formal. Desta forma, sedimenta a população trabalhadora, deixando de fora uma grande parte de trabalhadores sem vínculo formal e que ficava à margem do acesso à saúde.

Behring e Boschetti (2011), consideram que a CAPs, sucedida pelo IAPs, foram a gênese da previdência social brasileira. Segundo estas autoras, é necessário apreender essas primeiras iniciativas de política social no Brasil, na época já foram estrategicamente eleitas relacionando as primeiras categorias profissionais beneficiadas (marítimos e ferroviários) com a produção econômica do país. Outro marco importante foi a criação do Ministério da Saúde, em 1953, desmembrado do Ministério da Educação e Saúde.

Somente na década de 1960, no contexto da ditadura militar, há a unificação dos IAPs, passando a ser o Instituto Nacional de Previdência Social- INPS, esse novo sistema enfatiza a assistência, contudo, a tendência a compra de serviços no âmbito privado, estimulou a formação do paradigma da prática médica direcionada pelo lucro. Assim, incorpora o modelo assistencial hospitalocêntrico, curativista e médico- centrado. Essas características do modelo de assistência à saúde influenciam e permanecem na trajetória histórica da saúde brasileira.

No final da década seguinte, o regime autoritário vigente, cria o Sistema Nacional de Assistência e Previdência Social – SINPAS, e dentro dele, em 1977, o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social- INAMPS. A assistência à saúde desenvolvida pelo INAMPS beneficiava apenas os trabalhadores que tinham vínculo empregatício, juntamente com seus dependentes, enfatiza-se que não havia o caráter universal na saúde

e isto reforçava a lógica vigente da gênese da proteção social. Desta forma, o INAMPS dispensava aos Estados, através de suas Superintendências Regionais, recursos para a assistência à saúde de modo mais ou menos proporcional ao volume de recursos arrecadados e de beneficiários existentes (BRAVO, 2009).

O INAMPS pactua-se como um órgão muito importante nesse setor, pois passa a ser responsável pela assistência médica. Contudo, com as características aqui descritas, privilegiando o setor privado. A lógica do INAMPS permanece até a criação do sistema brasileiro de saúde pública. Em 1982, observa-se uma conduta diferente em relação aos serviços de saúde, pois foi implementado o Programa de Ações Integradas de Saúde (PAIS), que dava ênfase na atenção primária, pensando o ambulatório como forma de acesso aos outros serviços, intencionava a integração das instituições públicas de saúde de forma regionalizada e hierarquizada. Nota-se uma perspectiva diferente do que vinha sendo pensado em oferecer serviços de saúde mais integrativos.

Até aqui percebe-se que a proteção social existente aos cidadãos era de forma restrita, nem toda população tinha acesso ao sistema. Entende-se que a proteção social é uma forma de articulação entre Estado, economia e sociedade para proteger os cidadãos e para amenizar os efeitos e tensões causados pelas disputas de domínio que incidem na sociedade (SPOSATI, 2013). Nesta compreensão, a população que tinha assistência à saúde era os trabalhadores formais e as pessoas que podiam arcar financeiramente com os serviços de saúde, os que não se enquadravam nas duas formas citadas não tinham nenhum direito.

Esse modelo protetivo relacionando o trabalho com a previdência social e a saúde, guarda intrínseca relação com a ideia de cidadania regulada, pois para efeito de política de saúde e do alcance da proteção social da época, só se considerava trabalhador aquele que com uma ocupação formal. Conforme Santos (1981), o Estado vislumbrou a oportunidade na organização dos empregados e empregadores que se fragmentavam em categorias profissionais e buscavam organizar um fluxo de proteção e acesso a serviços, principalmente relacionados à saúde.

O resultado desta combinação reflete uma desmobilização dos trabalhadores e a concepção de que as conquistas sociais derivadas da gênese da proteção social foram concessões do Estado (SANTOS, 1981). Desta forma, a saúde guarda na sua trajetória histórica os traços da desigualdade no acesso aos serviços de saúde que eram voltados para a recuperação e não para prevenção, baixa cobertura, privilegiamento dos setores

privados e uma gestão centralizada.

Antes da consolidação de um sistema de saúde, a oferta de serviços de saúde ficava a cargo do Estado, com auxílio dos estados e municípios, realizando ações pontuais, principalmente de promoção e prevenção de doenças, a exemplo das campanhas de vacinação. As escassas ações de saúde eram de caráter universal, ou seja, sem nenhum tipo de discriminação com relação à população beneficiária. Contudo na área de assistência à saúde, alguns serviços eram destinados à parcelada população definida como indigente, por alguns municípios e estados e, principalmente, por instituições de caráter filantrópico.

Ressalta-se que antes da formação da Política de Saúde brasileira, predominava-se a desigualdade no acesso aos serviços de saúde, a multiplicidade e descoordenação entre as instituições atuantes no campo da saúde, desorganização nas ações curativas e preventivas, falta de integralidade da atenção, escassez de recursos financeiros e a gestão era centralizada e pouco participativa, esse era o cenário no campo da saúde que durou por um longo período (CRUZ, 2011).

Todavia, na década de 1980, com a reabertura política, o movimento pela Reforma Sanitária emerge com mais visibilidade, fazendo pressão sobre o Estado brasileiro. Nesse contexto, propiciou-se a reestruturação político-institucional que culminou com a consolidação do Sistema Único de Saúde- SUS, pois se buscava uma mudança não apenas na parte administrativa, mas em toda a estrutura vigente no campo da saúde brasileira. Desse modo, a saúde passa a fazer parte de um sistema de seguridade social, prevista como direito de todos e dever do Estado (BRASIL, 1988).

## **2.2 A materialização do Sistema Único de Saúde- SUS**

O marco da luta por uma Política de Saúde contrária ao modelo até então predominante, foi a 8ª Conferência Nacional de Saúde cujo lema era “Saúde, Direito de Todos, Dever do Estado”, onde houve formulações e propostas por mudanças no setor de saúde. As conferências de saúde têm como principal objetivo propiciar a articulação do governo federal com os governos estaduais, fornecendo informações para a formulação de políticas (BRAVO, 2009).

Assim, a referida conferência ocorreu em março de 1986, promovida pelo Ministério da Saúde, contou com a participação de diferentes setores organizados da



sociedade, incluindo a participação, pela primeira vez, das entidades da sociedade civil organizada de todo país com representações sindicais, associações de profissionais de saúde, de movimentos populares em saúde, do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde-CEBES, da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva-ABRASCO. Também traz como desdobramento a consagração da concepção ampliada de saúde e o princípio da universalidade, colocando-a como dever do Estado (CRUZ, 2011).

O movimento da Reforma Sanitária nasceu no contexto da luta contra a ditadura, no início da década de 1970, ensejado pelo desejo de mudança que pairava sobre a população brasileira. Mudança não apenas das condições de saúde, como também de vida. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que a década de 1980 foi marcada pela politização da questão da saúde, na medida em que esta deixou de ser uma preocupação exclusiva dos técnicos e passou a ser de interesse de diversos sujeitos sociais (BRAVO E MATOS, 2009).

Por meio do Movimento de Reforma Sanitária brasileira, há impulsionamento e consolidação do trato à saúde dispensado, traduzido no Projeto de Reforma Sanitária, tendo como premissa básica a saúde como direito de todos e dever do Estado, e a construção de um novo sistema – o Sistema Único de Saúde-SUS. Trouxe também como princípios a democratização do acesso, a universalização das ações e a descentralização através do controle social da sociedade (BAPTISTA, 2007).

O relatório da 8ª Conferência de saúde, importante evento, influenciou os constituintes na formulação da Carta Magna de 1988, e posteriormente na formulação das Leis Orgânicas da Saúde em 1990. Paim (2009, p. 40) infere que

Foram sistematizados e debatidos por quase cinco mil participantes diversos, gerando assim o relatório final do evento inspirou o capítulo “Saúde” da constituição, desdobrando-se, posteriormente, nas leis orgânicas da saúde (8.080/90 e 8.142/90), que permitiram a implementação do SUS.

Entende-se que a 8ª Conferência Nacional de Saúde pode representar modificações nas bases de organizações deliberadas e de representação da saúde no Brasil, pois queria colocar a saúde como direito, fazendo com que o Estado reformulasse o sistema nacional de saúde e financiassem o setor.

A Constituição Federal de 1988, ratifica o conceito ampliado de saúde, pois para se ter saúde é preciso ter acesso a um conjunto de fatores, como alimentação, moradia, emprego, lazer, educação etc (BRASIL, 1998). Ainda sobre a constituição, a saúde é contemplada como parte do tripé da Seguridade Social definida, no artigo 194, caput,

como um “conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes público e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988). Sendo assim, o sistema de Seguridade Social, em seu conjunto, visa a garantir uma estabilidade quanto aos direitos sociais do cidadão.

Nogueira e Miotto (2009) corroboram com a compreensão ampliada de saúde, e enfatizam não ser possível compreender a saúde por uma visão limitada.

Não é possível compreender ou definir as necessidades de saúde sem levar em conta que elas são produtos das relações sociais e destas com o meio físico, social e cultural. Dentre os diversos fatores determinantes das condições de saúde incluem-se os condicionantes biológicos (idade, sexo, características herdadas pela herança genética), o meio físico (que inclui condições geográficas, características da ocupação humana, disponibilidade e qualidade de alimento, condições de habitação), assim como os meios socioeconômico e cultural, que expressam os níveis de ocupação, renda, acesso à educação formal e ao lazer, os graus de liberdade, hábitos e formas de relacionamentos interpessoais, a possibilidade de acesso aos serviços voltados para a promoção e recuperação da saúde e a qualidade de atenção pelo sistema prestado (NOGUEIRA E MIOTTO, 2009, p.12).

A Constituição Cidadã, como ficou conhecida, estabelece no Artigo 196 que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988). Com este artigo percebe-se a universalidade da cobertura de saúde, fazendo parte das ações definidas na Constituição como sendo de relevância pública, atribuindo ao poder público a sua regulamentação, a fiscalização e o controle das ações e dos serviços de saúde. É importante salientar ainda que com essa concepção, foi rompido o caráter seletivo do acesso à saúde.

A criação do Sistema Único de Saúde - SUS se instituiu pela Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes” (BRASIL, 1990). A primeira lei orgânica do SUS detalha os objetivos e atribuições; os princípios e diretrizes; a organização, direção e gestão, a competência e atribuições de cada nível sendo o federal, o estadual e o municipal; a participação complementar do sistema privado; recursos humanos; financiamento e gestão financeira e planejamento e orçamento. Destaca-se ainda que a LOS reafirma o caráter universal, proposto na CF, rompendo com a relação regulatória atrelada ao trabalho com vínculo formal, portanto, a

proteção social alcança todos os cidadãos.

Logo em seguida tem-se a Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990. A segunda lei orgânica da saúde dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros. Institui os Conselhos de Saúde e confere legitimidade aos organismos de representação de governos estaduais (CONASS - Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde) e municipais (CONASEMS - Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde). Finalmente estava criado o arcabouço jurídico do Sistema Único de Saúde, contudo novas lutas e aprimoramentos ainda seriam necessários (BRASIL, 1990).

Compreende-se que as leis orgânicas da saúde foram imprescindíveis para a estruturar e operacionalizar o sistema de saúde, pois simplificadamente a primeira – Lei nº 8.080-, definiu os objetivos e atribuições do SUS, e em sequência a segunda – Lei nº 8.142-, definiu as regras gerais para a participação popular e o financiamento. No ano seguinte tem-se a criação da Comissão Intergestores Tripartite- CIT e da Comissão de Intergestores Bipartite- CIB, para o acompanhamento da implantação e operacionalização do SUS que foi recentemente criado. Essas comissões tiveram um notório papel, pois impulsionaram o fortalecimento da ideia da gestão colegiada do SUS, compartilhada entre os vários níveis de governo (BRASIL, 1990).

Sobre os princípios doutrinários do SUS tem-se: a universalidade, a integralidade e a equidade. O primeiro é entendido como abrangência de cobertura dos serviços a toda a população. A integralidade compreendida como a oferta de serviços e atendimentos em sua totalidade para a sociedade, e o último princípio como a necessidade de se tratar desigualmente os desiguais, para o alcance a igualdade de oportunidades de sobrevivência, de desenvolvimento pessoal e social da sociedade. Nesta esteira de compreensão, a proteção social guia-se a luz dos princípios doutrinários, associando-se e incorporando estes preceitos, e desvinculando-se da filantropia e das concepções historicamente delegadas.

Nos princípios organizativos do SUS tem-se a descentralização, com direção única em cada esfera de governo; o atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; participação da comunidade dentre outros princípios (Lei nº 8.080 de 1990). Este último regulamentado pela Lei nº 8.142 de 1990 que discorre sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras

providências (BRASIL, 1990).

O Decreto nº 7.508 de 2011, regulamenta a primeira Lei Orgânica do SUS, como objetivo de enfrentar parte significativa dos obstáculos da gestão e organização do Sistema. Observa-se que houve avanços sobre aspectos importantes da saúde como planejamento, assistência à saúde e a articulação entre as federações, sem contudo, avançar na luta do financiamento. A nova regulamentação cria as Regiões de Saúde, que reitera a regionalização com princípio organizativo do SUS. Cada região deve oferecer serviços de atenção primária, urgência e emergência, atenção psicossocial, atenção ambulatorial especializada e hospitalar e, por fim, vigilância em saúde. Em relação à hierarquização, estabelece que as portas de entrada do SUS, pelas quais os pacientes podem ter acesso aos serviços de saúde, são: de atenção primária; de atenção de urgência e emergência; de atenção psicossocial e, ainda, especiais de acesso aberto (BRASIL, 2011).

O SUS é um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, sendo o único a garantir assistência integral e completamente gratuita para a totalidade da população, representa uma conquista da sociedade Brasileira. A criação do SUS segue o firme propósito de promover a justiça social e superar as desigualdades históricas na assistência à saúde da população, tornando obrigatória e gratuita o atendimento a todos os indivíduos. Abrangendo serviços considerados simples até os mais complexos, também garantindo acesso integral, universal e igualitário.

### **3 CONCLUSÃO**

A partir dos anos de 1930, a saúde e a proteção social brasileira, galgaram espaço e formaram uma relação íntima de constituição e consolidação, determinada pela implementação tardia do capitalismo no Brasil. Ao longo do percurso da proteção social, nota-se avanços conquistados por meio da promulgação da Constituição Federal de 1988, com a instituição da Seguridade Social e assim universalização do acesso à saúde.

O reconhecimento constitucional da saúde como direito de cidadania, foi uma conquista social expressiva, pois outrora destinava-se a um seleto grupo de trabalhadores formalizados, essa nova lógica universal, logrou transformações sociais e também políticas, econômicas e sobretudo organizacionais no sistema de saúde brasileiro. No entanto, atualmente, balizada pelos ideais neoliberais, há um resgate dos traços iniciais da proteção social, com tendências que assumem características repaginadas que

impactam diretamente na estabilidade dos direitos sociais conquistados por meio de lutas coletivas.

Nesta perspectiva, é necessário que se mantenha firme os princípios adotados pelo SUS no cotidiano de seus planos, programas, projetos e na gestão de seus recursos. À guisa de conclusão, entende-se que a garantia do direito à saúde e o fortalecimento do SUS, devem ocupar prioridade na agenda social, para que não se retraia a consolidação e a oferta das ações e serviços do setor saúde. Além disso, a retomada do engajamento social tal como no Movimento de Reforma Sanitária, faz-se necessário e urgente para caminhar na direção de combater e superar as ameaças oriundas da ordem capitalista vigente.

## REFERÊNCIAS

Baptista, T. W. F. História das políticas de saúde no Brasil: a trajetória do direito à saúde. In: Matta, Gustavo Correa; Pontes, Ana Lucia de Moura (Org.). **Políticas desaúde: a organização e a operacionalização do Sistema Único de Saúde**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2007. v. 3

BRASIL, Constituição Federal do. **Constituição Federal**. Presidência da República, v. 1, 1988.

BRASIL, República Federativa do. **Lei no 8.080 de 19 de setembro de 1990**. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm). Acesso em: 12/maio/2023

BRASIL, República Federativa do. **Lei no 8.142 de 28 de dezembro de 1990**. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8142.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm). Acesso em: 12/maio/2023

BRASIL, República Federativa do. **Decreto nº 7.508 de 21 de junho de 2011**. Brasília: Presidência da República, 2011. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7508.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7508.htm). Acesso em: 22/abr/2023

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRAVO, Maria Inês Souza et al. Política de saúde no Brasil. **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**, v. 3, p. 1-24, 2009.

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. Projeto ético-político do Serviço Social e sua relação com a reforma sanitária: elementos para o debate. **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**, v. 4, p. 197-217, 2009.

CRUZ, M. M. Histórico do sistema de saúde, proteção social e direito à saúde. In: Gondim R, Grabois V, Mendes Junior WV, organizadores. **Qualificação dos Gestores do SUS**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz/ENSP/EAD; 2011. p.35-46.

Disponível em: <http://www.saude.mt.gov.br/arquivo/2164>. Acesso em: 27/abr/2023.

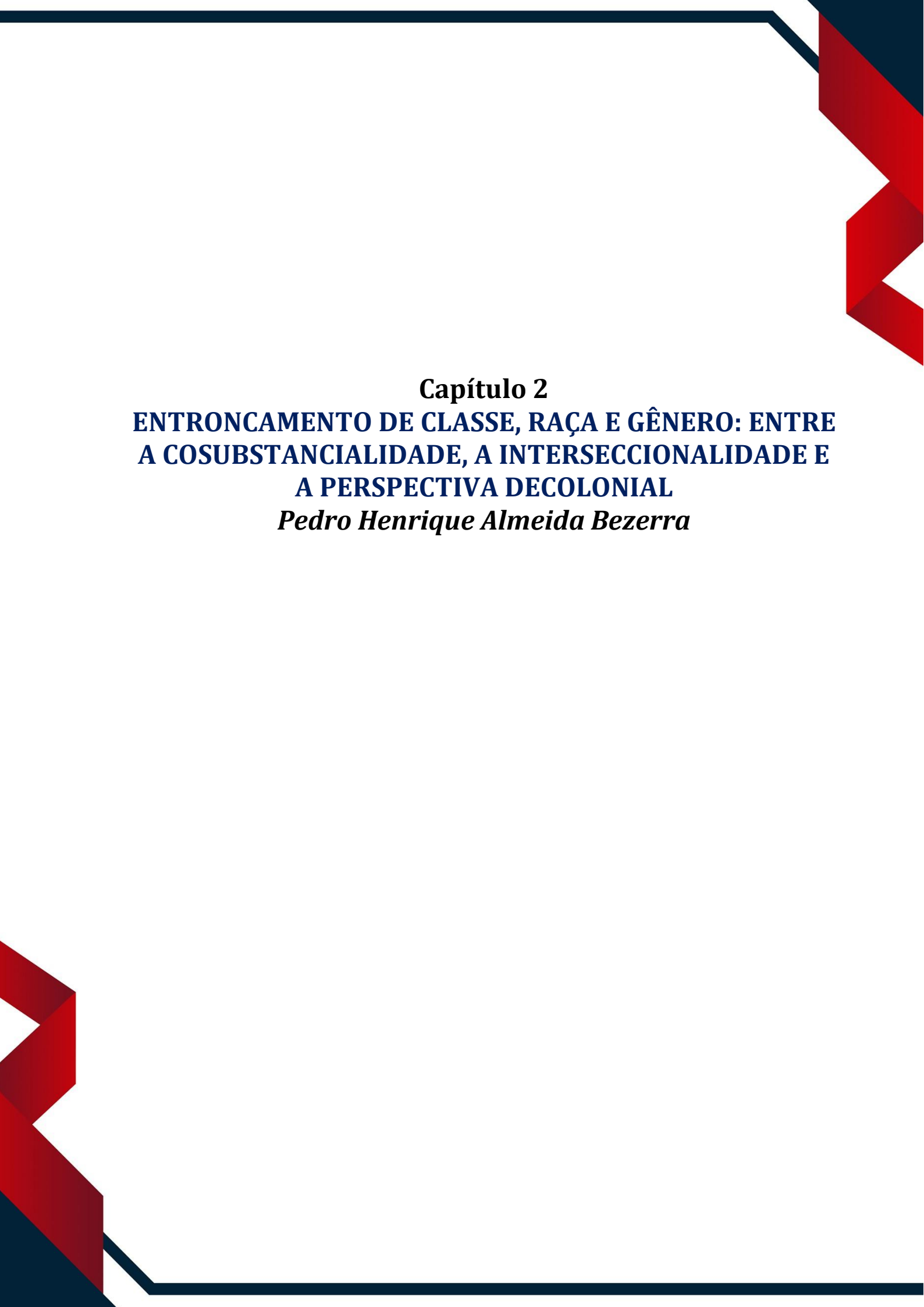
SCOREL, Sarah; TEIXEIRA, Luiz Antonio. História das políticas de saúde no Brasil de 1822 a 1963: do Império ao desenvolvimento populista. In: **Políticas e sistema de saúde no Brasil**. 2012. p. 279-321.

NOGUEIRA, V. M. R.; MIOTO, R. C. T.. Desafios atuais do Sistema Único de Saúde – SUS e as exigências para os Assistentes Sociais. **Serviço Social e Saúde: formação e Trabalho Profissional**. 4 ed. São Paulo: Cortez; Brasília. 2009.

PAIM, J.S. **O que é o SUS**. Editora Fiocruz, 2009.

SANTOS, W. G. dos. **Cidadania e Justiça**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

SPOSATI, A. **Proteção social e seguridade social no Brasil**. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 116, p. 652-674, out./dez. 2013.



**Capítulo 2**  
**ENTRONCAMENTO DE CLASSE, RAÇA E GÊNERO: ENTRE**  
**A COSUBSTANCIALIDADE, A INTERSECCIONALIDADE E**  
**A PERSPECTIVA DECOLONIAL**

*Pedro Henrique Almeida Bezerra*

# ENTRONCAMENTO DE CLASSE, RAÇA E GÊNERO: ENTRE A COSUBSTANCIALIDADE, A INTERSECCIONALIDADE E A PERSPECTIVA DECOLONIAL

**Pedro Henrique Almeida Bezerra**

*Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor do Curso de Serviço Social na mesma universidade. Contato: pedro.almeida1192@gmail.com*

## **RESUMO**

Este artigo aborda a relação entre o capitalismo, o patriarcado e o racismo como sistemas interdependentes de exploração e opressão. Ele analisa como a propriedade privada e a divisão sexual do trabalho são pilares centrais do capitalismo, explorando principalmente as mulheres e o feminino. O patriarcado é sustentado por relações sociais de sexo, o modelo de família nuclear burguesa monogâmica e a violência. O racismo estrutural é analisado como um sistema que coloca grupos raciais em posição desfavorável na sociedade, reforçando desigualdades no acesso ao trabalho e na criminalização. O artigo também discute a conexão entre o capitalismo e o escravismo, argumentando que a escravização foi uma condição necessária para o desenvolvimento do capitalismo. Por fim, são apresentadas diferentes perspectivas teóricas sobre a relação entre o capitalismo, o patriarcado e o racismo, incluindo a tese da indiferencialidade do capitalismo, a teoria unitária, a perspectiva da interseccionalidade, a perspectiva da consubstancialidade e coextensividade das relações sociais e a perspectiva decolonial.

**Palavras-chave:** Capitalismo; Patriarcado; Racismo; Decolonialidade.

## **ABSTRACT**

This article addresses the relationship between capitalism, patriarchy and racism as interdependent systems of exploitation and oppression. It analyzes how private property and the sexual division of labor are central pillars of capitalism, mainly exploiting women and the feminine. Patriarchy is sustained by social relations of sex, the monogamous bourgeois nuclear family model and violence. Structural racism is analyzed as a system that places racial groups in an unfavorable position in society, reinforcing inequalities in access to work and criminalization. The article also discusses the connection between capitalism and slavery, arguing that enslavement was a necessary condition for the development of capitalism. Finally, different theoretical perspectives on the



relationship between capitalism, patriarchy and racism are presented, including the thesis of the indifferentiality of capitalism, the unitary theory, the perspective of intersectionality, the perspective of consubstantiality and coextensiveness of social relations and the perspective decolonial.

**Keywords:** Capitalism; Patriarchy; Racism; Decoloniality.

## 1 INTRODUÇÃO

A presente reflexão parte do entendimento da realidade através do materialismo histórico e dialético que entende o capitalismo como sistema de exploração e opressão. Assim como a propriedade privada não foi uma invenção do capitalismo, mas se constitui como um dos pilares centrais da sua sustentação; podemos nos perguntar por quais formas o racismo, o sexismo, o machismo e a LGBTQIA+<sup>1</sup> fobia se conformam enquanto sistemas simultâneos que ajudam a legitimar e reproduzir o capitalismo como sistema totalizante e totalizador?

Dessa forma, o presente artigo tem por objetivo suscitar reflexões sobre a relação entre o capitalismo, como sistema de exploração e opressão, e o patriarcado e racismo como seus similares interdependentes através do conceito de cosubstancialidade. O entendimento dessa relação é pertinente para desvelar as formas pelas quais o capitalismo se vale da exploração e opressão a ele convenientes nos momentos estrategicamente definidos tendo por objetivo a sua autovalorização. Tal movimento tem

---

<sup>1</sup> O Manual de Comunicação LGBTI+, elaborado pela Aliança Nacional LGBTI+ denomina as identificações na sigla da seguinte forma: L (lésbicas): Mulheres que sentem atração afetiva/sexual pelo mesmo gênero, ou seja, outras mulheres; G (gays): Homens que sentem atração afetiva/sexual pelo mesmo gênero, ou seja, outros homens; B (bissexuais): Diz respeito aos homens e mulheres que sentem atração afetivo/sexual pelos gêneros masculino e feminino. Ainda segundo o manifesto, a bissexualidade não tem relação direta com poligamia, promiscuidade, infidelidade ou comportamento sexual inseguro. Esses comportamentos podem ser tidos por quaisquer pessoas, de quaisquer orientações sexuais; T (transgênero): Diferentemente das letras anteriores, o T não se refere a uma orientação sexual, mas à identidades de gênero. Também chamadas de “pessoas trans”, elas podem ser transgênero (homem ou mulher), travesti (identidade feminina) ou pessoa não-binária, que se compreende além da divisão “homem e mulher”; Q (queer): Pessoas ‘queer’ são aquelas que transitam entre as noções de gênero, como é o caso das drag queens. A teoria queer defende que a orientação sexual e identidade de gênero não são resultados da funcionalidade biológica, mas de uma construção social; I (intersexo): A pessoa intersexo está entre o feminino e o masculino. As suas combinações biológicas e desenvolvimento corporal – cromossomos, genitais, hormônios, etc. – não se enquadram na norma binária (masculino ou feminino); A (assexual): Assexuais não sentem atração sexual por outras pessoas, independentemente do gênero. Existem diferentes níveis de assexualidade e é comum essas pessoas não verem as relações sexuais humanas como prioridade; +: O símbolo de “mais” no final da sigla aparece para incluir outras identidades de gênero e orientações sexuais que não se encaixam no padrão cis-heteronormativo, mas que não aparecem em destaque antes do símbolo. (CERQUEIRA, 2022).

o potencial de subsidiar e questionar a forma como as políticas públicas e o Estado encaram esse debate.

## **2 RAÇA, CLASSE E GÊNERO: A OPRESSÃO E EXPLORAÇÃO COSUBSTANCIADA**

Em primeiro lugar abordaremos o heteropatriarcado, seus pressupostos e pilares de sustentação. Posteriormente faremos um resgate sócio-histórico sobre o racismo estrutural e suas implicações na sociedade brasileira. E por fim, analisaremos a noção de cosubstancialidade entre as determinações de raça, sexo/gênero e classe.

Pode ser entendido como um sistema de opressão e exploração que se apropria do feminino, ou seja, daqueles sujeitos que são mulheres ou remetem ao feminino de alguma forma.

O patriarcado está enraizado nas relações sociais de tal forma que suas expressões se espraiam de forma ampliada, constituindo, pois um arranjo estrutural da sociedade. Segundo Cisne (2014), são três as bases de sustentação desse sistema: 1) as relações sociais de sexo; 2) o modelo de família nuclear burguesa monogâmica; 3) a violência.

- 1) As relações sociais de sexo: são aquelas pelas quais o processo produtivo material de exploração estabelece a divisão sexual do trabalho, de tal forma que os sujeitos oprimidos pelo heteropatriarcado são explorados mais intensamente. "Por meio das apropriações advindas das relações sociais de raça e sexo, o capitalismo amplia um grande contingente humano disponível para os mais baixos salários, aumentando, portanto, a sua capacidade de exploração associada às apropriações do tempo, do corpo e do trabalho não pago das mulheres" (CISNE, 2018).
- 2) Modelo de família nuclear burguesa monogâmica: constitui uma estrutura de produção e reprodução da prole (força de trabalho). A hereditariedade é um mecanismo de manutenção da propriedade privada ao passo que garante a passagens entre gerações das posses pertencentes a uma família, perpetuando assim a centralidade da posse e propriedade para reprodução do capitalismo. O casamento, enquanto instituição social é celebrado por um contrato (assinado em cartório) que garante a regulação da herança e da hereditariedade das posses e bens. Logo, esse modelo de família é funcional e indispensável ao capitalismo.
- 3) Violência: são inúmeras as violências e violações calcadas na estrutura heteropatriarcal que subjagam as mulheres e o feminino. Dentre elas: a) violência

doméstica; b) violência física; c) violência sexual; d) violência estrutural (desigualdade no acesso ao mercado de trabalho, emprego e renda; e) violência simbólica (coisificação e objetificação das mulheres); f) violência psicológica (geralmente transversal e simultânea a todas as outras).

## 2.1 Racismo

O racismo pode ser entendido como preconceito, discriminação ou antagonismo por parte de um indivíduo, comunidade ou instituição contra uma pessoa ou pessoas pelo fato de pertencer a um determinado grupo racial ou étnico. Ao longo da história populações negras foram subjugadas, escravizadas, coisificadas e objetificadas em diferentes estruturas sociais. O escravismo serviu como base de sustentação de diferentes modelos econômicos e apesar da sua abolição, as relações e preconceitos caracterizadas pelo racismo se perpetuam e reproduzem na vida social. O capitalismo faz uso das desigualdades raciais de acordo com as funcionalidades a ele atinente.

Similar ao que acontece no caso das mulheres, as pessoas racializadas sofrem com a subalternização na sociedade capitalista. São delas os menores salários, a maior dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, a maior criminalização e encarceramento. Logo, fica destinado aos homens brancos e heterossexuais os melhores empregos, mais bem remunerados e com maior prestígio no mercado de trabalho. As mulheres negras e LGBTQIA+ estariam então na base da pirâmide das opressões e *des-privilégios*. Já o racismo estrutural é a estrutura formal de um conjunto de práticas institucionais, históricas, culturais, sociais e interpessoais que coloca um grupo social ou étnico em uma posição desfavorável com relação ao conjunto da sociedade.

## 2.2 Capitalismo e Escravismo

Partindo de uma compreensão sócio-histórica da realidade, Ianni (1978) afirma que o processo de acumulação primitiva que resultou na transição econômica, política e social do feudalismo para o capitalismo foi subsidiada pelo comércio de prata, ouro, fumo, açúcar, algodão e outros produtos coloniais advindos das Américas.

Logo, é possível afirmar que foi no marco do capitalismo comercial que se consolidou e generalizou o trabalho compulsório (escravismo) no "Novo Mundo". Foi pois,

nesse contexto histórico que se gestou o trabalhador livre europeu de um lado e o trabalhador escravo nas Américas. Dessa forma, o escravo, negro, mulato, índio e mestiço estiveram na origem do proletariado.

Dessa forma, é possível afirmar que a escravização foi uma condição necessária ao desenvolvimento do capitalismo. Marx (2013) considera que a acumulação primitiva não é o resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida. Primitiva, por que ela é a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. Então, o capitalismo teve na escravidão um de seus aspectos constituintes e isso trará implicações diferentes ao redor do mundo.

O racismo é endossado, reafirmado e reproduzido com base nas chamadas teorias racialistas: o mito da superioridade do trabalhador branco (descarte do trabalho negro em detrimento da importação do trabalhador branco europeu que traria consigo elementos culturais capazes de civilizar o Brasil). A crença nesse mito traria como implicação a política de branqueamento no país: enquadramento negro na "civilidade branca" ou "mundo dos brancos". Para participar desse mundo o negro e o mulato eram impelidos a se identificar com o branqueamento psicossocial e moral.

No processo de implementação do capitalismo tardio no Brasil, o trabalhador nacional descendente de africanos foi marginalizado e estigmatizado satisfazendo o ideal de branqueamento das elites. Dessa forma, o negro, na condição de pessoa não mais escravizada, é relegado como sobra na periferia do sistema de trabalho livre. O racismo é remanipulado de forma a atender os interesses do capitalismo. A população negra irá ocupar os cargos de menor prestígio e remuneração aos brancos. As desigualdades se acentuam quando pensamos o recorte de gênero em que homens brancos heterossexuais ocupam o topo da pirâmide e as mulheres negras LGBTQIA+ a base.

O posicionamento da população negra no mercado de trabalho após abolição ocorreu por duas vias: a reabsorção no sistema de produção (fundiário cafeeiro) em condições análogas as anteriores; ou a degradação da sua situação econômica incorporando-se à massa de desocupados e de semi-ocupados da economia de subsistência do lugar ou de outra região. Em locais onde havia uma alta nos níveis do trabalho, as pessoas não mais escravizadas tinham que concorrer com a mão de obra importada da Europa e acabava preterida com relação a ela (FERNANDES, 2008).

Uma forma de disciplinamento dos corpos e vidas dos chamados "negros libertos" foi a alcinha mecanismos de coerção desses. O termo "classe perigosa" foi utilizado no

século XIX para designar qualquer pessoa que fosse potencial desagregador da ordem. Porém, o Código Penal de 1890 associa a noção de "perigo" aos "vadios e capoeira". A prática de resistência da população negra afrodescendente conhecida como capoeira é utilizada como insígnia para segregação e criminalização da população negra e pobre. Nesse sentido, é possível identificar a institucionalização do racismo na sociedade brasileira.

No Brasil o capitalismo utilizou o racismo como um poderoso veículo de fratura da classe trabalhadora: 1) criando formas de opressão que maximizassem a exploração; 2) fragmentando a classe trabalhadora e a desmobilizando gerando medo e desconfiança no interior da própria classe (PEREIRA; SAMPAIO, 2018).

### **2.3 Cosubstancialidade**

Partimos do pressuposto de que existe uma relação de opressão e exploração estrutural que relaciona o patriarcado, o racismo e o capitalismo. Entretanto, muito tem se questionado sobre se o patriarcado e o racismo seriam sistemas autônomos e independentes ao capitalismo? Ou seria o capitalismo indiferente e alheio ao patriarcado e ao racismo?

É importante partirmos do entendimento do capitalismo não só como um padrão de produção, mas como um amplo, complexo e expansivo processo sócio-histórico e político econômico. Dessa forma, é possível conceber a consubstancialidade entre o patriarcado, o racismo e o capitalismo e a indissociabilidade entre exploração e opressão.

Segundo Barroso (2018) existem quatro principais teses sobre a relação do capitalismo com o patriarcado e o racismo: 1. a tese da indiferencialidade do capitalismo sobre as opressões (Wood, 2011); 2. a teoria unitária (Arruzza, 2015); 3. a perspectiva da interseccionalidade (Crenshaw, 1989) e 4. a perspectiva da consubstancialidade e coextensividade das relações sociais (Kergoat, 2010; Saffioti, 2004; Cisne, 2014).

- 1) A tese da indiferencialidade do capitalismo sobre as opressões (Wood, 2011): parte da noção de que a relação entre exploração e opressão é meramente instrumental e contingente, ou seja, o capitalismo seria indiferente às identidades sociais das pessoas que explora e provavelmente cooptaria quaisquer opressões cultural e historicamente disponíveis. Autoras como Federici (2017) realizam um contraponto a Wood ao reconhecer que o capitalismo construiu sobre as diferenças sexuais e raciais novas funcionalidades atinentes ao capital.

- 2) A teoria unitária (Arruzza, 2015) considera que o capitalismo tem necessidade de produzir opressão. Ela defende que o patriarcado no capitalismo não existiria mais como um sistema autônomo, mas sim unitário. Ela sinaliza a necessidade de entender o capitalismo não como um conjunto de leis puramente econômicas, mas antes como uma complexa e articulada ordem social que tem seu núcleo constituído de relações de exploração, dominação e alienação. No pensamento de Arruzza a opressão de gênero não é suprimida, mas ela apela para uma visão que vá além dos termos puramente econômicos.
- 3) A perspectiva da interseccionalidade (Crenshaw, 1989): pensa a forma como a raça, o gênero e a classe se interseccionam e geram diferentes formas de opressão. Essa vertente é geralmente utilizada no interior dos estudos decoloniais. A autora reflete a forma como essa intersecção criam desigualdades básicas que estruturam as posições sociais. A análise interseccional parte de uma perspectiva "geométrica" e transdisciplinar sobre as opressões. Para Kergoat (2010) esse movimento tende ao entendimento das discriminações em setores isolados e fragmentados. Dessa forma, a interseccionalidade não conseguiria apreender a dinâmica complexa das relações sociais, segundo Barroso (2018).
- 4) A perspectiva da consubstancialidade e coextensividade das relações sociais (Kergoat, 2010; Saffioti, 2004; Cisne, 2014): é uma lente analítica que possibilita apreender a relação entre exploração e opressão a partir de uma "unidade de substância". Isso implicaria no entendimento de que as relações sociais são nodais, ou seja, elas forma um nós coextensivo: as relações de classe, gênero e raça se reproduzem e se coproduzem mutuamente. Logo, o patriarcado, o capitalismo e o racismo; apesar de terem particularidade que permite que cada um seja caracterizado separadamente, compõem um sistema interdependente a partir do pressuposto de que as relações são dinâmicas, fundamentais, imbricadas e coextensivas.

### **3 FEMINISMO DECOLONIAL**

A seguir, apresento um breve resgate sobre as principais autoras que pensam os feminismos através do “giro decolonial” ou do movimento decolonial, tendo em vista que esse serve de base para analisar e refletir a forma como as concepções de gênero e

sexualidade vigentes também são fruto de uma visão cristã e eurocentrada de mundo, e que necessitam serem questionadas se quisermos escapar do binarismo de gênero e da heterossexualidade compulsória.

Luciana Ballestrin (2013) oferece uma síntese do pensamento advogado pelo Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C). Para ela, esse coletivo abrange intelectuais da América Latina distribuídos em diversas instituições acadêmicas no continente, e seu objetivo é efetuar uma transformação epistemológica de suma importância para revitalizar a crítica e a visão utópica das ciências sociais na América Latina no século XXI. Eles buscam aprofundar a abordagem pós-colonial em um contexto latino-americano por meio do que chamam de "giro decolonial". O M/C tem como alvo a ampliação do conceito de colonialidade, que engloba um conjunto de estruturas políticas, sociais e culturais que persistem mesmo após as nações latino-americanas conquistarem sua independência, perpetuando desigualdades ligadas a temas como centro e periferia, bem como questões raciais, de gênero e culturais.

Com base nesse pressuposto, o Grupo entende o "giro decolonial" — como uma abordagem epistêmica, teórica e política — para compreender e intervir no mundo, que continua impactado pela presença persistente da colonialidade global em várias esferas da vida pessoal e coletiva. A autora traça o percurso do M/C, desde sua formação no final dos anos 1990, abarcando seu impacto na renovação da teoria social na América Latina, até os principais obstáculos e críticas enfrentados pelo coletivo.

Ballestrin (2013) destaca a importância da América Latina como um local pioneiro para a experimentação do racismo sob a égide do colonialismo. Além disso, a perspectiva decolonial delinea novos horizontes utópicos e radicais para o campo do pensamento voltado para a emancipação humana. Ao mesmo tempo, são elencadas as principais críticas e desafios que o grupo (M/C) enfrenta, abordando questões como a possível romantização dos oprimidos e explorados, o risco de um descontrutivismo paralisante e o distanciamento do próprio domínio científico, que se encontra sob disputa.

Grada Kilomba (2016), explora a importância crucial da descolonização do conhecimento e analisa minuciosamente o papel das hierarquias raciais e de gênero na produção e validação do saber. A autora aborda essa temática por meio de duas narrativas elucidativas: a primeira descreve o uso de máscaras pelos escravizados, como estratégia para evitar que se alimentassem nas plantações; a segunda narra como Kilomba inspira seus alunos a se aprofundarem na história e a conhecerem as figuras influentes na luta

anticolonial africana. Ao longo do texto, a autora enfatiza com convicção que a epistemologia está impregnada pela dominação racial e de gênero. Nesse contexto, ela argumenta veementemente em prol da inadiável descolonização da produção do conhecimento. Essa transformação essencial requer o reconhecimento das posições de fala e a compreensão profunda de como essas posições influenciam as narrativas e a geração de conhecimento. Portanto, a descolonização do conhecimento implica, necessariamente, a criação de novos paradigmas de poder e sabedoria que valorizem as perspectivas e as histórias marginalizadas.

Maria Lugones (2014), parte de uma proposta de reavaliação abrangente da modernidade capitalista colonial. Ele enfatiza como a imposição colonial das normas de gênero permeia uma variedade de questões, desde as sociais até as ecológicas, incluindo aspectos do conhecimento e até mesmo as práticas cotidianas. O sistema de gênero é intrinsecamente interligado com a dimensão racial, onde a diferenciação racial acaba por negar a humanidade e a identidade de gênero das mulheres colonizadas. Nesse contexto, surge a necessidade de uma luta contundente contra essa diferença colonial e a promoção de uma nova geopolítica feminista, onde saber e amar ocupem papéis centrais.

Lugones (2014) conduz uma análise crítica e contextualizada das complexidades que envolvem a resistência e a formação de coalizões feministas, especialmente em relação às questões de gênero, raça e sexualidade. A autora enfatiza a importância de compreender as histórias umas das outras, visto que essa compreensão mútua se revela como uma poderosa forma de resistência.

Lélia Gonzalez (2020), nunca se declarou ou se filiou a corrente de pensamento decolonial, porém seu trabalho discute a opressão que as mulheres não-brancas enfrentam em contextos patriarcais e racistas. A autora argumenta que essa opressão as infantiliza sob uma dominação ideológica, negando a elas o direito de serem sujeitas de suas próprias histórias e discursos. Além disso, ela menciona o exemplo da Lei Áurea, que, ao completar 100 anos, foi celebrada por várias instituições. Contudo, a lei é vista pelo Movimento Negro como um motivo para reflexão, já que o reconhecimento da liberdade simplesmente formalizou o fim da escravidão.

Gonzalez (2020) destaca a importância do feminismo como teoria e prática na luta das mulheres. Ao apresentar novas perguntas, ela não apenas estimula a formação de grupos e redes, mas também fomenta a busca por uma nova forma de mulheridade. No



entanto, a autora argumenta que o feminismo nem sempre leva em consideração a questão racial, com referências formais que indicam um esquecimento dessa dimensão.

Ela também aborda a questão da "democracia racial", um mito de dominação ideológica presente nas análises de esquerda, que também serve como obstáculo para os estudos e ações relacionados às questões raciais na América Latina. Ela ressalta a importância da solidariedade entre as mulheres afro-latino-americanas para combater a opressão que, segundo ela, é um problema compartilhado em toda a região.

Kimberlé Crenshaw (2002), assim como Lélia Gonzales, não se filia ao movimento decolonial, porém seu pensamento fornece reflexões profundas e valiosas sobre a relação entre gênero, raça e classe. A autora realiza uma elaboração sobre um modelo analítico com a finalidade de identificar as diferentes formas de subordinação decorrentes das interações entre as discriminações de raça e de gênero (conforme citado anteriormente). A autora argumenta que as dimensões de gênero na discriminação racial e as dimensões raciais na discriminação de gênero não recebem uma abordagem adequada nos discursos de direitos humanos. Consequentemente, ela advoga pela necessidade de compartilhar amplamente a responsabilidade de abordar as causas e consequências dessa discriminação entre todas as instituições de direitos humanos.

Crenshaw (2002) afirma que uma compreensão ampliada sobre a intersecção do gênero e da raça é capaz de promover uma visão particularmente preciosa sobre a interação entre essas formas de opressão. Ela argumenta sobre a importância de elaborar um enfoque que desvele as complexidades da relação entre diferentes tipos de sistemas de exploração e opressão, com objetivo de formular políticas e ações de combate expressivas e eficazes. Nesse sentido, a interseccionalidade seria um conceito capaz de fornecer subsídios para compreensão das consequências estruturais e das dinâmicas de interação e relação entre dois ou mais eixos de subordinação, como o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas que contribuem para criar desigualdades fundamentais que estruturam os marcadores sociais atinentes as mulheres, aos grupos raciais/étnicos, as classes sociais e a diferença sexual, entre outros.

#### **4 CONCLUSÃO**

É possível concluir que, apesar do patriarcado e do racismo antecederem o capitalismo, o que se pretende argumentar é que essas opressões sobreviveram à sua

emergência e tornaram-se necessárias às relações sociais capitalistas. A valorização do modelo familiar monogâmico nuclear burguês como norma e seus padrões heteronormativos reafirmam o capitalismo como um sistema de dominação masculina de opressão e exploração do espectro da feminilidade. O racismo, pela estrutura de poder, preconceito e discriminação se espalhou em todo o corpo social como herança do escravismo. Logo, a suplantação da opressão é impossível sob a lógica do capital, que a integrou de forma complexa e não linear à exploração do trabalho, sendo, portanto, indissociável da emancipação da totalidade da classe trabalhadora (Barroso, 2018). Nesse sentido, o capitalismo se vale e reproduz a partir das conveniências e possibilidades traçadas entre os sistemas coextensivos de exploração e opressão racistas e patriarcais.

A perspectiva de um feminismo decolonial, adiciona uma outra camada a esse complexo de referencialidades, pois leva em consideração estruturas de poder, opressão e exploração interligados e interseccionados através do lastro da colonialidade do poder, do saber e do ser. Acredito que tanto a perspectiva interseccional quanto a da cosubstancialidade sejam importantes e centrais para a reflexão, entendimento e desvelamento do funcionamento desses sistemas mútuos. A ponderação sobre os fatores em tela é indispensável para pensarmos políticas sociais públicas capazes de contemplarem as multiplicidades e complexidades dos sujeitos de direitos.

## REFERÊNCIAS

ARRUZZA, Cinzia. **Considerações sobre gênero**: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. Outubro Revista, n. 23, p. 33-58, 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/1IV8ss1>>. Acesso em: 30 out. 2017.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. Revista brasileira de ciência política, p. 89-117, 2013.

BARROSO, Milena Fernandes. **Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista**. Serviço Social & Sociedade, p. 446-462, 2018.

CERQUEIRA, Renato S. **Saiba o que significa a sigla LGBTQIA+ e a importância do termo na inclusão social**. CNN PLURAL. Artigo on-line. Publicado em 28/06/2022, atualizado em 09/06/2023, acessado em 25 de junho de 2023 às 19h25min. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/saiba-o-que-significa-a-sigla-lgbtqia-e-a-importancia-do-termo-na-inclusao-social/>

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

CRENSHAW, K. Documento para o Encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, v.10, n.1, p. 171-188, 2002.

CRENSHAW, Kimberlé W. **Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**. Chicago: University of Chicago Legal Forum, 1989.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: HOLANDA, Heloísa Buarque (org.). *Pensamento feminista hoje- perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p.38-51.

KERGOAT, Danièle. **Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais**. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 86, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n86/n86a05.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2017.

KILOMBA, Grada. *Descolonizando o conhecimento: uma palestra-performance de Grada Kilomba*. São Paulo: MITsp, 2016.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, v.22, n.3, p.935-952, 2014.

SAFFIOTI, Heleieth. **Mulher brasileira: opressão e exploração**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

WOOD, Ellen Meisins. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.



**Capítulo 3**  
**FINANCEIRIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: A FACE**  
**ILUSÓRIA DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL NO**  
**BRASIL**

*Ariane Miguel Pereira de Azevedo*

*Joásley Martins Neri*

*João Vítor Pereira de Lima*

*Juliana Ramos Dumont*

*Raíssa Liberal Coutinho*

# FINANCEIRIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: A FACE ILUSÓRIA DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL NO BRASIL

***Ariane Miguel Pereira de Azevedo***

*Universidade de Brasília; Graduando de Serviço Social; 200014846@aluno.unb.br*

***Joásley Martins Neri***

*Universidade de Brasília; Graduando de Serviço Social; 200062000@aluno.unb.br.*

***João Vítor Pereira de Lima***

*Universidade de Brasília; Graduando de Serviço Social; 200021311@aluno.unb.br*

***Juliana Ramos Dumont***

*Universidade de Brasília; Graduando de Serviço Social; 211012640@aluno.unb.br*

***Raíssa Liberal Coutinho***

*Universidade de Brasília; Graduando de Serviço Social; 200026682@aluno.unb.br.*

## **RESUMO**

Este texto propõe, tendo por base o processo econômico no Brasil e as falhas e contradições do modo de produção capitalista, uma aproximação conceitual a respeito do Estado de Bem-estar Social e sua relação com o caráter e financeirização das políticas públicas no Brasil. Nesse sentido, contextualiza-se as políticas públicas no Brasil e sua implementação no imaginário popular, ressaltando a força do aparelho estatal atrelada à ideia neoliberal de um Estado máximo para o capital e mínimo para o social.

**Palavras-chave:** Estado de Bem-Estar; Financeirização; Neoliberalismo; Políticas Públicas.

## **ABSTRACT**

This text proposes, based on the economic process in Brazil and the failures and contradictions of the capitalist mode of production, a conceptual approach regarding the Welfare State and its relationship

with the character and financialization of public policies in Brazil. In this sense, public policies in Brazil and their implementation in the popular imagination are contextualized, highlighting the strength of the state apparatus linked to the neoliberal idea of a maximum state for capital and a minimum for social matters.

**Keywords:** Welfare State; Financialization; Neoliberalism; Public Policies.

## 1 INTRODUÇÃO

O Estado de Bem-Estar Social surge devido a uma demanda por parte da população ao acesso a serviços e direitos básicos. A emergência acelerada do sistema capitalista implica em novos problemas socioeconômicos e acirra a tensão de classes, sendo assim necessária a intervenção estatal. O *Welfare State* — uma das manifestações do Estado de Bem-Estar Social — pode ser pensado como uma reestruturação do pensamento acerca dos direitos sociais, uma vez que busca entender a necessidade dos serviços sociais como política, no sentido de *policy*, e não no viés caritativo ou higienista.

O *Welfare State*, ou Estado de Bem-Estar Social, tem como objetivo desenvolver um padrão mínimo de renda, saúde, educação, moradia, trabalho, entre outros, que possa ser acessado por todo e qualquer cidadão como um direito e não caridade. Contudo, é preciso compreender os limites do Estado de Bem-Estar Social dentro do sistema capitalista que se iniciam desde sua constituição, que visava acalmar a tensão entre as classes e melhorar as condições socioeconômicas para crescimento do mercado. É, portanto, importante levar em consideração que essa configuração estatal é, acima de tudo, burguesa e também, por sua inserção no capitalismo, responde às contradições intrínsecas a essa própria sociabilidade.

Desde a preocupação com o pleno emprego até a conciliação de classes, o Estado de Bem-Estar Social teve resultados positivos em países europeus - como a Inglaterra e nos países nórdicos -, porém falha ao alcançar os países de capitalismo tardio e dependente. É preciso pensar em políticas públicas a partir de uma lógica humanizada, considerando cidadão de direito todos, sem distinção, independente dos que estão dentro do mercado de trabalho ou não, e compreender a intervenção estatal não apenas emergencial, mas também preventiva e mediadora.

Desse modo, esse artigo busca analisar o caráter das políticas públicas no Brasil a partir de uma crítica neoliberal, os limites do Estado de Bem-estar Social passando por uma análise de Mészáros e por fim compreender os limites estruturais da financeirização de políticas públicas dentro do contexto brasileiro.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 Caráter das políticas públicas no Brasil**

As políticas públicas brasileiras se estruturam sobre uma visão neoliberal de Estado, desencadeando em uma redução da intervenção estatal tanto na produção quanto na regulação das políticas públicas. Segundo Bacelar (2023), esse processo abre espaço para o mercado, uma vez que, quanto menos Estado, mais oportunidade de transformar as políticas públicas em mercadoria, privando ou diminuindo a oferta pública de serviços.

A exemplo, tem-se o Sistema Único de Saúde (SUS), o maior sistema de saúde da América-Latina, que tem a universalidade do serviço como princípio norteador. Porém, observa-se uma vinculação desse sistema ao setor privado, por meio da captura de parte do fundo público por parte de empresas privadas, que passam a fazer parte da oferta de saúde pública. Consequentemente, há o sucateamento desse serviço em seus diferentes setores, interferindo na viabilização de saúde de qualidade para toda a população, tendo em vista que o foco passa a ser a captação de usuários para seus blocos econômicos, sucateando o serviço e obrigando os usuários a buscar a oferta de saúde no mercado.

Desse modo, em detrimento do estabelecimento de métodos que ampliem e regularizem a viabilização dos serviços públicos, o Estado fortalece a abordagem do mercado, que atua em intervir na oferta desses serviços, lucrando sobre o que, constitucionalmente, deveria ser sua responsabilidade. Como consequência disso, observa-se uma diminuição das políticas públicas em detrimento do aumento de bens e serviços comercializáveis.

Dentro dessa lógica, é importante contextualizar as políticas públicas no Brasil e como são implantadas no imaginário popular. Ressalta-se a força do aparelho estatal atrelada à ideia neoliberal de menos Estado e mais mercado, juntamente com a noção de maior ênfase na força individual e menor valorização da força coletiva no processo de estruturação dessas políticas.

O Brasil passou por um processo rigoroso de industrialização, antes dos anos 30. O país ainda se encontrava predominantemente como um país com economia rural, porém o Estado brasileiro teve como ideia central transformar o país em uma potência industrial, trazendo à tona sua abordagem desenvolvimentista, centralizada, autoritária e conservadora. O Estado passa a ter como objetivo central consolidar o processo de industrialização na tentativa de tornar o país uma potência mundial. Atrelado a esse processo o Estado passa a negligenciar as relações com a sociedade, recusando-se a dialogar e entender a realidade de seu povo e se afastando da lógica do Estado de Bem-estar Social, que consiste em um Estado mediador dos interesses das classes, garantindo direitos e políticas voltadas para o bem da população. Desse modo, o Estado mostra interesse em promover o crescimento da economia e amplificar o processo de industrialização e não em considerar a realidade dos integrantes da sociedade, refletindo diretamente o caráter das políticas públicas no país.

Esse viés autoritário do Estado se reflete na centralidade das políticas públicas, como observa Tânia Bacelar:

Quem está lá em Brasília tende a pensar que o Brasil é uma média. E a média não diz quase nada do Brasil, que é um país muito heterogêneo. A consequência dessa leitura é a dificuldade em considerar a heterogeneidade real do Brasil. Cada lugar requer uma solução que venha da realidade. (BACELAR, 2009, p. 3).

Essa centralidade se configura como uma ideia heterogênea que, por sua vez, reduz a possibilidade de diálogo entre a sociedade civil e a esfera pública, fragilizando assim a participação popular. Portanto, a centralização nas políticas públicas se expressa na oferta do direito. Por exemplo, uma criança residente no interior de uma cidade rural percorre mais de três horas para chegar em sua escola; outra criança residente no centro de São Paulo percorre apenas trinta minutos para chegar na escola; ainda que ambas sejam beneficiárias do programa passe livre estudantil, uma utiliza apenas um ônibus urbano circular, enquanto a criança que reside no interior, muitas vezes, precisa caminhar alguns quilômetros até chegar ao ponto de ônibus para esperar por dois ônibus, que passam apenas uma vez a cada uma hora para enfim chegar à escola.

Essas são situações baseadas na realidade e que são totalmente opostas, mas a política se aplica igualmente às duas situações, se apegando no ideário societário neoliberal e ampliando uma visão equivocada de igualdade existente, sem refletir sobre as particularidades de cada cidadão. Compreende-se, portanto, que o projeto societário



no Brasil sempre teve como foco fortalecer o setor privado com investimentos em setores básicos de insumos, como o aço e o latifúndio, sendo o Estado, frequentemente, o financiador da industrialização e melhoria desses setores para exportação, sem se preocupar em desenvolver internamente sua sociedade. Esse cenário priva, assim, a possibilidade de melhoria na qualidade de vida da população, que por sua vez se torna mais explorada nesse processo.

Neste processo, o Brasil se tornou uma potência em menos de um século, mas a custo da ampliação da expropriação da sociedade civil e aumento nos níveis de desigualdade social do país. Um exemplo disso foi a Era Vargas, na qual o Estado teve como ação promover a reprodução da classe trabalhadora, garantindo o mínimo de direitos e leis trabalhistas com a criação do salário-mínimo e a implementação da legislação trabalhista. Nesse contexto, é evidente que o Estado faculta as estruturas que competem a gestão da sociedade civil - como a justiça, a segurança e o serviço social - em organizações de terceiros - como a criação de ONGs e empresas de segurança privadas. Diante de todas essas questões mencionadas, torna-se necessário refletir e buscar uma maneira de superar o conceito de Estado mínimo e fortalecer o caráter das políticas públicas que ofertam serviços essenciais como a Educação, Saúde, Segurança e Assistência Social. Isso pode ser superado democratizando o acesso a essas políticas com participação popular.

Lenin, em seu livro "O Estado e a Revolução" (1917), defende a ideia de que o Estado é um produto das contradições de classe existentes na sociedade. Segundo o teórico político russo, as classes sociais têm interesses divergentes e antagônicos, o que leva a conflitos e lutas por poder e recursos. Esses conflitos são inevitáveis em qualquer sociedade dividida em classes como podemos notar na história brasileira. No entanto, o Estado não é neutro, como muitos acreditam, ele é uma ferramenta de uma classe para impor sua vontade sobre as outras. O Estado não serve aos interesses do povo, mas sim aos interesses da classe dominante, como vimos na promoção a políticas públicas no Brasil.

Esse Estado deve promover a horizontalidade dos serviços, levando em consideração a diversidade de todo seu território. Portanto, desconstruir o papel estatal que se baseia no desenvolvimentismo, no conservadorismo e no autoritarismo é o primeiro passo para um modelo de sociabilidade que reflete os interesses da classe trabalhadora. É fundamental articular com a população civil a importância da democracia

e incentivar a ocupação dos espaços de deliberação como os conselhos, plebiscitos e conferências, a fim de promover uma participação ativa, ampla e inclusiva da população.

## 2.2 Limites do Estado de bem-estar social

O Estado de Bem-Estar Social, portanto, se manifesta nas potências centrais a partir dos planos de Beveridge, na Inglaterra, Bismarck, na Alemanha, e Keynes, nos Estados Unidos. Todos os planos se propunham a ser uma alternativa ao liberalismo, mas o que será mais abordado no presente tópico - a título de comparação - é o de Keynes, o ideário do Keynesianismo e a manifestação do Estado no *Welfare State*.

Segundo Mézáros (2009), “Tudo o que aquelas tentativas conseguiram foi somente a ‘hibridização’ do sistema do capital, comparado a sua forma econômica clássica [...], mas não soluções estruturais viáveis”. A partir disso, pode-se ter uma leve percepção sobre os limites do Estado de Bem-estar Social e a maior crítica ao mesmo: sua incapacidade de ir contra o cerne do capitalismo - a exploração do homem pelo homem.

Afinal, como o limite do Keynesianismo se manifesta? Primeiramente, é importante compreender que Keynes visava, a partir do estímulo à demanda, uma política de pleno emprego para a população, a fim de lhes garantir o poder de consumo, mais do que o poder de economizar. Isso ocorre principalmente com o pós-guerra, segundo Sérgio Couri (2001):

Está implícito nesse argumento que os padrões correntes de distribuição de renda são responsáveis, numa análise primária, por tal subconsumo, pois as classes com menor nível de renda terão maior propensão a poupar. Nisso há uma ironia: aqueles que têm dinheiro não desejam consumir, e aqueles que desejam consumir não têm dinheiro. (COURI, 2001, p. 40).

Nesse sentido, Keynes defendia em seus estudos que, garantindo que empregos sejam gerados e que a população tenha menos desigualdades sociais a partir de uma maior intervenção estatal, a população possuirá maior propensão a consumir e menor propensão a economizar - ou gerar o subconsumo ou consumo improdutivo, das análises marxianas. Por causa das duas grandes Guerras Mundiais e da quebra da bolsa de valores em 1929, a população das potências centrais ficou desempregada e retraiu seu consumo, sendo a solução Keynesiana o que “salvou” o capitalismo sob suas próprias leis, mesmo que não tenha durado muito. Portanto, “a ampliação das políticas sociais cumpriu um

importante papel para o crescimento da produção e da esfera de serviços, com um respectivo aumento do consumo” (BARROS, ALVES e BARBOSA, 2014, p. 92), isto é, foram as políticas sociais ofertadas pelo Estado (entre outros fatores), além de uma maior participação do mesmo na economia como consumidor, que possibilitou um maior crescimento econômico. Por fim, essa nova configuração do mundo do trabalho que surge com o *Welfare State* também fomenta o processo de acumulação capitalista.

Com a urgente busca pela ampliação do consumo, o objetivo do capital estava voltado para construção de uma massa de consumidores com maior poder de compra e com maior tempo fora do trabalho para que pudesse consumir (BARROS, ALVES e BARBOSA, 2014, p. 92).

Ainda assim, dentro do próprio movimento do capital, é importante entender como foi possibilitado, na visão do burguês, o aumento das taxas de lucro. Além da maior propensão das pessoas a comprarem.

A partir disso, as organizações de esquerda começam a enxergar na saída estatal a melhor solução para o futuro da classe trabalhadora, ignorando as contradições de classe. O *Welfare State*, inclusive, favorece o capital ao se colocar no contexto da Guerra Fria como uma alternativa do capitalismo ao comunismo: o capitalismo humanizado. A verdade é que esse caráter só aumenta as contradições de classe e, enquanto havia uma melhora para a classe trabalhadora das potências centrais, na América Latina, o período contemporâneo ao *Welfare State* foi símbolo de diversos golpes militares e perseguição política à esquerda, com tortura e prisões em massa.

[...] a ampliação das políticas públicas acabou por ter um impacto limitado nas três décadas na economia e outro funcional e mais duradouro ao sistema na esfera ideológica. A demonstração desse último impacto se deu pela desmobilização e cooptação dos sindicatos e a incorporação da estratégia da conquista do Estado como o horizonte máximo a ser perseguido pela esquerda. (BARROS, ALVES e BARBOSA, 2014, p. 92).

É importante refletir, portanto, como o aparelhamento da esquerda, da luta de classes e dos sindicatos ao Estado permitiu o poder que o Estado neoliberal possui e sua capacidade de continuar existindo. Ainda que haja lutas por direitos pela classe trabalhadora, muito pode ser observado na luta atual a falta de independência de classe, no Brasil, por exemplo, é nítido os efeitos do aparelhamento sindical ao Estado.

A partir do que foi dito, está dado o limite do Keynesianismo e também do *Welfare State*: a própria estrutura do capital, exposta tanto nas contradições macro históricas dos

países, quanto no cíclico movimento de crise, que começa logo depois a essa configuração estatal, no fim da década de 1970. Ainda, Netto (2006) observa que:

Em suma: **na medida em que cada capitalista procura maximizar seus lucros, a taxa de lucro tende a cair.** A concorrência obriga cada capitalista a tomar uma decisão (a de incorporar inovações que reduzem o tempo de trabalho necessário à produção da sua mercadoria) que lhe é *individualmente* vantajosa, mas que, ao cabo de algum tempo imitada pelos outros, tem como resultado uma queda da taxa de lucro para *todos os capitalistas*. (NETTO, 2006, p. 106).

Com a nova queda da taxa de lucro do capital e sua tendência de estabilização pós super-lucros, as políticas sociais começam a ser atacadas dentro de um cenário cuja conciliação de classe promovida pelo Estado e luta reformista favorecem esse processo. Assim, entra-se na terceira fase do imperialismo capitalista, quando o mercado já não tem possibilidades de crescer como antes, assim como a ocupação de novos territórios se limita (PANIAGO, 2007). Não obstante, o mundo do trabalho também muda, pois, como afirma Mézáros (2009), o trabalho está subsumido ao capital de tal forma, que o trabalho é tratado como uma “mercadoria comercializável” da mesma forma que todas as outras mercadorias do sistema, estando sujeitas à todas as determinações do sistema.

Esses fatores só reforçam a falha do projeto reformista em todas as suas esferas. É preciso ter em mente, acima de tudo, que o Estado cumpre um papel político no capitalismo, sendo questionável que suas ações de garantia de direito tenham se voltado exclusivamente para atender as demandas da classe trabalhadora. Isso significa que em uma sociedade governada por burgueses, onde a democracia burguesa e outros regimes reinam - como o fascismo, que se mostra presente até os dias de hoje - o Estado é, também, da burguesia e está, acima de tudo, servindo aos seus interesses. Ainda que a luta pela garantia de direitos da classe trabalhadora também seja uma etapa revolucionária - como aconteceu com a previdência, os direitos trabalhistas, etc -, lutar por uma emancipação de classe independente do Estado burguês, anticapitalista e revolucionária é o verdadeiro caminho para se combater as contradições do capital e a exploração do homem pelo homem.

### **2.3 Financeirização como limite estrutural ao desenvolvimento brasileiro**

O Estado de Bem-Estar Social é um momento atípico na existência degradante do modo de produção capitalista. Essa feição mais social ou menos selvagem da sociabilidade

capitalista é um momento ímpar que se constituiu a partir da junção de vários fatores ou pelos rumos adotados pelo sistema capitalista por uma questão de manutenção do “status quo”, ou seja, sobrevivência dessa sociabilidade cujo âmago é a produção, em patamares cada vez maiores, da mais-valia. Essa experiência foi vivida apenas nos países centrais do modo de produção capitalista que se estruturou a partir do “Paradigma dominante do Estado de Bem-Estar” (PEREIRA, 2008, p. 90), o qual era composto pelo receituário keynesiano de regulação econômica e social (ideário do pleno emprego) dos anos 1930, postulações do relatório Beveridge sobre a Seguridade Social de 1942 e a formulação da teoria trifacetada da cidadania de Marshall da década de 1940.

A emergência do Estado de Bem-Estar Social, o qual se contrapõe à feição de um Estado Liberal, está intrínseco ao processo de mobilização e articulação da classe trabalhadora, principalmente, na busca por reivindicações no campo social. O processo de arrefecimento dessas pautas contribuiu para o esvaziamento do Estado de Bem-Estar Social e o retorno das políticas neoliberais assentadas sob uma tríade composta pela flexibilização, desregulamentação e privatização. Esse momento atípico se caracterizou pelo terreno fértil para o desenvolvimento das políticas sociais e pelo rompimento, mesmo que minimamente, da barbárie socialmente produzida pelo modo de produção capitalista.

O esgotamento do Estado de Bem-Estar Social se deu em consonância a crise estrutural do capital e a decadência dos 30 anos gloriosos. Dessa forma, diante de um cenário de tendência de queda da taxa de lucro, a neoliberalização se apresentou como um projeto voltado para a reorganização do capitalismo e restauração do poder das elites econômicas (SILVA, 2021, p. 26).

Desse modo, o processo de neoliberalização significou a redução da distância entre o capital portador de juros e o capital industrial. Sendo assim, o capital portador de juros se apresentaria anos mais tarde como um terreno propício para a elevação e/ou manutenção das taxas de lucro sob o prisma do capital fetiche, ou seja, a sensação que o capital se valoriza por si só. Permitindo, assim, de acordo com SILVA (2008), um processo de forte expansão do mercado financeiro cada vez mais livre de barreiras regulatórias no qual o Estado desempenha um papel central nesse processo.

Há, portanto, uma relação intrínseca, por meio de um envolvimento estreito e firme, do Estado com a manutenção e reprodução da sociabilidade capitalista por meio, por exemplo, da garantia da propriedade privada dos meios de produção e da força de

trabalho, a proteção dos mecanismos de acumulação e a eliminação das barreiras para a mobilidade do capital. Em suma, a neoliberalização significou a financeirização de todos os espaços da vida humana, transformando-os em nichos de acumulação.

A financeirização, configuração contemporânea do capital portador de juros, desempenha um papel central no regime de acumulação do modo produção capitalista. Esse estágio atual é bastante recente, o qual data dos últimos 40 anos e emergiu, em virtude, da crise estrutural do capital da década de 1970 e, conseqüentemente, da decadência do Estado de Bem-Estar Social. Nesse processo, a dívida pública, por meio dos títulos de dívidas públicas, se tornou um pilar fundamental no processo de expansão do mercado financeiro.

A financeirização se tornou um terreno propício para o desenvolvimento e implementação do receituário neoliberal. Atacando, de forma progressiva e contínua, as políticas sociais por meio de sucessivas contrarreformas e do seu respectivo subfinanciamento. Possibilitando, assim, o desenvolvimento de uma política de austeridade orçamentária, de paralisia das despesas públicas, em conjunto, com um projeto neoliberal em curso que resulta em um processo crescente de mercantilização e, conseqüentemente, desestruturação das políticas sociais.

Vale ressaltar que os países de economia dependente, cujo desenvolvimento é desigual e combinado, as conseqüências são mais severas e incisivas. No Brasil, essa realidade se reforça com a proposta do “Novo Arcabouço Fiscal” (PLP 93/2023) que vem estrangular o orçamento para as políticas sociais que já sofrem sanções severas da Emenda Constitucional nº 95/2016. Intitulado sob um falso prisma de um Regime Fiscal Sustentável que visa o controle do endividamento público. Atacando, de forma progressiva e contínua, as políticas sociais por meio de sucessivas contrarreformas e do seu respectivo subfinanciamento. Configurando, assim, o desenvolvimento de um Estado máximo para o capital e mínimo para o social.

No Brasil, cuja economia é dependente, essa realidade é mais nítida diante dos véus sombrios da sociabilidade capitalista. Apesar da promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual materializou significativos e importantes avanços no campo da política social, principalmente, no que diz respeito à implementação da Seguridade Social. As décadas seguintes não foram nada fáceis por meio da regência de um projeto neoliberal, em ascensão e consolidação, desde a década de 1980. Dessa forma, se instaurou sucessivas contrarreformas no âmbito da política social. Provocando, assim, a liquidação dos direitos

sociais e, conseqüentemente, a sua mercantilização. Essa realidade não se apresenta de forma clara no cotidiano, espaço de produção e reprodução das relações sociais, todavia, se materializa no avanço da Previdência Social e Saúde complementar e em uma Assistência Social cada vez mais *stricto sensu*, focalizada e fragmentada.

As sucessivas e permanentes contrarreformas desde a década de 1990 desenvolvem um papel substancial nesse processo. Esse movimento, contínuo e progressivo, da agenda reformista se materializa por meio da Emenda Constitucional nº 20/1998, a qual atingiu e provocou mudanças tanto no Regime Geral da Previdência Social (RGPS) quanto os Regimes Próprios dos Servidores Públicos, a Emenda Constitucional nº 41 e 42 de 2003 e nº 47/2005, trouxeram profundos impactos nos Regimes Próprios da Previdência Social dos servidores públicos, a Emenda Constitucional nº 95/2016, a qual congela os limites constitucionais para as despesas primárias da administração pública sob o argumento de que investir em políticas sociais amplia a dívida pública, e a Emenda Constitucional nº 103/2019, a qual propôs a segregação contábil do orçamento da seguridade social. Percebe-se, assim, a orientação social, econômica e política a qual caminha, em passos largos, o governo brasileiro.

Os contínuos processos de contrarreformas, os quais estão vinculados fortemente ao processo de rentabilidade econômica como mecanismo de manter ou elevar as taxas de lucros, abrem e/ou incentivam a invasão do mercado financeiro como provedor de garantias para aqueles que possuem condições econômicas de contratarem os serviços no mercado. Desse modo, ocorre a desestruturação e liquidação das políticas sociais, enquanto direitos reconhecidos constitucionalmente, em uma sociedade marcada pela desigualdade social e por uma política de assalariamento formal exclusiva a uma parcela da população oriunda do processo de formação social, econômica e política nacional.

### **3 CONCLUSÃO**

Em resumo, as políticas públicas no Brasil refletem uma abordagem neoliberal do Estado, que busca reduzir sua intervenção na produção e implementação dessas políticas por meio da terceirização. Isso abre espaço para a influência do mercado e resulta na privatização ou diminuição da oferta de serviços públicos, transformando-os em mercadorias.

Nesse contexto, o Estado prioriza a abordagem de mercado em detrimento de métodos que ampliariam e configurariam a prestação de serviços públicos, priorizando a produtividade e a comercialização de bens e serviços. Além disso, a centralidade do Estado na formulação e implementação das políticas públicas dificulta o diálogo com a sociedade civil, minando a participação popular.

Portanto, é essencial destacar que o desenvolvimento brasileiro foi caracterizado por uma abordagem conservadora, desenvolvimentista e autoritária, na qual o Estado buscava promover a industrialização e o fortalecimento do setor privado, negligenciando as demandas da sociedade civil e agravando a desigualdade social, mantendo apenas o mínimo de direitos sociais e civis a fim de apaziguar a população.

Diante dos desafios expostos, é fundamental repensar e superar o conceito de Estado Mínimo, visando o fortalecimento das políticas públicas, garantindo a oferta de serviços essenciais como a saúde, educação, seguridade social e segurança. Isso pode ser alcançado pela democratização do acesso a essas políticas e da participação popular ativa, por meio de conselhos, plebiscitos e conferências. Portanto é necessário repensar o papel do Estado e construir uma sociedade que reflita os interesses da sociedade civil, utilizando a participação popular como método que expressa as demandas da população desse modo visando desconstruir a lógica estatal baseada no desenvolvimentismo, incentivando a participação da população na tomada de decisões e na formulação de políticas públicas.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Albani de; BARBOSA, Maria Lucilene; ALVES, Bianca Gomes. Refletindo sobre o Welfare State e a Crise Estrutural do Capital. **Cadernos de Graduação**, Maceió, v. 2, n. 1, p. 87-102, maio. 2014.

BACELAR, Tânia. **As Políticas Públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios**. Texto Eletrônico disponível em: <https://edisciplinas.usp.br>. Acesso em 11/05/2023.

COURI, Sérgio. **Capitalismo marxismo**: Ensaio sobre a evolução do capitalismo e do marxismo. 2ª Edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

HARVEY, David. A Produção Capitalista do Espaço. 2a Ed. Annablume, SP, 2006, Cap. 3. p. 73-94.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução**. Boitempo; 1ª edição, 19 setembro 2017.



MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Capítulo 6: Mais valia, lucro e queda da taxa de lucro. *In*: NETTO, JOSÉ PAULO; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. Crise Estrutural do Capitalismo e Tendências de Desenvolvimento da Esfera Pública. **III Jornada Internacional de Políticas Públicas Questão Social e Desenvolvimento no Século XXI**, Maranhão, agosto. 2007.

PEREIRA, Potyara A. P. Política Social. temas e questões. São Paulo:Cortez, 2008.

SILVA, Maria Lucia Lopes da.. **“A previdência social no Brasil sob a mira e ingerências do capital financeiro nos últimos 30 anos e a tendência atual de capitalização”**.*In*: SILVA, MLLda.( org.) A contrarreforma da previdência social no Brasil (uma análise marxista).Campinas-SP:papel social, 2021. p. 6-24.



**Capítulo 4**  
**ACESSO AO TRANSPLANTE RENAL NO BRASIL: LIMITES**  
**E POSSIBILIDADES A PARTIR DA REGULAMENTAÇÃO**  
**DA LEI Nº 9.434/1997 NO CONTEXTO DO SUS**

*Carla Rafaela Pinheiro*  
*Glaucejane Galhardo da Cruz de Castilho*  
*Isadora Ribeiro e Silva*

**ACESSO AO TRANSPLANTE RENAL NO BRASIL: LIMITES E  
POSSIBILIDADES A PARTIR DA REGULAMENTAÇÃO DA LEI Nº  
9.434/1997 NO CONTEXTO DO SUS**

***Carla Rafaela Pinheiro***

*Assistente Social. Especialista em Atenção à Saúde Renal pela Residência Multiprofissional em Saúde do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (HU-UFMA). Residente em Atenção à Saúde da Criança pela Residência Multiprofissional em Saúde do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (HU-UFMA). E-mail: rafaelapinheiros2018@gmail.com.*

***Glaucejane Galhardo da Cruz de Castilho***

*Assistente Social. Mestra em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: glaucejane.castilho@huufma.br.*

***Isadora Ribeiro e Silva***

*Assistente Social. Residente em Atenção à Saúde da Mulher pela Residência Multiprofissional em Saúde do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (HU-UFMA). Email: isadoraribeiros96@gmail.com.*

**RESUMO**

A Doença Renal Crônica (DRC) configura-se como um problema de saúde pública, e o diagnóstico e o tratamento precoce possibilitam a redução das taxas de morbidade e mortalidade. A DRC caracteriza-se pela lesão nos rins, onde ocorre um comprometimento lento e irreversível, sendo o seu estágio mais crítico conhecido como Insuficiência Renal Crônica (IRC). O presente estudo teve por objetivo analisar o acesso ao transplante renal no âmbito do SUS após a aprovação e regulamentação da Lei nº 9.434/1997. Para tanto, realizou-se a revisão de literatura e a pesquisa documental. Os resultados encontrados demonstram que o caminho percorrido pelos indivíduos para acessarem o Serviço de

Transplante Renal ainda é marcado por obstáculos e desafios como: a desigualdade da distribuição dos centros de transplantes renais nas unidades da federação (UFs) e o elevado número de pacientes inscritos em lista de espera por um transplante de rim.

**Palavras-chave:** Doença Renal Crônica; Desigualdade de Acesso. Transplante de Rim.

#### **ABSTRACT**

The Chronic Kidney Disease (CKD) is a public health problem, and early diagnosis and treatment make it possible to reduce morbidity and mortality rates. The CKD is characterized by injury to the kidneys, where there is a slow and irreversible impairment, and its most critical stage is known as Chronic Renal Failure (CRF). This study aimed to analyze access to kidney transplantation within the scope of the SUS after the approval and regulation of Law No. 9,434/1997. For that, a literature review and documentary research were carried out. The results found show that the path taken by individuals to access the Kidney Transplant Service is still marked by obstacles and challenges, such as: the inequality in the distribution of kidney transplant centers in the Federation Units (FUs) and the high number of patients enrolled in waiting list for a kidney transplant.

**Keywords:** Chronic Kidney Disease. Inequality of Access. Kidney Transplantation.

## **1 INTRODUÇÃO**

A Doença Renal Crônica (DRC) configura-se como um problema de saúde pública, e o diagnóstico e o tratamento precoce possibilitam a redução das taxas de morbidade e mortalidade. Santos et al. (2018) pontuam que a DRC se caracteriza pela lesão nos rins, onde ocorre um comprometimento lento e irreversível, sendo o seu estágio mais crítico conhecido como Injúria Renal Crônica (IRC). A IRC é a perda progressiva e irreversível da função renal, ou seja: o rim deixa de realizar as suas funções básicas, como a eliminação de resíduos e líquidos do organismo.

Gouveia et al. (2017) referem que os principais fatores de risco para o desenvolvimento da DRC são: diabetes, hipertensão, doenças cardiovasculares, obesidade, tabagismo, histórico de DRC na família, etc. Marinho et al. (2017) destacam que a DRC apresenta poucos sintomas, o que dificulta o diagnóstico precoce; portanto, um diagnóstico tardio faz com que muitos pacientes ingressem mais rapidamente em uma modalidade de Terapia Renal Substitutiva (TRS). A DRC é classificada por estágio o que facilita a estruturação do tratamento e a tomada de decisão.

As diretrizes clínicas para o cuidado ao Paciente com Doença Renal Crônica (2014), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecem o manejo clínico para o cuidado desses pacientes. Este documento define que os pacientes no estágio 1 a 3 da doença deverão realizar seu acompanhamento nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), com o intuito de controlar os fatores de risco modificáveis, buscando-se evitar a evolução da doença. No caso de pacientes em estágio 4 da doença, o acompanhamento será realizado pela equipe multiprofissional nas unidades de atenção especializada em DRC. Cabe a essa equipe, nesse estágio, realizar os esclarecimentos necessários sobre as TRS existentes. No estágio 5, os pacientes serão preparados para ingressar em uma das modalidades de TRS que consiste em hemodiálise, diálise peritoneal e transplante renal.

Essas modalidades de tratamentos não apresentam caráter curativo, mas podem proporcionar alívio dos sintomas. Santos et al. (2016) destacam que o transplante renal, dentre as terapêuticas mencionadas, caracteriza-se como a TRS que possibilita ao paciente maior qualidade de vida e liberdade; proporciona uma sobrevida aos pacientes com IRC, possibilitando ao indivíduo o retorno a atividades habituais que haviam sido interrompidas em decorrência da doença.

De acordo com o Ministério da Saúde, o Brasil revela-se como referência no contexto mundial quando o assunto é transplante e, atualmente, 96% dos procedimentos são financiados pelo SUS. No entanto, sabe-se que o caminho percorrido pelos indivíduos para acessarem o Serviço de Transplante Renal ainda é marcado por obstáculos e desafios.

Nesse sentido, este trabalho objetivou analisar o acesso ao transplante renal no âmbito do SUS após a aprovação e regulamentação da Lei nº 9.434/1997, bem como destacar os limites e possibilidades existentes. No que se refere ao processo metodológico aplicado neste estudo, cabe destacar que se trata de uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória no intuito de entender-se como se materializa o acesso ao Serviço de Transplante Renal. Para isto, utilizou-se a revisão de literatura pertinente ao tema.

Desse modo, os resultados obtidos nesta pesquisa evidenciaram “as barreiras” ainda existentes para que o acesso a este serviço se efetive de forma plena. Esta pesquisa apresenta grande relevância para a literatura e para a sociedade em geral, visto que existem poucos estudos que abordam a temática do acesso ao transplante renal no Brasil, sendo este o maior desafio encontrado durante a realização desta pesquisa.

## **2 ACESSO AO TRANSPLANTE RENAL NO BRASIL NO CONTEXTO DO SUS: limites e possibilidade a partir da regulamentação da lei nº 9.434/1997**

O caminho percorrido pelos indivíduos para acessarem o Serviço de Transplante Renal ainda é marcado por obstáculos e desafios. Embora a saúde seja um direito universal, sua operacionalização de forma plena ainda tem enfrentado barreiras, o que acaba dificultando o acesso de parte da população a este serviço. Santos et al. (2016) e Santos et al. (2018) assinalam que o transplante dá-se por meio de um procedimento cirúrgico complexo e invasivo, em que ocorre a transferência do órgão (rim) de um indivíduo vivo, ou falecido, para outro. Configura-se como um tratamento, uma vez que os receptores continuam mantendo a condição crônica, fazendo uso contínuo de medicamentos imunossupressores e realizando acompanhamento ambulatorial regular.

Garcia et al. (2015) salientam que o primeiro transplante renal foi realizado em 16 de abril de 1964, no Hospital dos Servidores Estaduais (HSE), localizado na cidade do Rio de Janeiro. Destacam ainda que, em 1965, aconteceu no Hospital de Clínicas da Universidade de São Paulo, o primeiro transplante de rim com doador vivo. Nesse momento, o Brasil vivia sob o regime de ditadura militar e o acesso à saúde, nessa época estava associado à contribuição, isto é, o acesso era limitado àqueles que contribuíam. Assim, o Serviço de Transplante também possuía caráter excludente, tornando-se acessível a toda população apenas depois do nascimento do SUS.

Com o advento da reforma sanitária brasileira tem-se o projeto que vai permitir a implementação do SUS e, com isto, a democratização da saúde. O transplante renal assim como outros procedimentos tornam-se algo concreto para uma parcela da população que até então era excluída. Sabe-se que, neste momento, o número de transplantes renais realizados ainda era pequeno, porém é extremamente relevante o fato desse procedimento tornar-se acessível para todos, independentemente de contribuição.

Em 1997, final do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi publicada a Lei 9.434/1997, conhecida como Lei dos transplantes. Foi neste contexto de fortalecimento do projeto neoliberal e de intensas contrarreformas do Estado que essa Lei entra em vigor. Em uma conjuntura de ataques aos direitos estabelecidos na CF/1988 e de ascensão do projeto privatista, a aprovação desta legislação foi de grande importância, pois regulamentou e organizou o processo de transplante no país.

Segundo Carvalho, Gurjão e Maia (2018), essa lei foi criada devido às insuficientes regulamentações existentes sobre transplante de órgãos no Brasil, pois existiam somente as regulamentações em nível loco regional. Outro fator que levou a aprovação da legislação foi o aumento da demanda por transplante o que exigiu a organização de uma Lei nacional. Com a publicação da Lei nº 9.434/1997 tem-se a regulamentação do procedimento cirúrgico do transplante. Esta Lei “dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento” (BRASIL, 1997).

No decorrer dos anos, este ordenamento jurídico passou por algumas modificações, no entanto, esta lei permanece vigente até os dias atuais. A Lei nº 9.434/1997 trouxe em seu texto pontos importantes, dentre eles, destacam-se: que qualquer pessoa juridicamente capaz pode doar um de seus órgãos duplos desde que não traga prejuízos para sua saúde; explicita a proibição de comercialização dos órgãos; define os critérios para que ocorra a doação, tanto no que diz respeito ao doador vivo como também ao falecido; determina que a lista de espera seja exibida de forma pública; define as sanções penais e administrativas para aqueles que não cumprissem a lei; proíbe a doação de pessoas não identificadas, isto é, sem documento ou sem autorização familiar.

Esta legislação destaca que, para ocorrer à remoção de órgãos *post mortem*, é preciso que haja o diagnóstico de morte encefálica e que tal remoção dependerá da expressa autorização do cônjuge ou parente, maior de idade, obedecida a linha sucessória, reta ou colateral, até o segundo grau, firmado em documento subscrito por duas testemunhas presentes à verificação da morte. No que diz respeito à realização de transplante intervivos a legislação atual ressalta que deve ser gratuita e que a doação a cônjuge ou parentes consanguíneos até o quarto grau independe de autorização judicial. Já a doação a qualquer outra pessoa é possível, desde que disponha de autorização judicial. Na atualidade, o transplante de órgãos no Brasil encontra-se bem estruturado e isso ocorre devido à implementação de uma legislação sólida.

O Brasil passou a ocupar o segundo lugar em números de transplantes realizados, sendo que mais de 90% é fomentado pelo SUS, com cobertura universal e gratuita, com disponibilidade de atendimento e dispensação de medicamentos. “O Brasil apresenta um dos maiores programas de transplante públicos do mundo, custeado pelo SUS e coordenado e regulamentado pelo Sistema Nacional de Transplantes (SNT)” (FERRAZ; GATTO; RODRIGUEZ; SÁ, 2017, p. 2178).

De acordo com as Diretrizes Clínicas para o Cuidado ao Paciente com Doença Renal Crônica no SUS (2014), que é responsável por definir as diretrizes para o cuidado com as pessoas com DRC no âmbito da Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas, os pacientes com DRC desde o estágio cinco da doença devem ser encaminhados aos serviços especializados em transplante renal. Este documento estabelece o caminho que o paciente deve trilhar para acessar o transplante renal no contexto do SUS. Trata-se de um documento de caráter nacional que vai ser utilizado pelas “Secretarias de Saúde do Estado, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para regulação do acesso assistencial, autorização, registro e ressarcimento dos procedimentos correspondentes” (BRASIL, 2014).

As Diretrizes Clínicas para o Cuidado ao Paciente com Doença Renal Crônica no SUS (2014) destacam que, depois do ingresso do paciente em tratamento dialítico, obedecendo a um prazo de 90 dias, o serviço de hemodiálise, a que ele é vinculado, tem a obrigatoriedade de apresentar, aos pacientes aptos ou aos seus responsáveis legais, a opção desse paciente ser inscrito na Central de Notificação Captação e Distribuição de Órgãos (CNCDO) local ou de referência. Dessa forma, cabe aos serviços de diálise encaminhar os pacientes aptos ao transplante para os estabelecimentos de saúde credenciados para início do processo de avaliação e inclusão na lista para o transplante.

No caso do Maranhão, o acesso ao serviço de transplante renal segue o fluxo estabelecido pelas Diretrizes Clínicas para o Cuidado ao Paciente com Doença Renal Crônica no SUS. O Protocolo do Transplante Renal do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (HU-UFMA), atualizado em 03/03/2021, estabelece que os pacientes deverão ser encaminhados pelas clínicas de diálise para avaliação com a equipe do transplante renal, mediante agendamento de consulta na Central de Marcação de Consultas e Exames (CEMARC), localizada no município de São Luís, de gestão municipal. Os pacientes provenientes da região metropolitana e do interior do Estado terão o agendamento realizado por meio da Secretaria de Saúde do município em que residem, via programa Tratamento Fora do Domicílio (TFD).

A portaria de nº 2.600, de 21 de outubro do ano de 2009, destaca que o transplante renal, assim como os transplantes de outros órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano, só poderão ser realizados por estabelecimentos de saúde e equipes especializadas que sejam previamente autorizadas pela Coordenação Geral do Sistema Nacional de Transplante (CGSNT). Essa exigência aplica-se a todos os estabelecimentos



de saúde, sejam eles de caráter público ou privado, independente de possuírem contrato com o SUS. No Maranhão, o Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (HU-UFMA) possui credenciamento para realização de transplante renal desde o ano 2000. O primeiro transplante renal realizado no Estado do Maranhão ocorreu em 18 de março do ano 2000, com doador vivo relacionado. Neste mesmo ano foram realizados três transplantes renais e no ano seguinte esse número subiu para um total de seis transplantes renais.

No decorrer da pesquisa identificou-se que um dos maiores desafios encontrados para o acesso ao transplante renal é a desigualdade da distribuição dos centros de transplantes renais nas unidades da federação (UFs). É possível observar esta desigualdade a partir da análise realizada nas informações disponíveis na Tabela 01. Estas informações foram obtidas no site da Associação Brasileira de Transplantes de Órgãos (ABTO), que permite verificar a quantidade de centros de transplantes renais existentes em cada Estado. Já a quantidade de transplantes renais realizados por Estado foi obtida no documento intitulado Registro Brasileiro de Transplante, disponível no site ABTO.

**Tabela 1** – Distribuição dos centros de transplantes renais, por região e Unidade da Federação

<b>Região</b>	<b>Unidade da Federação</b>	<b>Centros de Transplantes Renais Disponibilizados na ABTO</b>	<b>Total de Transplantes Renais</b>
Centro-Oeste	Distrito Federal	6	77
	Goiás	5	198
	Mato Grosso	1	6
	Mato Grosso do Sul	2	23
<b>Total de Centros de Transplantes</b>		<b>14</b>	
<b>Total de Transplantes</b>			<b>304</b>
Nordeste	Alagoas	3	0
	Bahia	11	230
	Ceará	7	177
	Maranhão	1	11
	Paraíba	2	18
	Pernambuco	4	212
	Piauí	2	15
	Rio Grande do Norte	3	50
Sergipe	0	0	
<b>Total de Centros de Transplantes</b>		<b>33</b>	
<b>Total de Transplantes</b>			<b>713</b>
Norte	Acre	1	0
	Amapá	0	0
	Amazonas	0	0
	Pará	5	15
	Rondônia	1	2
	Roraima	0	0
	Tocantins	0	0
	<b>Total de Centros de Transplantes</b>		<b>7</b>
<b>Total de Transplantes</b>			<b>17</b>
Sudeste	Espírito Santo	2	48
	Minas Gerais	19	526
	São Paulo	39	1.770
	Rio de Janeiro	15	390
<b>Total de Centros de Transplantes</b>		<b>75</b>	
<b>Total de Transplantes</b>			<b>2.734</b>
Sul	Paraná	14	464
	Rio Grande do Sul	9	346
	Santa Catarina	7	227
<b>Total de Centros de Transplantes</b>		<b>30</b>	
<b>Total de Transplantes</b>			<b>1037</b>

Fonte: Associação brasileira de transplantes de órgãos (2020)

Com isso, observa-se com base na Tabela 01 que todas as regiões do Brasil possuem centros de transplantes renais, no entanto, verificou-se maior número de centros de transplantes renais na região Sudeste e Sul. A região Norte apresenta o menor número de centros, seguida pela região Centro-Oeste. Essa desigualdade no acesso ao

transplante renal, evidenciado na Tabela 01, expõe que os princípios norteadores do SUS estão sendo feridos.

Devido a essa disparidade na distribuição dos centros de transplantes renais no território brasileiro, observa-se que ocorre um maior número de transplante renal naquelas regiões com maior concentração de centros credenciados. Verifica-se, ainda, que a inexistência ou mesmo a pequena quantidade de centros de transplantes renais em alguns Estados faz com que muitos pacientes migrem de um Estado para outro no intuito de acessarem o tratamento.

Quando se analisa apenas a região nordeste identifica-se que o Maranhão é um dos Estados com menor número de centros de transplantes renais, o que evidencia a má distribuição na região nordeste, e com isso muitos pacientes procuram o tratamento em outra UF devido ao tempo de espera para acessar o serviço, uma vez que a demanda pelo serviço sobrepõe-se à oferta. Assim, fica evidente a necessidade de maior investimento de recursos nas regiões com menos estrutura a fim de obter um acesso mais igualitário do transplante renal em todo território brasileiro.

A ABTO também quantificou o número de pacientes em lista de espera por um transplante de rim no ano de 2020. Este também se configura como um desafio relevante, uma vez que muitas pessoas acabam tendo seu quadro clínico agravado e vão a óbito aguardando uma doação. Na prática o número de doação efetiva é baixo quando comparado com o número de pessoas que aguardam uma doação em lista de espera. No que diz respeito ao transplante renal pediátrico encontravam-se nesta lista até dezembro de 2020 um total de 340 crianças no Brasil, sendo 06 no Maranhão. Já quantos aos adultos, um total de 26.862 pessoas aguardando um transplante renal, sendo 256 no Maranhão (ABTO, 2020)

Inferre-se que a grande quantidade de pessoas inscritas na lista de espera ocorre devido à insuficiência de doadores efetivos. Marinho (2006) destaca que este problema pode estar associado a alguns fatores, como: a baixa notificação de casos de morte encefálica pelos hospitais, ausência de infraestrutura dos hospitais para manter vivo o paciente com diagnóstico de morte cerebral, falta de capacitação das equipes para realizar a abordagem da família ou mesmo a escassez de conhecimento destas famílias sobre o processo de doação de órgão, etc.

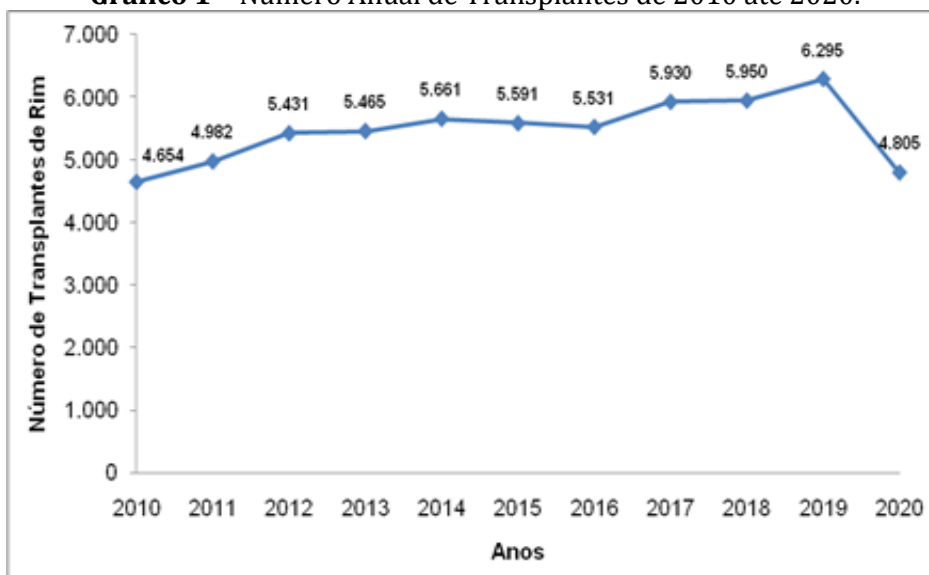
Nesse sentido, destaca-se a importância de realizar-se uma maior sensibilização e conscientização da população e dos profissionais de saúde quanto à importância da

doação de órgãos. Além disso, é necessário um maior investimento por parte dos governos federal, estadual e municipal em infraestrutura adequada dos hospitais e nas capacitações permanentes das equipes, para que estejam preparadas tanto para notificar os casos de suspeita de morte encefálica quanto também realizarem a abordagem adequada às famílias envolvidas no processo.

É importante ressaltar a relevância de intensificar as atividades, que tem como objetivo estimular a doação de órgãos no Brasil, visto que, elas precisam ser permanentes e realizadas em todos os espaços no intuito de reduzir a espera por um órgão. Observa-se que as campanhas que buscam sensibilizar a sociedade sobre a doação de órgãos ainda são realizadas de forma isoladas e acabam alcançando um público restrito.

Segundo a ABTO (2020) houve um leve aumento na quantidade de transplantes renais realizados no Brasil no período de 2010 a 2019, porém em 2020 ocorre uma queda neste quantitativo. Conforme mostra o Gráfico 01. O total de transplante renais realizados no período de 2010 a 2020 foi de 60. 295 transplantes.

**Gráfico 1** – Número Anual de Transplantes de 2010 até 2020.



Fonte: Associação brasileira de transplantes de órgãos (2020)

Segundo a ABTO, a queda na doação e nos transplantes de órgãos realizados no ano de 2020, no Brasil, está associada à pandemia vivida mundialmente pelo novo coronavírus (COVID-19), sendo o Brasil um dos países mais afetados pela pandemia. Registrou-se queda em todas as regiões do país.

A taxa de doadores efetivos, que era de 18,1 pmp, em 2019, e estava projetada para ultrapassar os 20 pmp neste ano, caiu 12,7%, voltando ao patamar obtido em julho de 2017, de 15,8 pmp. A queda foi menor nas regiões Centro-Oeste (4,5%) e Sudeste (5,6%), intermediária na região Sul (13%) e maior nas regiões Nordeste (28,3%) e Norte (43%) (ABTO, 2020, p. 04).

O transplante renal registrou uma queda de 24,5% na taxa, sendo que “a queda foi menor na região Centro-Oeste (8%), intermediária no Sudeste (19%) e Sul (26%), maior no Nordeste (40%) e devastadora no Norte (80%)” (ABTO, 2020). De acordo com a ABTO (2020) os protocolos tiveram que ser redesenhados, passando a incluir o teste PCR, exame realizado para detectar a COVID-19, na rotina, e isto foi um grande desafio haja vista a dificuldade histórica de acesso a exames mais complexos no Brasil.

A queda explicitada acima no número de doações e transplantes de órgãos em um cenário de pandemia também pode ser verificada no transplante renal no Estado do Maranhão. De acordo com os dados disponibilizados na ABTO, no ano de 2020, no nosso Estado, não foi realizado nenhum transplante renal pediátrico. No que diz respeito ao transplante renal com adultos, foi realizado um total de 11 transplantes renais no HU-UFMA, sendo 07 com doador falecido e 04 com doador vivo.

De acordo com a ABTO, o principal desafio nesse contexto foi a identificação e avaliação dos potenciais doadores, uma vez que os hospitais, que têm a função de notificar, passaram a receber pacientes infectados pela COVID-19. As entidades envolvidas no processo de doação e transplante utilizaram as informações disponíveis e realizaram pesquisas sobre a COVID-19, a fim de desenvolverem estratégias para diminuir os impactos e deixar o processo mais seguro.

### **3 CONCLUSÃO**

Ao longo do presente trabalho foi possível compreender, com as exposições teóricas, que as lutas em defesa da garantia do direito à saúde no Brasil obtiveram avanços positivos e significativos no decorrer dos anos, principalmente, após a CF de 1988 e da implantação do SUS, que apresentaram como um de seus pilares a saúde enquanto um direito universal e dever do Estado.

No entanto, os resultados apresentados neste estudo apontam que mesmo a saúde sendo um direito universal, o caminho percorrido pelos indivíduos para acessarem o Serviço de Transplante Renal no contexto do SUS ainda é marcado por obstáculos e

desafios. Portanto, torna-se necessário a ampliação e fortalecimento das ações que vão desde a identificação precoce da doença até o estabelecimento de estratégias e estrutura adequada em todas as regiões do país, permitindo assim a redução das desigualdades existentes e a garantia do acesso mais igualitário ao Serviço de Transplante Renal no contexto do SUS em todo o território brasileiro. Faz-se necessário ainda a expansão das atividades, que tem como objetivo sensibilizar e estimular a doação de órgãos no Brasil com o intuito de diminuir a espera por um órgão.

Cabe destacar as dificuldades encontradas para realizar esta pesquisa devido à pequena quantidade de trabalhos encontrados nas bases de dados que abordam a temática deste estudo. Com isso, sugere-se um maior estímulo à realização de mais pesquisas que discorram sobre o acesso ao transplante renal e suas limitações, pois estes estudos apresentam informações relevantes que podem contribuir para a melhoria dos serviços.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS - ABTO. **Registro Brasileiro de Transplante – RBT**. Ano XXVI, nº 04. São Paulo, 30 set. 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/narci/Desktop/TCC%20RESIDENCIA/RBT%20ABTO%202020.pdf>. Acesso em: 30 set. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS – ABTO. **Covid-19 e o impacto na doação e transplante de órgãos e tecidos**. São Paulo, 10 out. 2021. ABTO News – Ano 23 - nº 01 - janeiro a junho/2020. Disponível em: [https://site.abto.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Abto-News-2020\\_1-Semestral-FINAL\\_SITE\\_compressed.pdf](https://site.abto.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Abto-News-2020_1-Semestral-FINAL_SITE_compressed.pdf). Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 23 set. 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.434, de 04 de fevereiro de 1997**. Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1997. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19434.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19434.htm). Acesso em: 25 set. 2021.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Clínicas para o Cuidado ao Paciente com Doença Renal Crônica – drc no Sistema Único de Saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2014/marco/24/diretriz-cl--nica-drc-versao-final.pdf>. Acesso em: 08 out. 2021.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 2.600, de 21 de outubro de 2009.** Aprova o Regulamento Técnico do Sistema Nacional de Transplantes. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt2600\\_21\\_10\\_2009.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt2600_21_10_2009.html). Acesso em: 05 out. 2021.

FERRAZ, Fábio Humberto Ribeiro Paes et al. Diferenças e desigualdades no acesso a terapia renal substitutiva nos países do BRICS. **Ciência & Saúde Coletiva**, 22(7):2175-2185, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/q5qckdSjTXBGS4LCKJS7K9J/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 ago. 2021.

GARCIA, Valter Duro et al. História dos Transplantes. *In*: GARCIA, Clotilde Druck et al. (org). **Doação e Transplante de Órgãos e Tecidos**. São Paulo: Segmento Farma, 2015. p. 1-22.

GARCIA, Valter Duro et al. Situação atual dos Transplantes no Brasil. *In*: GARCIA, Clotilde Druck et al. (org). **Doação e Transplante de Órgãos e Tecidos**. São Paulo: Segmento Farma, 2015. p. 43-60.

GOUVEIA, Denise Sbrissia e Silva et al. Análise do impacto econômico entre as modalidades de terapia renal substitutiva. **J Bras Nefrol**, 39(2):162-171, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbn/a/fw8XDHCpsT9jZjy6XhrF7mQ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 14 out. 2021.

GURJÃO, Fernanda Maia et al. Tratamento fora de domicílio: perspectivas dos pacientes do transplante renal de um hospital universitário. **Serv. Soc. & Saúde** Campinas, SP v. 17 n.1 [25] p 155-180 jan./jun, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8655206/19334>. Acesso em: 05 out. 2021.

MARANHÃO. **Protocolo de acesso ambulatorial pré transplante renal.** Defini os critérios e requisitos para o acesso dos pacientes com Doença Renal Crônica Terminal (DRCT) em Terapia Renal Substitutiva (TRS) - hemodiálise ou diálise peritoneal e em tratamento conservador, bem como dos candidatos a doadores, a avaliação ambulatorial pré transplante renal. São Luís, MA: Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão, 2021. Disponível em: [file:///C:/Users/narci/Downloads/PAA.TXR.001%20-%20PROTOCOLO%20DE%20ACESSO%20AMBULATORIAL%20PRE%20TRANSPLANTE%20RENAL%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/narci/Downloads/PAA.TXR.001%20-%20PROTOCOLO%20DE%20ACESSO%20AMBULATORIAL%20PRE%20TRANSPLANTE%20RENAL%20(1).pdf). Acesso em 14 out. 2021.

MARINHO, Ana Wanda Guerra Barreto et al. Prevalência de doença renal crônica em adultos no Brasil: revisão sistemática da literatura. **Cad. Saúde Colet**, 2017, Rio de Janeiro, 25 (3): 379-388. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/jFW54KJnR8hSQX5svKL5Gjn/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 14 out. 2021.

MARINHO, Alexandre. Um estudo sobre as filas para transplantes no Sistema Único de Saúde brasileiro. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 22(10):2229-2239, out, 2006.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csp/a/D579DPWHMHh3nL5gc9LS7RB/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 14 out. 2021.

SANTOS, Luciana Fernandes et al. Qualidade de Vida em Transplantados Renais. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 23, n. 1, p. 163-172, jan./mar, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/psuf/a/gRnSDcTngP6tCx36k7nVTMS/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 14 out. 2021.

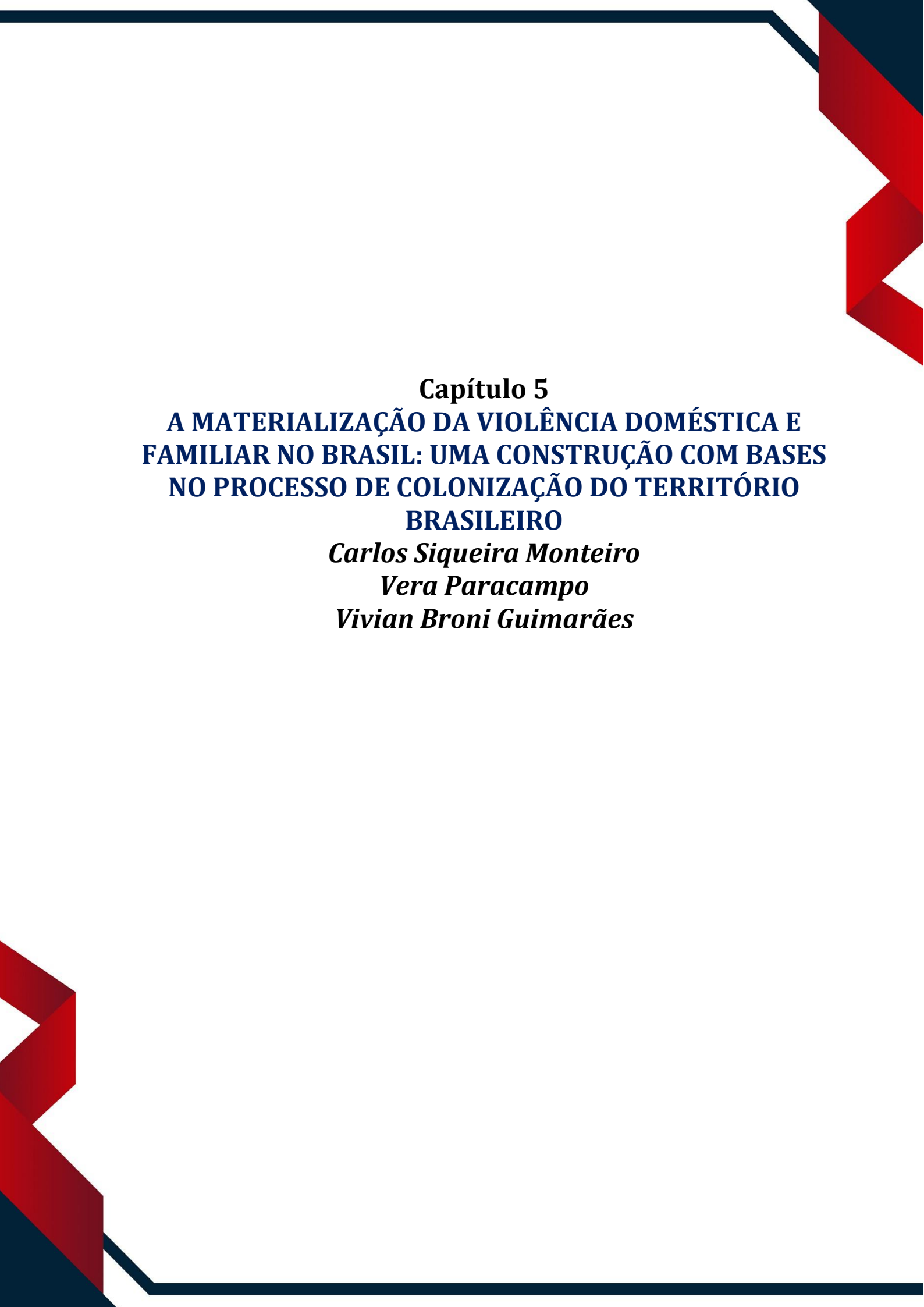
SANTOS, Bianca Pozza et al. Foi/não foi tudo o que pensava: facilidades e dificuldades após o transplante renal. **Revista Gaúcha de Enfermagem**. 2016 set;37(3):e60135.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rgenf/a/pk4gbj9f9zGpwJsgBBtxG8S/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 09 dez. 2021.





**Capítulo 5**  
**A MATERIALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E**  
**FAMILIAR NO BRASIL: UMA CONSTRUÇÃO COM BASES**  
**NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO TERRITÓRIO**  
**BRASILEIRO**

*Carlos Siqueira Monteiro*

*Vera Paracampo*

*Vivian Broni Guimarães*

**A MATERIALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NO  
BRASIL: UMA CONSTRUÇÃO COM BASES NO PROCESSO DE  
COLONIZAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO**

***Carlos Siqueira Monteiro***

*Universidade Federal do Pará, discente de serviço social,  
carlosmatheussiquei687@gmail.com - co-autor*

***Vera Paracampo***

*Universidade Federal do Pará, docente de Serviço Social. - co-autor*

***Vivian Broni Guimarães***

*Assistente Social, Pós-graduanda em Serviço Social na Área Sociojurídica,  
viviancarolinebroni@gmail.com*

**RESUMO**

Este presente trabalho tem por intuito a produção de conhecimento referente a violência doméstica e familiar no Brasil contemporaneamente, o que é indissociável com o processo de territorialização europeia no território em questão.

**Palavras-chave:** Violência; Mulher; Colonização.

**ABSTRACT**

The purpose of this present work is to produce knowledge regarding domestic and family violence in contemporary Brazil, which is inseparable from the process of European territorialization in the territory in question.

**Keywords:** Violence; Woman. colonization.

## 1 INTRODUÇÃO

O referido tema é decorrência do pensamento crítico referente a análise dos posicionamentos, formação de políticas públicas, expressões cotidianas na sociedade e demais formas de relações sociais que transmitem a violência contra mulher dissociada ao processo de colonização do território brasileiro, que moldou as relações de gênero atuais, salientando também a importância da desconstrução do homem. Por meio de tal debate temos por objetivo colaborar com a produção de conhecimento referente ao tema por meio de uma perspectiva materialista, histórica e dialética.

## 2 Naturalização da misoginia no Brasil

### 2.1 O que é violência

Violência está presente desde quando nascemos, sem que consigamos identificar, pois somos crianças reprodutoras do andar, falar e agir. Ou seja, *“A criança a absolve tudo o que vê, principalmente na primeira infância, em que ela descobre o mundo”* (TELAVITA, 2017). E tal absorção ocorre no primeiro contado que crianças no âmbito familiar e nos diferentes espaços físicos e virtuais que estão inseridas, sejam, eles: escola, igreja, “parquinho”, campo de futebol, shopping, Google, You Tube, facebook etc. E nestes espaços supracitados e em outros diversos a mesma de forma singular internaliza o que está exteriormente imposto a ela, tendo variáveis tipos de experiências e descobertas, ou seja, possivelmente irá presenciar situações que lhe causará estranhamento ou não. Porém, em algum momento vai estar diante da “violência”, que no senso comum pode ser entendido como ferir alguém ou maltratar. E o Dicionário Brasileiro pontua violência como: “Qualidade ou caráter de violento, do que age com força, ímpeto”, assim como a cartilha de prevenção e enfrentamento da discriminação da violência da Universidade Federal do Pará (2020. pág. 03) que enfatiza:

“Violência é algo complexo e polissêmico. De acordo com Michaud a violência ocorre quando, em uma situação de interação, agindo-se danos a uma ou diversas pessoas em graus variáveis. A violência é assim tudo que puder causar sofrimento ou destruição ao ser humano”

Diante dessa explicação “simples”, pois se entende que é algo extremamente complexo e está na realidade e nas relações sociais dos sujeitos, seres humanos que de

alguma forma ou em algum momento interiorizaram essa explicação em ações pois dependente da sua formação compreende que agir de forma violenta é aceitável, e isto significa ferir alguém, seja das diferentes tipificações supracitadas.

Porém, de início temos o foco de minimamente tentar compreender a violência, para assim adentrarmos no foco principal deste exposto, ou seja, entender como isto ocorre. Enfatizando por exemplo que quando um ser humano nasce ele chora para ser amamentado, e não somente, chora para ter a presença da pessoa que considera importante e tem confiança, ou seja, entende-se que busca uma segurança. E isto tornasse importante ser pontuado, pois biologicamente todos os seres humanos passam pelas fases de amadurecimento biológico e em algumas destas fases ocorre fatos de reprodução da violência, pois ela está enraizada na sociedade desde de sua primitividade. Porém, é na infância que o ser humano observa e de maneira preliminar forma seu caráter, ou seja, entende-se que nesta fase que seu meio social vai influenciar no aprender em viver em sociedade e como comporta-se, pois de acordo com Sarmento (2007):

“A criança é uma tabula rasa na qual podem ser inscritos quer o vício quer a virtude, a razão ou a desrazão, sendo missão da sociedade promover o crescimento com vista a uma ordem social coesa. A imanência da criança torna cada ser humano um projeto de futuro, mas que depende sempre da “moldagem” a que seja submetido na infância. A concepção Lockiana propõe uma atenção às disposições e motivações infantis e nesse sentido precede concepções desenvolvimentistas que só vão florescer séculos mais tarde (p.32).”

E segundo a autora Amanda Sertori Dos Santos em sua dissertação de mestrado (2013):

“A teoria histórico-cultural compreende o desenvolvimento humano como resultado da apropriação da cultura humana historicamente elaborada, por outras palavras considera que o homem é um ser histórico, resultante de suas relações sociais e culturais, que se desenvolve a partir das interações que faz com o meio a que pertence (SANTOS, 2013, p. 50).”

Ou seja, é alguém ou situações vividas que vai ensinar e moldar tal caráter, pois não se nasce sabendo identificar as cores, frutas, ou matéria e não sabe-se que o fogo queima e machuca, assim como em contrapartida a água molha e pode causar um resfriado, tudo isto foi ensinado por alguém, em um contexto social e em um período histórico, porém, este “alguém” de igual maneira teve suas fases de crescimento e aprendizado e de alguma forma vai expressar suas vivências no meio social vivido.

### 2.1.1 Um panorama para compreender a violência doméstica e familiar na contemporaneidade

Tendo em vista que o item anterior foi pontuado sobre “violência” no seu sentido genérico, neste tópico o intuito é tentar compreender a violência doméstica e familiar, por ser uma ramificação com singularidades dos tipos de “violência” que se justifica e se sustenta nas questões de ordens cultural, social, religioso e no sistema patriarcal de acordo com o Fundo Brasil de Direitos Humanos.

Segundo a historiadora Naymme Moraes, na obra “Cultura da Violência Contra as Mulheres Está nas Raízes do Brasil”, proporciona-nos um mergulho na história que nos pertence, que não é discutido e apresentado em todos os espaços, porém, que de forma sutil ou explícito influência e se materializa na sociedade.

“Fomos construídos sob a égide da violência, e uma violência de gênero, desde as primeiras índias violentadas, negras trazidas da África, às sinhás e suas filhas” (Moraes, Naymme). Desde o período da colonização, quando os portugueses chegaram às terras que hoje é conhecida como Brasil, teve uma postura predatória (José Luiz Portella), onde o intuito era se beneficiar da então “descoberta”, e quando se frisa neste sentimento predatório não se trata apenas de terras e recursos, e sim das indígenas que aqui se encontravam, das negras que vieram cativas e de mulheres por serem mulheres, pois nas relações sociais do patriarcado onde “a ideologia patriarcal, disseminou entre os homens, de forma geral, um sentimento de posse sobre o corpo feminino, atrelado a ideia de honra masculina” (Moraes, Naymme).

Entende-se, que historicamente e estruturalmente tal ideologia de posse do corpo feminino se instaurou na sociedade de uma forma que se naturalizou a violência contra mulher, como por exemplo cotidianamente o não estranhamento a ditados populares como “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”, e é compreensível não se ter o estranhamento pois dessa forma que fomos ensinados. E, comprova-se que o processo de colonização foi um processo de instauração da misoginia pelo

“Código filipino, a legislação do período colonial até o século XIX permitia que o marido assassinasse a esposa em caso de adultério”, “o código criminal do império definia como crime sexual o agravo cometido a mulheres honestas, código penal de 1940, em vigor até 2003” (Moraes, Naymme).

Diante dos pontos supracitados, compreende-se que a violência contra mulher e especificamente a violência doméstica e familiar não é algo recente, e sim é reconhecido e enxergado como violência recentemente, pois anteriormente leis, narrativas, ações e demais mecanismo de perpetuação ao patriarcado a naturalizava, sendo com a finalidade de o homem dominar e ocupar espaços considerados de destaque. Ou seja, desde o início da construção cultural e ideológica deste país foi propagado que a mulher é inferior, e que o homem tem que saber mais e ser a representação da força e do domínio, sendo o homem na posição de ser o centro das decisões e rumos da sociedade, sejam estas no âmbito familiar, comunitário etc., em contrapartida a mulher por sua vez foi posta em uma situação de vulnerabilidade constante e pelo simples fato de ser mulher já torna-se uma vítima em potencial.

É interessante compreender o que seria o “patriarcalismo” e de que forma esta ideologia está inserida na sociedade contemporânea a partir da perspectiva da pesquisadora Barreto (2004, p. 64):

“PATRIARCALISMO pode ser definido como uma estrutura sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. É caracterizado por uma autoridade imposta institucionalmente, do homem sobre mulheres e filhos no ambiente familiar, permeando toda organização da sociedade, da produção e do consumo, da política, à legislação e à cultura. Nesse sentido, o patriarcado funda a estrutura da sociedade e recebe reforço institucional, nesse contexto, relacionamentos interpessoais e personalidade, são marcados pela dominação e violência”.

A autora analisa tal ideologia de uma maneira que está atinge vários ângulos da vida em sociedade, ou seja, as relações sociais são baseadas na ideologia patriarcal, e esta é reforçada e legitimada institucionalmente, pois, as instituições se criaram e se desenvolveram através desta ideologia. Desde a colonização e suas aspirações de futuro e organização social, o homem sempre esteve no centro.

### 2.1.2 Desigualdades de gênero e construção de papéis sociais

Para se compreender a realidade que estamos inseridos é interessante que possamos olhar ao nosso redor e entendermos, mesmo que de forma preliminar que papel desempenhamos, no entanto, o questionamento é de que forma isto foi construído, pois, antes dos sujeitos deste tempo, tiveram outros, que também fizeram parte da história e de alguma forma contribuíram para o resultado que está posto. Se formos analisar, por

exemplo, qual a função de uma determinada profissão, tem que ser levado em consideração toda contribuição dos outros profissionais que fizeram parte do início da mesma, até mesmo os erros destes, pois foi através destes que conseguiram distinguir o “correto” do “incorreto” em tal profissão e a partir de qual visão o correto é definido. Porém, a proposta de análise para este tópico é compreender a maneira diferenciada que mulheres são tratadas em relação a homens, e isto em vários ângulos, seja no âmbito profissional, conjugal, familiar etc, até mesmo nas relações sociais, e nos recortes cotidianos. A Cartilha masculinidade machismo feminilidade (2018, pg, 05) aborda as seguintes ideias:

“Por quê? Por que os homens têm que mostrar coragem e força e as mulheres, fragilidade e dependência? Todo homem nasce forte e corajoso? Toda mulher é frágil e dependente? Tem que ser assim? Se existem mulheres e homens que nascem diferentes disso, como podemos afirmar que esses traços são naturais, e não criados pelas pessoas?”

Tais questionamentos são importantes serem feitos pois estão diretamente ligados e influenciam nas relações sociais de homens e mulheres, e conseqüentemente isto é refletido nas ideias de espaços que devem ser ocupados na sociedade. O sociólogo francês Pierre Bourdieu, em sua obra *Dominação Masculina* (1998), afirma que:

“Como homem ou mulher, no próprio objeto que nos esforçamos por apreender, incorporamos, sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de apreciação, as estruturas históricas da ordem masculina; arriscamo-nos, pois, a recorrer, para pensar a dominação masculina, a modos de pensamentos que são eles próprios produtos da dominação (BOURDIEU, 1998, p. 17).”

A partir disso salienta-se que as relações sociais, a organização e divisão do trabalho, as funções distribuídas no âmbito societário e doméstico, familiar e conjugal são de dominação masculina que de maneira exterior se sobrepõe aos sujeitos e torna-se naturalizado.

Outra observação que a Cartilha masculinidade machismo feminilidade (2018, pg, 06) aponta é o que seria a feminilidade:

“Feminilidade dominante (ou padrão) é o conjunto de ideias que se acostuma atribuir às mulheres por pertencerem ao sexo feminino, e nisso podemos incluir a passividade, a sensibilidade, a compreensão, a delicadeza etc.”

Diante de tais adjetivos pode-se entender que o papel colocado para mulher é de submissão, tendo em vista a ideologia patriarcal que domina tal sociedade. Corroborado a isso são os indicadores sociais do IBGE que revela tamanho da desigualdade de gênero no mercado de trabalho (2021):

“Levantamento divulgado hoje (4) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revela que 54,5% das mulheres com 15 anos ou mais integravam a força de trabalho no país em 2019. Entre os homens, esse percentual foi 73,7%. A força de trabalho é composta por todas as pessoas que estão empregadas ou procurando emprego.”

Tal dado quantitativo comprova o que está sendo analisado, ou seja, se em uma sociedade ensina que determinados espaços devem ser ocupados por grupos específicos isto vai ser retratado de forma material na realidade, e se fomos construídos a partir do pensamento de que a mulher é posta em uma posição de submissão as práticas isto não irá se distanciar, ressaltando que a construção é para além da familiar, mas sim o que é socialmente imposto.

É interessante salientar que tratar de construção de papéis sociais e de lugares que historicamente são ocupados é uma discussão que perpassa muitos aspectos, sejam eles de renda, culturais, geográficos, raciais, héteronormativos e dentre outros, compreendemos que cada uma destas necessita ser trabalhada com suas singularidades, no entanto, entendemos a limitação que este exposto exige.

Segundo a ilustre autora Simone de Beauvoir no seu livro *O Segundo Sexo- A Experiência Viva*, a autora afirma que “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” diante disto, compreende-se que historicamente, ideologicamente e estruturalmente a mulher foi posta em uma posição de constantes violações, e que por conta dos ensinamentos, em muitos casos a mesma não enxerga tal violação, pois naturalizou a realidade e internalizou que esta pratica faz parte do conjunto de atribuições de “ser mulher”, talvez isto possa ser entendido como muito “radical”, já que na contemporaneidade a mulher conquistou diversos direitos e espaços que há alguns anos atrás era considerado uma utopia e dentre elas é a Lei Nº 11.340/2006 que tem como objetivo amparar a mulher em situação de violência doméstica e familiar, no entanto, o que chama-se atenção é que mesmo com a referida lei os dados alarmante de violação de direitos da mulher no âmbito familiar é gritante. E, de acordo com autora Ana Laura Carvalho (2022):

“Dados da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP) revelam que, somente em janeiro e fevereiro de 2022, o Pará registrou



18.428 ocorrências de violência contra mulher de natureza física, psicológica e sexual. Em relação ao mesmo período de 2021, quando foram contabilizados 19.949 casos, houve redução de 7,6%, além de queda de 17,7% em relação a 2020, quando houve 21.608 registros no mesmo período”.

Mesmo com esta tímida diminuição nas denúncias levando em consideração de se tratar de dois meses analisados é interessante considerar que se trata de avanços para com tal violação, no entanto, não deixa de ser extremamente preocupante ter todo este quantitativo de denúncias no ano de 2022, já que a lei citada estar há 15 anos em vigor, mas entende-se também que a mulher no território brasileiro teve a legitimação de violação com seu corpo por mais de 500 anos.

### **3 CONCLUSÃO**

Para ser trabalhada violência doméstica e suas tipificações é de extrema relevância que possamos enxergar quem é a vítima e o acusado/autor de violência doméstica e familiar. Diante disto, acarretou a importância da fomentação de se escrever e de se entender os contextos existentes que direcionam os sujeitos a ter determinadas atitudes.

Compreende-se que a construção da identidade masculina que o sujeito expressa é advinda de experiências representativas e segundo a autora Almeida Silva (2005, p.8) “A sociedade é a fonte do pensamento lógico”, ou seja, tratando-se de Brasil e suas construções físicas e ideológicas, cujo patriarcalismo foi base e a ideologia dominante está sob domínio de homens, a “lógica” é uma sociedade que expressa e normaliza essa dominação.

Tendo esta lógica que a supremacia masculina tem o intuito de perpetuar a ordem moral em que a mulher ocupa posições subordinadas em relação ao homem, tem que ser observado como se materializa a participação dos homens neste processo, pois de alguma forma é absorvido tal entendimento, enraizado e naturalizado. E como intervir em uma educação que possui uma vasta bagagem de ensinamentos que direcionam os homens estarem na posição de decisões e que o contrariamente do mesmo pelo sexo oposto é motivo para reagir de maneira de forma agressiva, e isto abrange a violência em todos os seus sentidos. Segundo os dados da pesquisa que se encontra no artigo A dinâmica da violência doméstica: uma análise a partir dos discursos da mulher agredida e de seu parceiro Deeke L. et al (2009, p. 253), apresenta quatro principais motivos de agressões

no âmbito conjugal, o segundo maior motivo é o fato do homem ser contrariado pela mulher, isto com as seguintes devolutivas: 30% das mulheres entrevistadas e 43% dos homens questionados, ou seja, se um dos maiores motivos de violência doméstica e familiar é a não concordância de ideias, se faz necessário pensar como esta ideologia dominante que é masculina está enraizada na cultura brasileira. E, tratando-se de tais formas de construção de identidade o autor Plínio de Almeida Maciel Junior na obra: *Tornar-se Homem – o projeto masculino na perspectiva de gênero*. (2006), aborda que: “O processo de corporalização da masculinidade hegemônica está associado à heterossexualidade, a força, resistência, dureza e competência física”, logo, compreendessemos que tal construção dita regras de como o “homem” tem que ser, as características que devem ser adotadas e a postura diante das suas relações em sua vasta amplitude, e os que estão fora deste “padrão” não entendidos como “afeminados”. Tal reflexão nos direciona para outra temática que necessita com urgência ser fomentada, os homens gays que reproduzem atitudes consideradas femininas e como consequência de uma imposição héteronormativo e patriarcal são considerados inferiores, mesmo estes se reconhecendo como homens, no entanto, como supracitado não se encaixam no “padrão” imposto socialmente. Outra reflexão a ser feita são os homens héteros que não reproduzem com a intensidade esperada sua dominação e diante da sociedade é considerado inferior por apresentar características instituídas para o grupo feminino, “parece, então, que ser homem é negar todas as características femininas, assim como ser mulher é também negar as características masculinas” (Cartilha masculinidade machismo feminilidade, 2018, pg, 08).

Portanto é um grande desafio tentar compreender o homem como um reflexo de tudo que este vivência. No entanto, o questionamento é se os posicionamentos são individuais ou reproduzem uma imposição que regulamenta em vários âmbitos sociais?

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. de S. B.; SILVA, I. O. **A sociologia de Durkheim. In: congresso brasileiro de sociologia**, XII, 2005, MG. Anais... Belo Horizonte: 2005.

BARRETO, Maria do Perpétuo Socorro Leite. **Patriarcalismo e o feminismo: uma retrospectiva histórica**. Revista *Ártemis*, n. 1, 2004.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo- a experiência vivida**; tradução de Sergio Millet. 2ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.p.9.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 1.Ed.Rio de Janeiro:BestBolso,/2014.

CARVALHO, ANA LAURA. **Pará registra mais de 18 mil ocorrências de violência contra a mulher no início de 2022**. O liberal. Disponível em: [DEEKE L. P. et al.\*\*A Dinâmica da violência doméstica: uma análise a partir dos discursos da mulher agredida e de seu parceiro\*\*.saúde e sociedade, São Paulo, v.18, n.2, p.248-258, 2009.](https://www.oliberal.com/para/para-registra-mais-de-18-mil-ocorrencias-de-violencia-contra-a-mulher-no-inicio-de-20221.508776#:~:text=SANTAR%C3%89M-,Par%C3%A1%20registra%20mais%20de%2018%20mil%20ocorr%C3%AAsncias%20de%20viol%C3%AAncia,mulher%20no%20in%C3%ADcio%20de%202022&text=Dados%20da%20Secretaria%20de%20Seguran%C3%A7a,natureza%20f%C3%ADsica%2C%20psicol%C3%B3gica%20e%20sexual. Acesso em: 16/05/2023.</a></p></div><div data-bbox=)

RODRIGUES, Léo. **Estudo revela tamanho da desigualdade de gênero no mercado de trabalho**. Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-03/estudo-revela-tamanho-da-desigualdade-de-genero-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 16/05/2023.

SARMENTO, **Visibilidade social e estudo da infância**. In VASCONCELLOS, Vera M.R.; In. SARMENTO, Manuel J. Infância (in)visível. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2007.

SANTOS, Amanda Sertori. **Fundamentos da teoria histórico-cultural para a competência em informação no contexto escolar**. 2013. 89 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/93637>>. acesso em : 27/04 /2023.

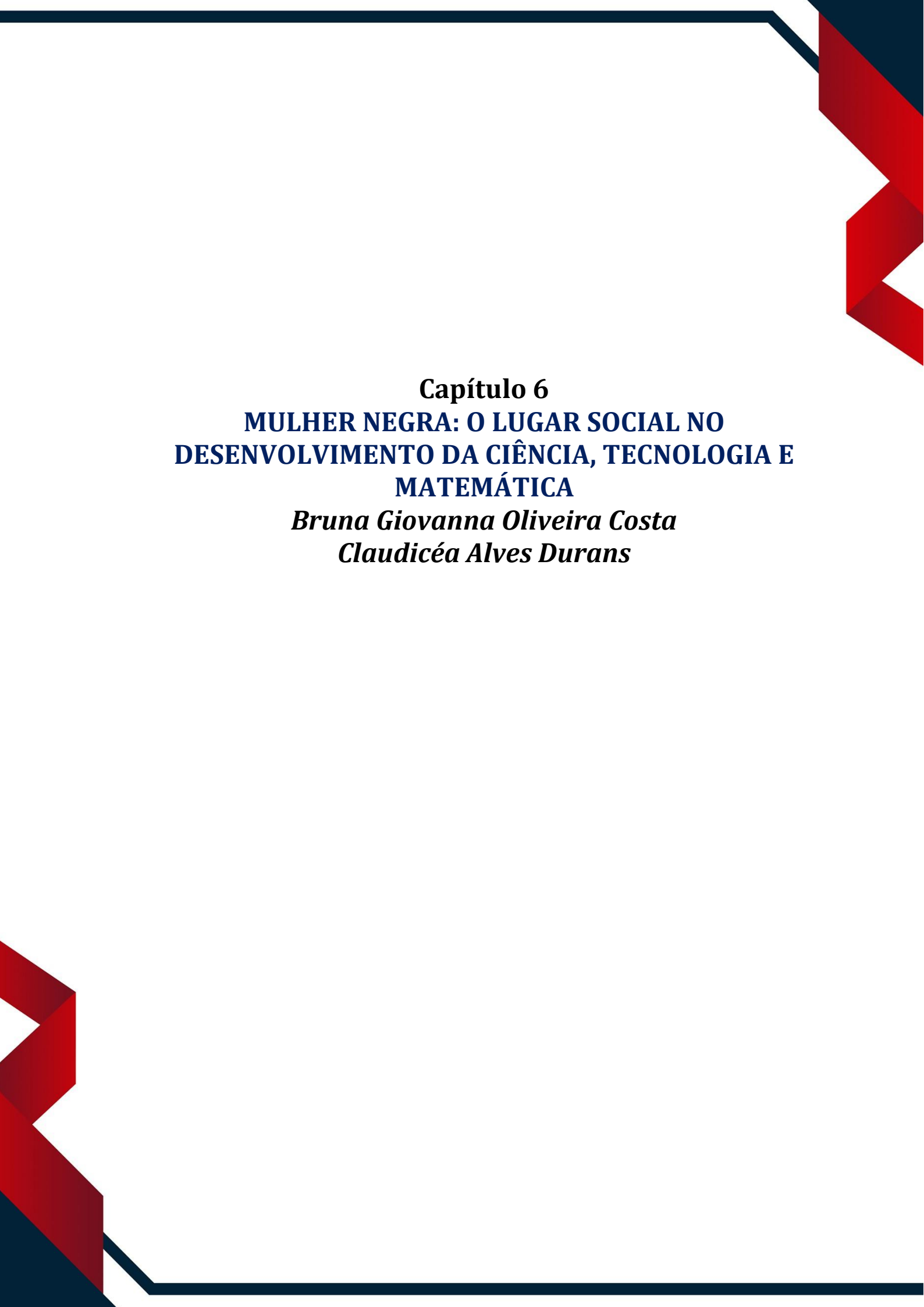
SARTRE, J. P. **O existencialismo é um humanismo**. Tradução: Vergílio Ferreira. São Paulo: Abril S.A., 1973.

**Sociedade em Foco #101: Como o Brasil é visto pelos estrangeiros e como de fato é**. Jornal USP. Disponível em: [Telavita. \*\*Veja como trabalhar a formação de caráter infantil\*\*. Telavita. Disponível em: <https://www.telavita.com.br/blog/formacao-de-carater-infantil/>. Acesso em: 24/02/2023.](https://jornal.usp.br/podcast/sociedade-em-foco-101-como-o-brasil-e-visto-pelos-estrangeiros/#:~:text=O%20Brasil%20%C3%A9%20visto%20pelos%20estrangeiros%20como%20um%20pa%C3%ADs%20de,onde%20as%20pessoas%20vivem%20bem. Acesso: 27/04/2023.</a></p></div><div data-bbox=)

**Violência contra a mulher como identificar e combater**. Fundo do Brasil. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/blog/violencia-contra-a-mulher-como-identificar->

e-combater/. Acesso em: 27/04/2023.

**Violência.** Dicio. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/violencia/>. Acesso: 27/04/2023.



**Capítulo 6**  
**MULHER NEGRA: O LUGAR SOCIAL NO**  
**DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E**  
**MATEMÁTICA**

*Bruna Giovanna Oliveira Costa*  
*Claudicéa Alves Durans*

# MULHER NEGRA: O LUGAR SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MATEMÁTICA

***Bruna Giovanna Oliveira Costa***

*Graduanda em Licenciatura em Matemática, Instituto Federal do Maranhão – IFMA. E-mail: bruna.g@acad.ifma.edu.br*

***Claudicéa Alves Durans***

*Professora, Instituto Federal do Maranhão – IFMA. Doutora em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão – UFMA. E-mail: claudicea.durans@ifma.edu.br*

## **RESUMO**

Durante um longo período, as narrativas oficiais tentaram embranquecer e/ou invisibilizar a memória e os trabalhos de mulheres negras. Com o intuito de dar o devido reconhecimento às produções femininas e reafirmar a necessidade de valorização da negritude, principalmente na área da matemática, este artigo pretende analisar e problematizar o lugar da mulher negra no desenvolvimento científico e tecnológico a partir de uma incursão histórica sobre a trajetória de mulheres negras. Para tanto, analisamos estudos que relacionam gênero, raça, matemática e o campo científico em geral. Além disso, nos alicerçamos em pesquisas anteriores de cunho qualitativo que consideraram aspectos exógenos de antigas sociedades africanas para entender o papel da mulher negra nessas sociedades. Baseado nessas leituras, constatamos que as mulheres negras tiveram posição de destaque no âmbito científico, tecnológico, político e econômico, sendo fator primordial para o desenvolvimento da humanidade, assim como para a construção do conhecimento matemático. Este estudo se faz relevante, uma vez que auxiliamos no processo de desmistificação da identidade implícita da mulher negra, a qual foi construída socialmente, fundamentada em critérios de hereditariedade biológica, e imposta por meio da dominação e subjugação de corpos; além de ser reiterada constantemente nas mídias sociais, nos discursos discriminatórios professados cotidianamente, no silenciamento de vozes negras e na invisibilização de personagens negras históricas.

**Palavras-chave:** Mulher negra. Ciência. Tecnologia. Matemática.

### **ABSTRACT**

For a long period, official narratives tried to whiten and/or make the memory and work of black women invisible. With the aim of giving due recognition to female productions and reaffirming the need to value blackness, especially in the area of mathematics, this article aims to analyze and problematize the place of black women in scientific and technological development based on a historical incursion into the trajectory of black women. To do so, we analyzed studies that relate gender, race, mathematics and the scientific field in general. Furthermore, we build on previous qualitative research that considered exogenous aspects of ancient African societies to understand the role of black women in these societies. Based on these readings, we found that black women had a prominent position in the scientific, technological, political and economic spheres, being a primordial factor for the development of humanity, as well as for the construction of mathematical knowledge. This study is relevant, as we help in the process of demystifying the implicit identity of black women, which was socially constructed, based on criteria of biological heredity, and imposed through the domination and subjugation of bodies; in addition to being constantly reiterated on social media, in the discriminatory speeches professed daily, in the silencing of black voices and the invisibilization of historical black characters.

**Keywords:** Black woman. Science. Technology. Mathematics.

### **INTRODUÇÃO**

D' Ambrósio (1996), doutor em matemática e pioneiro em pesquisas sobre etnomatemática no Brasil, afirma que “[...] em todas as culturas e em todos os tempos, o conhecimento [...] está subordinado a um contexto natural, social e cultural.” (p. 26). A Ciência é uma construção humana, portanto, está intrinsecamente ligada às questões política, econômica, cultural e social de cada povo que colaborou para o seu desenvolvimento e amadurecimento. Consequentemente, as questões de gênero e o racismo também transversalizam essa área do conhecimento.

Devido à cultura hegemônica eurocêntrica, foram sócio-historicamente determinados estigmas sobre os povos africanos, assim como a mulher negra, os quais formaram e cristalizaram representações depreciativas desses sujeitos na memória coletiva. Embora tenham contribuído significativamente para a construção de conhecimentos em diversas áreas do conhecimento, não são citados na História oficial como produtores ativos desses saberes.

Nesse sentido, a partir de uma perspectiva afrocentrada, objetivamos com este estudo analisar e problematizar o lugar da mulher negra no desenvolvimento científico e tecnológico, principalmente na área da matemática. Para tanto, nos alicerçamos em pesquisas anteriores de cunho qualitativo que relacionam gênero, raça e matemática, além das que consideraram aspectos exógenos de antigas sociedades de África. Com base nessas leituras, constatamos que as mulheres tiveram posição de destaque no âmbito científico, tecnológico, político e econômico, sendo fator primordial para o desenvolvimento da humanidade.

Dessa forma, o texto está dividido em quatro momentos. Inicialmente, apresentaremos brevemente o conceito de raça e sua relação com a narrativa histórica preconceituosa difundida sobre a África. Além disso, destacaremos o branqueamento das heranças de intelectuais egípcios africanos. Em seguida, abordaremos o papel fundamental das mulheres negras nas sociedades antigas africanas, assim como experiências delas na ciência e na tecnologia. Posteriormente, relacionaremos gênero, raça e matemática. Por fim, apontaremos algumas mulheres negras que contribuíram para construção do conhecimento científico matemático.

## **O BRANQUEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA AFRICANA**

O termo “raça” é uma construção social e política. A partir da perspectiva genética, ele inexistente, porém, se materializa nas relações humanas por meio de discursos permeados pela ideologia do preconceito. Concordamos com Gomes (2003) ao afirmar que tal conceito é indispensável para refletirmos sobre as inferências econômica, política, social, cultural e psicológica da imagem do negro que circula na sociedade. Entender o conceito de raça socialmente construída é primordial para apreender e transformar a realidade extremamente desigual e discriminatória em que vivemos, a qual possui raízes profundas tecidas ao longo da história.

Diversas teorias racialistas foram criadas por cientistas ocidentais entre os séculos XVIII e XIX para supostamente justificarem a dominação e a escravização de povos não europeus, além de afirmarem a inferioridade e a incapacidade de povos africanos em relação as demais civilizações. De acordo com Nascimento (2008), a própria palavra “civilização” não era utilizada para referir-se aos negro-africanos porque, pela definição, as civilizações se constituíram somente entre 8 mil e 6 mil d. C. Enquanto que antes de



4500 a. C. teriam surgido os primeiros indícios de sociedades africanas organizadas. Nesse sentido, era inaceitável que esses povos tenham contribuído substancialmente para o processo de desenvolvimento humano, tampouco gerado os primeiros seres humanos.

Essas teses pseudocientíficas estabeleceram a hierarquia de raças. No nível mais elevado, estaria a raça que possuísse competência intelectual e civilizatória, a europeia; já na base, a que julgavam desprovida de qualquer capacidade que não estivesse associada ao trabalho braçal, a africana.

Entretanto, pesquisas científicas recentes desmistificaram essas teses e afirmaram que os negro-africanos tiveram um papel fundamental na história da evolução humana. Cheikh Anta Diop, antropólogo senegalês, dedicou-se a divulgar estudos que comprovaram cientificamente a ancestralidade africana como fator comum a todas as sociedades. O autor foi precursor ao formular suas teorias analisando a História da África produzida pelos próprios povos originários a fim de atribuir-lhes o devido reconhecimento por suas produções, e não mais representá-los como seres selvagens e arcaicos.

Nascimento (2008), alicerçada nas obras de Diop, também defende em seu livro “A matriz africana no mundo” que a África é o berço da Humanidade, ou seja, dela descenderam todas as nações, inclusive a ocidental. Segundo a autora, os africanos foram responsáveis pelas primeiras civilizações humanas e devido os vários fluxos migratórios povoaram todos os continentes do mundo, contradizendo argumentos que atribuíam aos brancos europeus a origem do ser humano.

Alguns vestígios arqueológicos, paleontológicos e genéticos que embasaram essa tese foram: (i) um esqueleto de uma mulher encontrado em 1972 que datava de 5 a 3,5 milhões de anos atrás, apelidada de Lucy; (ii) o descobrimento de restos de fogo doméstico no Quênia, muito mais antigo do que nos relata a história oficial, 1,4 milhão de anos; (iii) a confirmação de uma mesma origem ancestral de todos os seres humanos por meio da análise de DNA mitocondrial<sup>2</sup>. (NASCIMENTO, 2008)

A partir dessas descobertas, concluiu-se também que na África ocorreram diversos progressos tecnológicos importantíssimos, os quais são a agricultura, a domesticação de animais, a escrita, a prática comercial, as produções metalúrgicas e a organização

---

<sup>2</sup> O DNA mitocondrial é herdado somente pela linhagem feminina. A partir de análises genealógicas, descobriu-se que todos os humanos foram originados de uma mesma ancestral, a qual denominaram de “Eva, mãe de todos nós”. Ela era uma mulher negra africana subsaariana que viveu há cerca de 200 mil anos.

sociopolítica. À medida que o conhecimento tecnológico foi sendo sofisticado, a estrutura social também era aprimorada, evoluindo gradativamente de comunidades hierarquicamente ordenadas, até grandiosos impérios. Uma das primeiras civilizações do mundo responsável por esses avanços tecnológicos habitava o Egito e dela desenvolveu-se a civilização ocidental, contradizendo a imagem de que o Ocidente seria o originador de todas as civilizações.

Os egípcios elaboraram um dos mais antigos sistemas de escrita, o qual evoluiu posteriormente para os hieróglifos. Além disso, produziram diversos monumentos arquitetônicos de alta complexidade para a época, como as pirâmides; e conhecimentos nas áreas de astronomia, navegação, medicina, filosofia e também matemática. O linguista, filólogo e cientista social Martin Bernal (apud NASCIMENTO, 2008) reafirma as contribuições dos negros egípcios para diversos campos científicos.

“Em vez de se apresentar na história humana como devedor insolvente, o mundo negro é a própria origem da civilização “ocidental” de hoje. A matemática pitagórica, a teoria dos quatro elementos de Tales de Mileto, o materialismo epicureano, o idealismo platônico, o judaísmo, o islã e a ciência moderna têm suas raízes na cosmogonia e na ciência africanas do Egito”. (BERNAL, 1987, p. 71 apud NASCIMENTO, 2008, p. 71)

Embora a sociedade clássica egípcia tenha pele negra, ela ainda é considerada branca em consequência do racismo científico. De acordo com Nascimento (2008), na tentativa de mascarar as contribuições dos negros egípcios e embranquecê-los, foi criada uma disciplina científica chamada egiptologia. Nela, diversos estudiosos modificaram fatos históricos para atribuir todas as produções científicas e culturais egípcias à cultura branca grega. As consequências da tentativa de embranquecimento egípcio podem ser percebidas atualmente na representação midiática do Egito. Na indústria cinematográfica, por exemplo, os personagens egípcios são representados por atores brancos.

Diversos estudiosos gregos, como teólogos e filósofos, beberam de escritos africanos para formular seus pensamentos. Entretanto não fazia sentido divulgar tal fato, pois a elite grega baseava-se em fatores biológicos para justificar o sistema escravocrata que a sustentava. A ideia de que a inferioridade dos negros era herdada no ventre da mãe, possibilitou atribuir caráter ético à subserviência, à exploração e ao genocídio de povos africanos.

## **MULHER NEGRA, PILAR DA SOCIEDADE AFRICANA**

Cheikh Anta Diop (apud DE OLIVEIRA, 2018) investigou a partir de um olhar macroscópico a estrutura de diferentes famílias africanas à procura de aspectos em comum que pudessem confirmar a existência de uma unidade cultural. Ele buscava a essência da África, isto é, características que atuassem como símbolos de reconhecimento da matriz cultural africana. O autor constatou que essas sociedades antigas possuem em seu cerne a matrilinearidade<sup>3</sup>, confirmando, portanto, que realmente havia uma unidade africana, a qual tinha como base o matriarcado<sup>4</sup>, também chamado de sistema matriarcal.

Visando reafirmar a ideologia da inferioridade da cultura africana, diversos cientistas sociais europeus caracterizaram o matriarcado como uma visão primitivista e promíscua de estruturação familiar, por isso permitiam a participação ativa da mulher. Alguns dos principais estudiosos que difundiram essa concepção foram Friedrich Engels e Johann Jakob Bachofen. Em geral, eles acreditavam que havia um curso natural do desenvolvimento humano comum a todos os povos.

Segundo essa teoria do “progresso universal”, haveria diferentes estágios de sistemas familiares pelos quais as sociedades passariam até alcançarem o modelo ideal, mais avançado. No estágio primário estava o matriarcado africano, associado à obscuridade, à improdutividade e à barbárie. Enquanto no estágio superior, estava o patriarcado europeu, associado à clareza, à racionalidade e ao progresso. Essas formas de estruturação social, principalmente o modelo patriarcal, influenciaram fortemente o modo como as sociedades contemporâneas se organizam, bem como os estigmas negativos sobre as mulheres.

Diop vai de encontro a essas teses evolucionistas e alega que não possuem comprovação científica. O autor afirma que os pesquisadores basearam seus estudos em sociedades africanas que aparentemente tiveram uma evolução organizacional rumo ao patriarcado. Entretanto, o que houve foi a imposição violenta do sistema patriarcal por povos que dominaram e escravizaram os africanos, que antes praticavam o sistema matriarcal, com o pretexto de civilizá-los. Nesse sentido, o antropólogo formula uma

---

<sup>3</sup> Tal termo representa um sistema no qual o status, os bens materiais e demais privilégios de cunho político-econômico eram herdados pelos descendentes considerando a linhagem familiar materna. Contrariamente, no sistema patrilinear a principal referência é a linhagem paterna, tida como mais fraca e menos significativa na cultura africana.

<sup>4</sup> Esse termo designa sociedades geradas por mulheres. Elas exercem poder nas esferas política, social, econômica, cultural e religiosa.

hipótese na qual defende que ambos sistemas foram gerados concomitantemente em regiões geograficamente distintas: norte, berço setentrional; e sul, berço meridional. (DIOP apud NASCIMENTO, 2008)

Do berço setentrional provém o sistema patriarcal. Em razão do clima gélido, os povos arianos dependiam quase exclusivamente da caça e estavam em constante perigo. Por isso, eles se abrigavam em cavernas para se protegerem e migravam constantemente. Assim, as mulheres eram tidas como fardos a serem carregados pelos homens, não exerciam nenhuma função além de procriar. Os valores desses povos eram relativos à dominação, à conquista, à guerra, ao individualismo, à manutenção da propriedade privada a qualquer custo e à aversão ao estrangeiro.

Por outro lado, do berço meridional provém o matriarcado. O clima propiciou o desenvolvimento de práticas agrícolas, e conseqüentemente a sedentarização, ou seja, a fixação dos povos numa determinada região. A mulher, ao contrário dos povos setentrionais, exercia função central. Por ser responsável pela geração da vida, manutenção e prosperidade da comunidade, tanto politicamente, quanto economicamente; a mulher era sinónimo de estabilidade. Os homens eram responsáveis pela caça, pesca, guerra, tidos como trabalhos perigosos e possivelmente prejudiciais à economia da comunidade. Os valores cultivados por essas civilizações agrárias eram partilha, xenofilia, respeito, amor, cuidado, paz, coletivismo social e solidariedade.

Nascimento (2008) também refuta a ideia europeia preconceituosa acerca do matriarcado e afirma que essa organização social não se configura antagônica ao sistema patriarcal, não há subjugação dos homens como há das mulheres no patriarcado. A relação entre homem e mulher é horizontalizada, ambos compartilham privilégios, responsabilidades relativas à administração estatal, possuem direitos igualitários, detinham os mesmos poderes jurídicos, políticos e espirituais. Para além disso, ela possuía também status religioso com autoridade ilimitada. A figura materna era considerada sacral, uma vez que possibilitava a perpetuação da vida. Essa relação se manifesta num dos mitos fundadores da civilização egípcia, o mito de Osíris. Assim, podemos concluir que a tradição matrilinear data de tempos imemoriais e que a figura feminina teve papel importantíssimo na geração do Egito negro.

Para reforçar a posição de destaque das mulheres na África, a autora apresenta diversos exemplos de rainhas e sacerdotisas que exerciam poderes com níveis distintos. Dentre elas estão, N'Zinga, rainha da Angola e contemporânea de Zumbi dos Palmares, ela

resistiu aos dominadores portugueses e holandeses. Yaa Asantewaa, rainha de Gana, liderou a resistência dos asante durante a guerra para se opor à dominação inglesa. Makeda, rainha de Sabá, construiu grandes monumentos arquitetônicos, como estátuas e imensos complexos urbanos. Ela “controlava o comércio riquíssimo de ouro, marfim, ébano, olhos, especiarias e pedras preciosas”. (NASCIMENTO, 2008, p. 77)

Outra rainha soberana é Cleóprata. Seus atributos vão além mera imagem de amante de um imperador romano. Era estadista e estrategista, defendeu seu país da dominação imperialista romana e o manteve independente. Amanirenas, uma candace<sup>5</sup>, também enfrentou as tropas romanas durante cinco anos para defender seu país e saiu vitoriosa.

Portanto, nas civilizações tradicionais africanas, a mulher não era oprimida e menosprezada como nas civilizações ocidentais. Pelo contrário, devido ao desenvolvimento da agricultura, ela exercia função fundamental e central na produção agrícola, na administração, no controle e na distribuição da economia de diversos setores sociais. O modelo matriarcal possibilitou a formação de uma sociedade que reconheceu, valorizou e respeitou o potencial feminino. Além de ter incentivado e oportunizado a participação das mulheres na vida em comunidade.

Se por um lado, as críticas de Diop acerca do conceito europeu de matriarcado permitiram um novo olhar sobre a imagem da mulher negra nos discursos científicos, atribuindo-lhe prestígio; por outro lado, a tese dos berços dá margem para homogeneizar os continentes africano e europeu a respeito das formas de organização familiar e pode sugerir que não existe nem machismo, nem patriarcado em África.

Apesar da influência de matrizes culturais estrangeiras, traços do legado histórico matriarcal ainda estão presentes entre os negro-africanos por todo o mundo. Porém, a África, não na sua totalidade, vive atualmente ideologias oriundas do patriarcalismo. Uma delas é a hierarquia de gênero, a qual foi incorporada violentamente à cultura africana por outras civilizações que a dominaram (OYEWUMI apud NASCIMENTO, 2008). A mulher foi relegada, a função reprodutiva que antes lhe conferia sacralidade e protagonismo social, passa a ser utilizado como principal argumento para sustentar o estigma da inferioridade biológica da mulher.

---

<sup>5</sup> Nos reinos de Núbia, havia a tradição das rainhas-mães africanas, com linhagem das kentakes ou candaces que perdurou por 600 anos. O poder não era conferido a elas por serem esposas de reis, mas sim por direito próprio. Elas eram responsáveis pela condução social e militar do Estado.

## **MULHERES NEGRAS E MATEMÁTICA**

O conceito de gênero não é intrínseco ao ser humano, mas sim uma construção cultural histórica baseada na distinção entre os sexos biológicos masculino e feminino. Tal termo é utilizado para fundamentar, restringir e legitimar os papéis sociais assumidos por homens e mulheres na sociedade. Gradualmente, foi enraizado na memória coletiva por elites simbólicas por meio de normas que classificam, hierarquizam e determinam as identidades possíveis para cada sujeito conforme o sexo.

A imagem inferiorizada da mulher que circula na sociedade é ligada a adjetivos como fraca, ingênua, incapaz de produzir conhecimento, emotiva, procriadora e cuidadora do lar. Tais estigmas mantiveram por muito tempo a mulher afastada dos setores produtivos e educacionais. Eles ainda pairam sobre a figura feminina e são constantemente reforçados, explícita ou implicitamente, por várias instituições sociais, como família, escola, igreja, Estado e mídia social. A mulher recebia uma educação extremamente repressiva baseada na sua “condição natural”, a qual consistia basicamente em aprender tarefas domésticas, ler, escrever e fazer cálculos básicos.

Ao analisar obras marxistas, Toledo (2003) afirma que as desigualdades de gênero, presentes atualmente em diversos setores sociais, não têm raiz ideológica ou cultural, mas sim nas relações econômicas. Esse argumento vai ao encontro da tese elaborada por Diop sobre os berços civilizatórios, na qual afirma que o papel social da mulher era baseado na função que ela exercia na economia. Segundo estudos da autora, a opressão da mulher não tem início no capitalismo, mas sim no sistema patriarcal, que precede o sistema capitalista.

Da mesma forma, a autora afirma que a percepção do que julgamos essencialmente masculino ou feminino também é oriunda de sociedades patriarcais e, posteriormente, apropriada pelo capitalismo para embasar a exploração intensiva da classe trabalhadora, principalmente a classe feminina, pois gerava mais lucro. Conforme as tecnologias dos meios de produção vão sendo modernizadas, as mulheres se inserem cada vez mais no mercado de trabalho opressor e machista, ocupando em sua maioria postos informais e com condições precárias de trabalho. Desse modo, a alienação dessas mulheres é facilitada, sobretudo de mulheres negras, dado que geralmente o nível de escolaridade é bem menor do que das mulheres brancas.

Adentrar nas universidades foi uma das opções para as mulheres se qualificarem e conseguirem empregos com melhor remuneração. Entretanto, o acesso ao ensino superior é desigual entre as mulheres. Se para as mulheres não negras esse processo já complicado, para as negras é muito mais árduo, isso se dá como consequência do racismo histórico.

No século XIX, foram criadas leis que legitimaram a negligência estatal e a segregação racial desse grupo. Destacamos o artigo 3º da lei nº 1, de 14 de janeiro de 1837: “São proibidos de frequentar as Escolas Publicas: 1º Todas as pessoas que padecerem molestias contagiosas. 2º Os escravos, e os pretos Africanos, ainda que sejam livres ou libertos.” (ASPHE, 2005, p. 199).

Esse foi o primeiro documento oficial que regulamentava o acesso ao ensino no Brasil, o qual nega ao negro a condição de cidadão, proibindo-lhe o acesso às instituições de ensino. Tal lei nos revela o modelo de organização social que regia o período colonial, um sistema estruturado na dominação, na superexploração e na segregação baseados no conceito de supremacia da raça branca. Esse mesmo modelo de opressão racial continua a nortear as relações sociais, ao contrário do que prega o mito da democracia racial<sup>6</sup>.

Outro fator que contribuiu para o adiamento do acesso à educação pelas mulheres negras, focando na área de matemática, foi a implementação da lei de 1827 que instituiu escolas somente para meninas com restrição dos conteúdos ensinados, além de limitar o trabalho docente de mulheres.

Art. 6º Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil. (BRASIL, 1827)  
Art. 12. As Mestras, além do declarado no Art. 6º, com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica [...] (BRASIL, 1827)

Tal determinação legal reitera a exclusão de mulheres do âmbito da matemática.

---

<sup>6</sup> Tal ideologia considera o povo brasileiro uma unidade homogênea e caracteriza o convívio entre diferentes raças como harmônico (GOMES, 2011). Além disso, invisibiliza a população negra, a deslegitima como humana e anula o preconceito e a discriminação raciais existentes.

## MULHERES NEGRAS NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA MATEMÁTICA

Mesmo diante de um cenário permeado pelo preconceito de gênero e de raça, as mulheres negras conseguiram romper barreiras e conquistar seu espaço em campos científicos. Desafiando estereótipos e enfrentando adversidades históricas, essas mulheres atuam significativamente para o progresso do conhecimento matemático e científico e tecnológico em geral.

### Eliza Maria Ferreira Veras da Silva

Professora Eliza Maria – Primeira doutora negra



Fonte: Programa de Apoio a Projetos e Iniciação Científica em Matemática Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Eliza Maria Ferreira Veras da Silva

Eliza Maria Ferreira Veras da Silva nasceu na cidade de Ituberá, na Bahia. Foi a primeira mulher negra brasileira a obter o título de doutorado, o mais antigo do Brasil, em Matemática do Instituto de Matemática e Estatística da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Silva se formou em 1967 em bacharelado e licenciatura em Matemática na UFBA, ao mesmo tempo em que atuava como professora no ensino primário em Salvador. Em 1968, foi nomeada professora Algebrista no Instituto de Matemática e Estatística (IME). Além disso, concluiu mestrado e doutorado na Universidade de *Montpellier*, na França, ambos financiados pela UNESCO e pelo Governo Francês, respectivamente.

Defendeu sua tese de doutorado em 1977 na área de álgebra, a qual intitulou “*Sur les nombres entiers non associatifs*” (Sobre números inteiros não associativos). Após o mestrado, passou em um concurso para ser professora assistente da UFBA. Na década de 80, orientou pesquisas em uma área ocupada predominantemente por homens, atuando como professora no Programa de Pós-graduação em Matemática.



## Chelsea Walton

Professora Chelsea Walton



Fonte: Grupo Elza

Chelsea Walton, considerada um gênio da álgebra, nasceu em Detroit, *Michigan*, em EUA. Concluiu a graduação em matemática pela Universidade Estadual do Michigan, e a pós-graduação pela Universidade de *Washington* e pelo Instituto de Tecnologia de *Massachusetts* (MIT). Atuou como professora assistente na Universidade *Temple*, Filadélfia, e atualmente é docente na Universidade de Illinois em Urbana, *Champaign*. Walton realiza pesquisas na área de álgebra não comutativa. Em fevereiro de 2017, foi nomeada "*Fellow da Sloan Foundation*", que premia cientistas excepcionais em início de carreira.

## Talithia Williams

Professora Talithia Williams



Fonte: Harvey Mudd College

Talithia Williams é bacharel e mestre em matemática, respectivamente, pelo *Spelman College* e pela *Howard University*. Além de doutora em estatística pela Rice

University. Atualmente leciona no departamento de matemática do *Harvey Mudd College*. Sua área de pesquisa é em desenvolvimento de modelos estatísticos que levam em consideração a estrutura espacial e temporal dos dados, aplicando-os para a resolução de problemas ambientais e sociais.

Em 2014, ela fez uma palestra no *TED talks*, na qual abordou a importância de monitorar os dados de nossos próprios corpos, destacando como a coleta e estudo de informações sobre funções essenciais, como o sono, o ciclo menstrual e a frequência cardíaca, podem ter efeitos benéficos para a saúde. No mesmo ano, Williams fez história ao se tornar a primeira mulher negra a ocupar o cargo de professora titular no *Harvey Mudd College*.

Além delas, deve haver diversas outras matemáticas brilhantes que não conhecemos porque suas histórias foram invisibilizadas pelo racismo e pelo preconceito de gênero, determinantes históricos do lugar social ocupado pela mulher negra.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

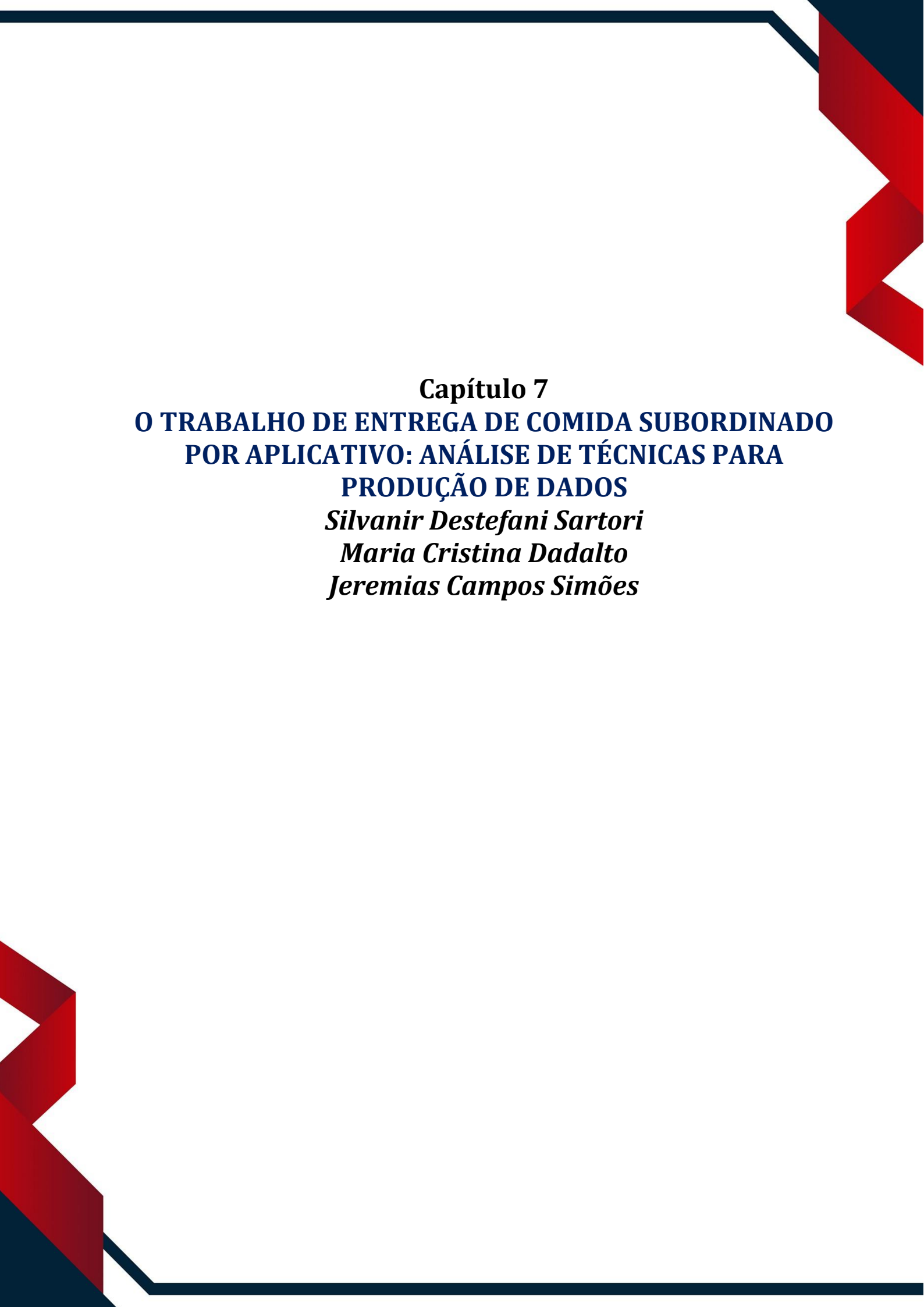
A tentativa de apagamento e branqueamento da cultura negra africana, bem como de suas produções científicas, não foi suficiente para extinguir o legado riquíssimo da África negra. E embora, haja predominância masculina branca nas áreas científicas, as mulheres negras contribuíram, e ainda contribuem, significativamente para a elaboração do pensamento científico.

Com este estudo, buscamos colaborar para o processo de desmistificação da identidade implícita da mulher negra, a qual foi construída socialmente, fundamentada em critérios de hereditariedade biológica, e imposta por meio da dominação e subjugação de corpos; além de ser reiterada constantemente nas mídias sociais, nos discursos discriminatórios professados cotidianamente, no silenciamento de vozes negras e na invisibilização de personagens negras históricas.

Ao analisarmos a figura feminina negra em lugares sociais historicamente marcados pelo pensamento hegemônico eurocêntrico, machista e racista, assim como trazermos à tona exemplos de mulheres que contribuíram para o desenvolvimento da sociedade poderemos colaborar, desta forma, para que outras mulheres negras se vejam representadas e se inspirem a ocupar lugares que historicamente lhes foram negados.

## REFERÊNCIAS

- ASPHE, R. H. E. **Lei n. 1, de 1837, e o decreto n. 15, de 1839**, sobre Instrução Primária no Rio de Janeiro-1837. Revista História da Educação, v. 9, n. 18, p. 199-205, 2005.
- BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do império. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM..15101827.htm#:~:text=LEI%20DE%2015%20DE%20OUTUBRO,lugares%20mais%20populosos%20do%20Imp%C3%A9rio](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM..15101827.htm#:~:text=LEI%20DE%2015%20DE%20OUTUBRO,lugares%20mais%20populosos%20do%20Imp%C3%A9rio). Acesso em: 15/07/2023.
- D'AMBROSIO, U. **Educação Matemática: da teoria à prática**. Campinas: Papyrus Editora, 1996.
- DE OLIVEIRA, F. C. **O Matriarcado e o lugar social da mulher em África: Uma abordagem afrocentrada a partir de intelectuais africanos**. ODEERE, [S. l.], v. 3, n. 6, p. 316-339, 2018. DOI: 10.22481/odeere.v3i6.4424. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/4424>. Acesso em: 05/12/2022.
- GOMES, N. L. **Cultura negra e educação**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro. nº 23. p. 75-85, mai/ago de 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782003000200006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000200006). Acesso em: 13/03/2023.
- GOMES, N. L. **O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes**. Política & Sociedade, v. 10, n. 18, p. 133-154, 2011.
- GRUPOELZA. **Chelsea Walton**. Grupo Elza – Mulheres do IMECC. Disponível em: <https://www.ime.unicamp.br/~grupoelza/2020/07/15/chelsea-walton/>. Acesso em: 22/07/2023.
- HARVEY MUDD COLLEGE. **Talithia Williams**. Disponível em: <https://www.hmc.edu/mathematics/people/faculty/williams/>. Acesso em: 22/07/2023.
- NASCIMENTO, E. L. **A matriz africana no mundo**. São Paulo: Selo negro, 2008. (Coleção Sankofa, I)
- SANTOS, K. **Profª. Dra. Eliza Maria Ferreira Veras**. Programa de Apoio a Projetos e Iniciação Científica em Matemática professora Dra. Eliza Maria Ferreira Veras da Silva. Disponível em: <https://papicelizaferreira.ufba.br/profa-dra-eliza/>. Acesso em: 22/07/2023.
- TOLEDO, C. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide**. 2. ed. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2003.



**Capítulo 7**  
**O TRABALHO DE ENTREGA DE COMIDA SUBORDINADO**  
**POR APLICATIVO: ANÁLISE DE TÉCNICAS PARA**  
**PRODUÇÃO DE DADOS**

*Silvanir Destefani Sartori*

*Maria Cristina Dadalto*

*Jeremias Campos Simões*

## O TRABALHO DE ENTREGA DE COMIDA SUBORDINADO POR APLICATIVO: ANÁLISE DE TÉCNICAS PARA PRODUÇÃO DE DADOS<sup>7</sup>

**Silvanir Destefani Sartori**

*Doutorando em Ciências Sociais e mestre em Administração pela Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista de pós-graduação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Email: silvanirdestefani@gmail.com.*

*<https://orcid.org/0000-0002-5156-5197>.*

*<http://lattes.cnpq.br/2063491337276771>.*

**Maria Cristina Dadalto**

*Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Docente Associada da Universidade Federal do Espírito Santo. Email: mcdadalto@gmail.com.*

*<https://orcid.org/0000-0002-7925-3929>.*

*<http://lattes.cnpq.br/1720560349495010>.*

**Jeremias Campos Simões**

*Doutor em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Espírito Santo. Docente no Centro Universitário Salesiano - Unisales. Email: jeremias.simoes@yahoo.com.br.*

*<https://orcid.org/0000-0002-3970-0819>.*

*<http://lattes.cnpq.br/3848925103258680>.*

### **RESUMO**

A implementação das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) no contexto do laboral, representadas neste capítulo por aplicativos funcionantes em *smartphones*, reconfigurou diversas modalidades de trabalho, como o de entrega de comida. Trata-se de um contexto de desafios para aqueles que desejam pesquisar trabalhos que agora estão subordinados por aplicativo, uma vez que compreender o

---

<sup>7</sup> As discussões deste capítulo foram inicialmente publicadas nos anais do 9º Encontro Internacional de Política Social (2023). Disponível em <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/41392>.

trabalho requer alcançar algum nível de entendimento sobre o funcionamento do próprio aplicativo. Motivados por essas questões, nosso objetivo neste capítulo é discutir a caracterização dos *smartphones* e dos aplicativos como espaços ocupados durante o trabalho. Além disso, pretendemos, com base em nossa experiência de pesquisa com a participação observante e a observação livre, analisar a adequação dessas técnicas para produzir dados sobre o trabalho de entrega de comida subordinado por aplicativo. A análise indica adequação das técnicas selecionadas para a produção de dados, concebendo que aplicativo e *smartphone*, quando ocupados pelos trabalhadores, provocam condição de multissituação aos trabalhadores. Entretanto, a adequação depende da viabilidade do emprego das referidas técnicas, assim como depende de estratégias metodológicas flexíveis, sem que sejam abandonados critérios norteadores.

**Palavras chaves:** trabalho; aplicativo; entrega de comida; participação observante; tecnologia digital de informação e comunicação.

#### **ABSTRACT**

The implementation of Digital Information and Communication Technologies (DICTs) in the workplace context, represented in this chapter by functioning applications on *smartphones*, has reconfigured various forms of work, such as food delivery. It is a context of challenges for those who wish to research jobs that are now subordinated by applications, since understanding the work requires reaching some level of understanding of the operation of the application itself. Motivated by these questions, our objective in this chapter is to discuss the characterization of *smartphones* and applications as spaces occupied during work. Additionally, we intend, based on our research experience with participant observation and free observation, to analyze the adequacy of these techniques for producing data on delivery work subordinated by applications. The analysis indicates the adequacy of the selected techniques for data production, conceiving that the application and *smartphone*, when occupied by workers, cause a condition of multisituation to the workers. However, adequacy depends on the viability of employing these techniques, as well as on flexible methodological strategies, without abandoning guiding criteria.

**Keywords:** work; application; food delivery; participant observation; digital information and communication technology.

## **1 Introdução**

O desenvolvimento das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), caracterizadas neste capítulo por aplicativos (*softwares* funcionantes em *smartphones* com conexão à internet), reconfigurou diversas modalidades de trabalho, como o de entrega de comida. Por consequência, os entregadores passaram a exercer o

trabalho subordinado por aplicativo, no qual as diretrizes, o controle do tempo de cada etapa da entrega, além da distribuição dos pedidos, ocorrem de maneira automatizada, sendo comunicadas e realizadas pelo aplicativo.

Este é um processo de ampliação de sistemas de controle e subordinação de trabalhadores que se diferenciam do modelo anterior à implementação das TDICs no contexto laboral. Uma das mudanças essenciais foi a substituição de indivíduos encarregados de controlar e supervisionar o trabalho por aplicativos. Como resultado, tem sido observada a intensificação do trabalho e uma acentuada precarização das condições laborais.

Ao substituir os indivíduos encarregados de supervisionar o trabalho pelo aplicativo, as empresas que controlam a plataforma instrumentalizaram essa mudança como argumento para não observar a legislação trabalhista vigente. Isso se deve ao fato de que a ausência de supervisão humana passou a ser interpretada como sinônimo de trabalho autônomo e não subordinado, o que não atende aos requisitos de uma relação de emprego.

Como resultado, os trabalhadores entregadores de comida, vinculados à empresa por meio do aplicativo, exercem suas atividades como se fossem trabalhadores autônomos, assumindo todos os custos do trabalho, como a compra de equipamentos e os encargos previdenciários. O trabalho passou a ser exercido sem um contrato de trabalho que conceda aos trabalhadores a expectativa de direitos e garantias (ANTUNES, 2019).

A concepção de trabalho autônomo é acompanhada pela propagação de um ideário de autoempreendedorismo, por meio do qual os trabalhadores podem fazer algumas escolhas sobre o trabalho, como, por exemplo, definir a quantidade de horas trabalhadas. No entanto, precisam lidar com baixas remunerações e pagamento por entrega, o que se soma às condições que tendem a intensificar o ritmo do trabalho.

A intensificação é percebida quando os trabalhadores se sentem obrigados a percorrer os espaços da cidade o mais rápido possível, a fim de concluir uma entrega e já estarem disponíveis para novas entregas. Eles estão dispostos até mesmo a infringir as regras de trânsito se isso for uma condição importante para reduzir o tempo gasto nos percursos entre uma entrega e outra (CANT, 2021).

Este é um contexto que apresenta desafios para aqueles que desejam pesquisar trabalhos subordinados por aplicativo, uma vez que compreender o trabalho requer

alcançar algum nível de entendimento sobre o funcionamento do próprio aplicativo. Portanto, é necessário avaliar a adequação e viabilidade de técnicas para produzir dados nesse cenário. Além disso, torna-se necessário dispor de conceitos sobre os aplicativos e os *smartphones* (infraestrutura onde funciona o aplicativo) que sejam pertinentes ao contexto do trabalho pesquisado.

Motivados por essas questões, nosso objetivo neste capítulo é discutir a caracterização dos *smartphones* e dos aplicativos como espaços ocupados durante o trabalho. Além disso, pretendemos, com base em nossa experiência de pesquisa com a participação observante e a observação livre, analisar a adequação dessas técnicas para produzir dados sobre o trabalho de entrega de comida subordinado por aplicativo.

Este capítulo foi elaborado com base nos estudos realizados para a tese de doutorado conduzida por Silvanir Destefani Sartori no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), sob a orientação da professora Maria Cristina Dadalto, com o objetivo de compreender o trabalho de entrega de comida subordinado por aplicativo. Os dados foram coletados por Silvanir Destefani Sartori e posteriormente analisados e discutidos em conjunto com os demais coautores.

O trabalho de entrega de comida investigado é subordinado pelo aplicativo conhecido como *Ifood*, nome pelo qual também é reconhecida a empresa que detém e controla o aplicativo. O trabalho pesquisado envolve a atividade de, conforme as diretrizes comunicadas pelo aplicativo, deslocar-se de bicicleta entre dois pontos geográficos: primeiro, dirigir-se ao local de coleta, geralmente restaurantes e lanchonetes, para buscar o pacote que contém a comida; em seguida, deslocar-se até o destinatário do pacote, que adquiriu a comida por meio do aplicativo na interface para consumidores, normalmente localizado em residências, como casas e prédios residenciais.

O mesmo trabalho também é realizado com o uso de motocicletas, mas esta modalidade não foi abordada na pesquisa realizada. Isso se deve ao fato de que observamos diferenças significativas nas experiências dos trabalhadores que fazem entregas de bicicleta em comparação com aqueles que utilizam motocicletas. Os entregadores que usam motocicletas percorrem distâncias maiores para realizar entregas, muitas vezes até mesmo entre cidades diferentes, e recebem remuneração também baseada na distância percorrida.

Destacamos que, apesar de ser condutor das nossas reflexões o trabalho de



entrega de comida subordinado pelo aplicativo *Ifood*, neste capítulo discutimos e analisamos o processo de produção de dados ocorrido através da participação observante e da observação livre. A participação observante aconteceu mediante a disposição do primeiro autor deste capítulo, em trabalhar fazendo entregas de comida, se locomovendo com bicicleta. Isto aconteceu no segundo semestre do ano de 2022.

Para este empreendimento, foi necessário realizar um cadastro no aplicativo, fornecendo informações como nome, número de telefone, documento de identidade, e-mail e foto do rosto, e submeter-se à aprovação do aplicativo *Ifood*. Não conseguimos identificar quais verificações foram feitas para a aprovação. O único conhecimento que nos foi possível obter é que ela é composta por cinco etapas.

Após a aprovação do cadastro e a aquisição dos equipamentos necessários para o trabalho com recursos próprios (*smartphone*, mochila com caixa térmica integrada, capa de celular com alça de pescoço e serviço de internet móvel), tornou-se viável permanecer disponível (*online*) no aplicativo. A partir desse momento, foi possível aceitar as ofertas de entregas disponibilizadas pelo aplicativo (sob demanda) e realizar as entregas, sempre sob a supervisão do aplicativo. O pesquisador já possuía a bicicleta antes do início da pesquisa.

Foi durante o processo de pesquisa que, em consonância com Abílio, Amorim e Grohmann (2021), adotamos a categoria "trabalhadores subordinados por aplicativo". Isso se deve ao fato de que as diretrizes para a realização e controle do trabalho são determinadas e comunicadas através do aplicativo, sem a participação visível de quaisquer agentes humanos. Quando o trabalhador não as segue, fica sujeito a punições, como ser bloqueado, ficar indisponível para receber ofertas de entrega e, portanto, ser impedido de trabalhar.

O uso da expressão "subordinado" também tem o propósito de destacar que no trabalho de entrega de comida pesquisado, o entregador está subordinado. Assim, combinado com os requisitos de personalidade do trabalhador, remuneração, habitualidade e o fato de ser um trabalho realizado por uma pessoa física, é possível configurar a relação de trabalho como uma relação de emprego. Com base nessa hipótese, a empresa que detém o aplicativo deveria obrigar-se a observar a legislação trabalhista vigente.

O processo de trabalho é monitorado em tempo real pelo aplicativo *Ifood*, com auxílio de outros aplicativos. O controle das atividades de entrega ocorre através da

determinação e monitoramento de informações como trajetos, paradas, tempo de espera e remuneração. A gestão do processo é iniciada pela empresa no momento em que o trabalhador ocupa o espaço do aplicativo. Isso resulta no controle da personalidade do trabalhador, que é feito através do reconhecimento facial (SUN, 2019).

O adjetivo "digital" é utilizado como sinônimo de sociabilidades, ações e informações que foram desenvolvidas e reduzidas a código binário. A ocupação desses espaços depende de infraestruturas como os *smartphones*, além de conexão à internet (BONINI et al., 2023; GEISMAR; KNOX, 2021; LEITÃO; GOMES, 2017).

A expressão "digital" está associada ao "*online*", que se refere ao estado de conexão à internet - estar conectado à internet equivale a estar *online*. Ao estar *online*, as fronteiras entre os espaços digital e material se tornam fluidas, permitindo que os trabalhadores estejam em múltiplos locais: ocupam o espaço material, caracterizado pelos espaços por onde transitam na cidade, ao mesmo tempo em que ocupam o espaço digital do aplicativo (BUHR; DESILLE; FONSECA, 2023).

Nesse sentido, o espaço material ocupado, onde ocorreu a produção de dados, foi delimitado, em princípio, pelo bairro Jardim Camburi, localizado na parte continental de Vitória, Espírito Santo. Este bairro faz limite com a praia de Camburi e a Mata da Praia, e também faz divisa com o município de Serra, no Espírito Santo<sup>8</sup>.

Para atingir os objetivos propostos, realizamos a discussão em três seções: 1) a infraestrutura *smartphone* e aplicativos como espaços 2) análise da experiência durante a produção de dados; 3) hiatos entre o planejado e o ocorrido na pesquisa, junto as considerações finais.

## **2 Espaços ocupados: o *smartphone* e os aplicativos**

Para ocupar o espaço digital do aplicativo que subordina o trabalho, é necessário também ocupar o espaço digital de um *smartphone*. Portanto, há interações entre esses dois espaços, essenciais para que o trabalho seja subordinado por aplicativo. Em razão disso, nesta seção, analisaremos e caracterizaremos o *smartphone* e os aplicativos utilizados durante o trabalho, bem como algumas das repercussões da ocupação desses espaços.

---

<sup>8</sup> Por envolver seres humanos, o projeto de pesquisa que permite as reflexões desse artigo, foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa, aprovado sob o parecer nº 5.620.281.

A necessidade imperativa do uso do *smartphone* para o trabalho, funcionando como infraestrutura que permite a operacionalização de *softwares*, representados aqui pelos aplicativos, implica na ampliação da análise para além do aplicativo *Ifood* - denominado pelos trabalhadores como "aplicativo", "app" ou "*Ifood*" - e também na compreensão das condições decorrentes desse uso (POELL; NIEBORG; VAN DIJCK, 2019).

A infraestrutura do *smartphone* também pode ser entendida como um espaço, metaforicamente comparável ao espaço de uma cidade, com diferentes "geografias" formadas pelos diversos aplicativos instalados nele. Na "cidade *smartphone*", estilos de vida distintos se entrelaçam na mesma trama, dependendo da função de cada aplicativo utilizado pelo trabalhador. O trabalhador pode ser categorizado com identidades distintas, mas não isoladas entre si: ao usar o aplicativo *Ifood*, ele assume a categoria de trabalhador, e ao utilizar um aplicativo de compras, ele se torna consumidor. Essas geografias se interligam e se conectam em um estado de circularidade (LEITÃO; GOMES, 2017).

O *smartphone* enquanto espaço multissitua o sujeito ocupante nos espaços digital e material. Entretanto, à medida que no espaço material o corpo ocupa um território específico, possível de categorizar como ocupante de uma calçada, rua ou bairro, na infraestrutura digital, ocorre a multissituação em geografias diversas e simultâneas. A multissituação se consolida então em dois sentidos: o trabalhador ocupante do espaço digital e material; e o trabalhador ocupante de diversos aplicativos de maneira simultânea

Exemplifica a condição de multissituação em diversos aplicativos, o fato de que, quando o trabalhador aceita uma entrega, ele é direcionado a ocupar o aplicativo *Google Maps*, que exerce a função de direcionar os trajetos no espaço material que devem ser seguidos pelo trabalhador. A ocupação do aplicativo *Google Maps*, ocorre e é seguida pela também ocupação no aplicativo *Ifood*. Com isso, os deslocamentos no espaço material, é seguido de também deslocamentos nos aplicativos ocupados.

Nesse sentido, compreendemos que a multissituação no espaço digital e no material se combina à interpretação de que as barreiras entre esses espaços são fluidas e indeterminadas. Corpos, subjetividades e práticas são consolidados em uma existência híbrida, sendo denominadas de "onlives". A hibridez, o "onlife", representa a impossibilidade de dissociar o trabalhador, ou o próprio trabalho, entre um espaço ou outro (BUHR; DESILLE; FONSECA 2023; FLORIDI, 2019).

Em razão da ocorrência de coleta e processamento de dados pelos aplicativos

usados, a hibridez reflete na potencialidade de o aplicativo modular interações e vivências. Os dados processados, referem as vivências do sujeito, independentemente de sê-las durante o trabalho, ou nos intervalos interjornadas. O parâmetro para a coleta de dados é baseado na ocupação dos aplicativos, por isso independe de estar ou não em situação de trabalho (POELL; NIEBORG; VAN DIJCK, 2019).

Significa, portanto, que a velocidade com que o trabalhador se locomove, os espaços digitais e materiais que ocupa, os rendimentos recebidos, entre outras possibilidades, são dados categorizados e usados na formulação de uma identidade. Essa identidade formulada é instrumentalizada para que as diretrizes para execução do trabalho sejam específicas ao sujeito, além de influenciar a oferta de serviços/produtos e informações (CHENEY-LIPPOLD, 2011).

Adiciona-se a esse processo o funcionamento e a orientação por algoritmos, aqui compreendidos como códigos de *softwares*. Os algoritmos, enquanto construção humana, são constituídos por diferentes visões de mundo, tanto culturais como sociais, políticas, econômicas e ideológicas. São objetos instáveis que se modificam ao registrarem as práticas dos sujeitos, que, no caso em análise, ocupam aplicativos (SEEVER, 2017).

Nesta perspectiva, o processamento de dados tende a modular os algoritmos em um processo de retroalimentação. Os dados são processados, possibilitando a modulação dos algoritmos conforme a realização do trabalho, que pode ser um processo de repetição das mesmas informações de tempo e trajeto, por exemplo, mas também pode envolver novas informações. Sendo os algoritmos parcialmente responsáveis pela subordinação do trabalhador, a modulação algorítmica resulta em diretrizes para o trabalho de acordo com as informações coletadas (SEEVER, 2017).

Ressalta-se que nem todos os algoritmos são construídos para se moldarem aos dados processados. Além disso, defendemos que, no trabalho pesquisado, os algoritmos são responsáveis por automatizar parte da subordinação do trabalhador, mas há outras diretrizes para o trabalho que, embora comunicadas através do aplicativo, não são necessariamente automatizadas.

O processo de subordinação, ocorrido mediante a interação entre aplicativo/algoritmo e trabalhador, não deve ser interpretado no sentido de um trabalhador passivo diante de um sistema de controle e vigilância. Durante o trabalho, ocorrem subversões e modos de enfrentamento, motivados principalmente por estratégias de resistência diante de contrariedades e imprevistos ocorridos no espaço

material (SUN, 2019).

Por fim, ressaltamos que as percepções de multissituação e de vidas “onlifes” devem ser combinadas com o constante lembrete de que o trabalho está associado ao trabalhador: o humano é condição ontológica para a existência do labor. Como consequência, uma absoluta codificação no e para o digital encontra empecilhos e resistência na organicidade e criatividade.

### **3 A experiência de produzir dados**

Baseados nas análises da seção anterior, a seguir apresentaremos como decidimos produzir os dados e as experiências provenientes desta decisão. Encerraremos a seção refletindo sobre a possibilidade de incorporar outras formas de produção de dados.

A decisão de como produzir dados foi feita em consonância com a condição de que o aplicativo multissitua, além de favorecer a hibridez “*onlife*”. Por isso os dados foram produzidos considerando os espaços dos aplicativos usados no trabalho, e os espaços materiais percorridos para as entregas. Então, selecionamos para a pesquisa as técnicas de observação livre e participação observante, direcionados pelo saber fazer: transformamos para conhecer e não conhecemos para transformar (PASSOS; BARROS, 2015).

O uso da participação observante foi adotado como uma maneira de evitar ser um mero observador externo, posicionado à margem ou sob uma perspectiva distante, e sim de se envolver ativamente no trabalho, experimentando suas condições e demandas com o próprio corpo, o que permitiu uma compreensão mais profunda. Dessa forma, conseguimos uma aproximação quase experimental, ao mesmo tempo em que ainda é possível manter uma certa distância para observar e estranhar (WACQUANT, 2002).

De maneira associada, a observação livre aconteceu com o preambular, ao se colocar em observar despretensiosamente os espaços ocupados durante o trabalho, visando aprender sobre a cidade e os aplicativos, percorrendo as ruas, links e páginas, sem necessariamente fazer estes trajetos com o propósito de trabalhar. Esta maneira de observar permeou o pesquisador enquanto sujeito e esteve presente em quaisquer possibilidades de ocupar os espaços compreendidos como da pesquisa. Permitiu perceber a geografia com percalços, facilitadores e produtores de vivências para então se trabalhar nesta geografia observada (BENJAMIN, 1994).

No aplicativo *Ifood*, a observação livre consistiu em, uma vez iniciado o cadastro para tornar-se trabalhador, observar comunicações, páginas do aplicativo e seu próprio funcionamento. Entretanto, neste espaço é tênue a separação entre as duas maneiras de observar, pois apenas é permitido ocupar o aplicativo destinado a subordinar o trabalho, ao assumir a condição de trabalhador. Ou seja, foi preciso fazer o cadastro e ter a aprovação para estar entregador para que assim se ocupasse o aplicativo.

Nesse sentido, quaisquer acessos ao aplicativo já importaram em se sujeitar a processos de coleta e processamento de dados. Percebemos com isso que não há maneira de ocupar o aplicativo sendo neutro, sem deixar rastros digitais tais como registros de *log*, *cookies* e dados de GPS (BENNATO, 2021). Mediante esse cenário, depreendemos que a prática da observação livre é desafiada pela lógica de funcionamento do aplicativo.

Implica em refletir se a observação livre neste espaço é possível, em que, na evidente impossibilidade, deva se assumir como prática da participação observante. Contribui com este argumento analisar quais ações são consideradas trabalho no contexto do aplicativo: a consulta de notificações no aplicativo sobre picos de demanda, ou maior remuneração em determinado dia, é trabalho? Assumir essas, entre outras ações como trabalho, é se aproximar da participação observante.

Porém, a condição de que a participação observante deixa rastros não significa que seja possível rastrear, identificar, ou ainda, perceber os efeitos desses rastros. Quando se ocupa aplicativos, caracterizados pelo grande fluxo de dados, o sujeito e suas ações são codificadas e categorizadas, em um emaranhado de dados. Desta maneira, subjetividade, pessoalidade e a própria identificação, são expectativas enquanto sujeito (no caso da pesquisa, expectativa dos pesquisadores), não se concretizando no digital (GEISMAR; KNOX, 2021; LEITÃO; GOMES, 2017).

Condição análoga é experienciada no espaço material da pesquisa. No decorrer da produção de dados, o pesquisador nunca foi questionado sobre sua condição de entregador: no fluxo das multidões, tornou-se mais um trabalhador. As multidões que compartilham e constroem sociabilidades nos territórios pesquisados percebem aquilo que está na superfície, neste caso o trabalhador, e não o pesquisador.

Esse contexto indica que os dados produzidos, tanto no espaço material como no digital, condizem com superfícies e, portanto, com aquilo que é visível. À medida que no espaço digital, há consciência de se deixar rastros, não se atinge a percepção de como o pesquisador ali inserido promove alterações e influência. É certo que, ao ocupar o digital,

há níveis de alterações mais fáceis de serem percebidos, como, por exemplo, ao seguir links, ser temporariamente bloqueado.

Em razão disso, refletimos sobre a possibilidade e viabilidade de que traços digitais possam ser incorporados como dados a serem analisados. A relevância da incorporação se consolida por tais tipos de dados permitirem compreender processos, já que registram coleção de comportamentos específicos. Porém, persiste o desafio em determinar o traço (ou traços) a serem rastreados, decodificá-lo como processo social e localizar seu produtor (BENNATO, 2021).

Percebemos com isso a importância de selecionar técnica para a produção de dados que dê conta de seguir o processo de trabalho, assim como propomos com a participação observante. Isso porque a determinação de traços digitais depende de compreender quais são as categorias que estão sendo registradas e codificadas. Entretanto, também é preciso observar e investigar atentamente quais são os espaços digitais ocupados.

Para isso, cabe atenção a quais técnicas de produção de dados podem conduzir o pesquisador a essa identificação. Esse entendimento é proveniente da percepção do uso durante trabalho do *Google Maps*, ou ainda, da câmera, entre outros espaços digitais, e ocorreu apenas quando o pesquisador se propôs a trabalhar. Na fase de planejamento da pesquisa, a proposta de observação e participação foi delineada especificamente sobre o espaço digital do aplicativo *Ifood*.

Além disso, ressaltamos que determinar traços digitais exige posicionamento criativo dos pesquisadores. O rastreamento de traços pode ser de maneira específica, assim como com objetivos também específicos. Por envolver trabalho que ocupa espaço material e exige esforço físico do trabalhador, são possibilidades de traços específicos o monitoramento de batimentos cardíacos durante as entregas, a elevação de altitude no plano geográfico e a própria velocidade nos diferentes trajetos.

Tal perspectiva pode trazer a pesquisa, relevância de um método participativo e criativo, contribuir para o desenvolvimento de novas abordagens, capaz de lançar luz sobre o papel dos usuários (trabalhadores, consumidores e comerciantes), o impacto do funcionamento de algoritmos, e a produção de dados em suas decisões.

No entanto, é preciso considerar que o principal aplicativo observado é controlado por uma pessoa jurídica de direito privado, a qual, por evidente, lida com os dados, algoritmos e os próprios traços digitais, como informações a serem usadas em

aperfeiçoamentos estratégicos. Isto pode resultar que o rastreo nem sempre seja alcançado como se fora planejado/pensado, assim como outras predefinições que abrangem o método (ALBURY et al., 2017; BENNATO, 2021).

É a partir da percepção de distanciamentos entre o planejado e o viável que promovemos a terceira seção: hiatos sentidos entre o planejamento e o pesquisar, e as considerações finais.

#### **4 Hiatos e considerações finais**

A palavra "hiato" é empregada no sentido de lacuna. É usada para indicar que entre o processo de planejamento da pesquisa e o de produção de dados, foram percebidas diferenças, discrepâncias, das quais, demandaram adequações.

A dinâmica da modalidade de trabalho investigada provocou, durante o empreendimento da produção de dados, uma série de ajustes, adaptações e reavaliações com base nas experiências nos espaços material e digital. Desde o início, a pesquisa foi concebida com estratégias metodológicas flexíveis, capazes de se ajustar ao modo de trabalho investigado. Esse processo exigiu flexibilidade, dinamismo, versatilidade e uma compreensão das fronteiras dos espaços ocupados como sendo fluidas e mutáveis (KASTRUP, 2009; SCHESER; GRISCI, 2022).

Nesse processo, um primeiro hiato foi percebido entre a adequação e a viabilidade no emprego das técnicas de produção de dados selecionadas. A possibilidade de acompanhar o processo de trabalho nos espaços material e digital, de maneira simultânea, graças ao emprego da participação observante, foi compreendida como um fator indicativo da adequação dessa técnica para a produção de dados. No entanto, ainda era necessário alcançar a viabilidade em sua implementação.

A viabilidade estava condicionada ao cadastro e à aprovação do pesquisador no aplicativo que subordina o trabalho. Havia expectativas de um cadastro com aprovação imediata, porém foram necessários 10 (dez) dias para que fosse aprovado. A aprovação ocorreu ao longo de 5 (cinco) etapas, representadas por pequenos círculos que mudam de cor conforme o avanço. Não é esclarecido ao trabalhador o significado de cada uma dessas etapas:

São cinco etapas [...]em formato de bolinhas, no entanto, sem nada descrevendo o que são [...]. Quando está para iniciar a etapa a bolinha está



escura, e de um tamanho menor, quando está sendo analisado aquela etapa, a bolinha fica amarela, e quando finalmente aprova, a bolinha se transforma em verde (Diário de campo – 17 de set. de 2022).

Constata-se que na relação entre pesquisador/trabalhador e aplicativo, há uma supremacia do aplicativo, ou até mesmo do funcionamento de algoritmos, que decidem quem estará apto ou não ao trabalho. Além disso, há uma assimetria de informação, visto que, durante o cadastro, o trabalhador fornece dados como foto do rosto e documento de identidade, sem ter clareza de como essas informações são analisadas (SUN, 2019).

Nesse cenário, a viabilidade da pesquisa, conforme havia sido planejada, foi posta em dúvida, já que existia a possibilidade de não aprovação, condição impeditiva para realizar o trabalho experimentalmente. Além disso, a aprovação não imediata, conforme previsto no cronograma da pesquisa, exigiu adaptações. A falta de transparência da análise feita pelo aplicativo também impediu a elaboração de uma compreensão clara sobre essa etapa do trabalho.

Outro hiato, também relacionado à adequação e viabilidade, foi oriundo de, à primeira vista, o trabalho de entrega de comida, parecia compreender movimentos repetitivos e de fácil execução. Parecia que o trabalho exigia principalmente a capacidade para se locomover pelo espaço material conforme as diretrizes do aplicativo.

Entretanto, ao se dispor ao trabalho, o pesquisador começou a lidar com adversidades. Ocupar o espaço material como entregador exigiu estar exposto a condições climáticas como sol intenso e chuva; a lidar com os riscos do trânsito, como pedalar disputando espaços com carros; e inclusive o próprio esforço físico de pedalar. Além disso, significou empreender-se em saber-fazer, para que assim pudesse resolver problemas do cotidiano por conta própria, como a manutenção da bicicleta usada no trabalho.

Também ocasionou hiato a condição de estar multissituado durante o trabalho em múltiplos espaços digitais. Esta possibilidade não foi cogitada na fase de planejamento do método. Como resultado, ao iniciar a participação observante, o pesquisador foi obrigado a usar outros aplicativos, sem possibilidade de escolha, ocasionando ampliação dos espaços observados. Se inicialmente observaríamos especificamente o aplicativo *Ifood*, já na primeira entrega, foi necessário ampliar.

Com isso, informações de georreferenciamento processados pelo *Google Maps*, mensagens de textos, como provenientes de e-mails e aplicativos de mensagens,

passaram a ser incorporados como dados a serem analisados. Especulamos o uso de outros aplicativos sem a consciência deste uso, conseqüentemente sem que seja observado.

Por fim, como último hiato, destacamos as moveções fronteiras do território material produzido pelo aplicativo. No início havia intenção de situar a pesquisa no bairro Jardim Camburi, cidade de Vitória-ES, porém ao trabalhar, o aplicativo determinou coletas e entregas em bairros vizinhos. Soma a este fato, a divisão de regiões no aplicativo, aparentemente condicionadas ao aspecto físico de proximidade, subvertendo a lógica de bairro/município e suas divisões políticas/administrativas.

Resultou que, estando no bairro Jardim Camburi, limítrofe ao município de Serra-ES, ocorreram significativas quantidades de entregas em bairros vizinhos, já em outro município. Trouxe para pesquisa maior diversidade de sociabilidades e desafios do território geográfico: falta de ciclovias e/ou calçadas, rodovias de alta velocidade, ladeiras, ruas não pavimentadas, disputa por espaços.

Os hiatos percebidos no pesquisar, evidenciam a necessidade de que para construir método com a finalidade de compreender trabalho subordinado por aplicativo, deve se assumir postura reflexiva e flexível, capaz de incorporar vivências do pesquisador nos diversos ambientes ocupados, porém acompanhado de rigor do método mediante a busca por critérios: delimitações geográficas, de objeto e de tempo (ROSÁRIO; COCA, 2018).

## Referências

ABÍLIO, L. C.; AMORIM, H.; GROHMANN, R. Uberization and platform work in Brazil: concepts, processes and forms. **Sociologias**, v. 23, n. 57, p. 26–56, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/15174522-116484>. Acesso em: 10 nov. 2022

ALBURY, K. et al. Data cultures of mobile dating and hook-up apps: Emerging issues for critical social science research. **Big Data and Society**, v. 4, n. 2, 1 dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/2053951717720950>. Acesso em: 21 dez. 2022.

ANTUNES, R. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

BENJAMIN, W. **Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENNATO, D. The Digital Traces' Diamond. A Proposal to Put Together a Quantitative

Approach, Interpretive Methods, and Computational Tools. **Italian Sociological Review**, v. 11, n. 4, p. 207–224, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.13136/isr.v11i4S.432>. Acesso em: 15 de out. 2022.

BONINI, T. et al. Cooperative affordances: How instant messaging apps afford learning, resistance and solidarity among food delivery workers. **Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies**, 0 (0), 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/13548565231153505>. Acesso em: 15 dez. 2023.

BUHR, F.; DESILLE, A.; FONSECA, M. L. Connecting Places, Connecting to Place: Migrants' Use of ICTs for Exploring Lisbon. In: ZAPATA-BARRERO, R.; AWAD, I. (Eds.). **Migrations in the Mediterranean**. Springer: Berlim, 2023. p. 269 – 287. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.1007/978-3-031-42264-5\\_16](http://dx.doi.org/10.1007/978-3-031-42264-5_16). Acesso em 5 jan. 2024.

CANT, C. **Delivery Fight!** A luta conta os patrões sem rosto. Tradução de Alexandre Boide. São Paulo: Veneta, 2021.

CHENEY-LIPPOLD, J. A New Algorithmic Identity: Soft Biopolitics and the Modulation of Control. **Theory, Culture & Society**, v. 28, n. 6, p. 164–181, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0263276411424420>. Acesso em 20 nov. 2023.

FLORIDI, L. **“A era do Onlife, onde real e virtual se (com)fundem”**. Entrevista com Luciano Floridi. Disponível em: <<https://ihu.unisinos.br/593095-luciano-floridi-vou-explicar-a-era-do-onlife-onde-real-e-virtual-se-com-fundem>>. Acesso em: 17 jan. 2023.

GEISMAR, H.; KNOX, H. Introduction 2.0. In: GEISMAR, H.; KNOX, H. (Eds.). **Digital Anthropology**. 2. ed. London; New York: Routledge, 2021. p. 1–18.

KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, DA L. (Eds.). **Pistas do método da cartografia. Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 17–31.

LEITÃO, D. K.; GOMES, L. G. Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. **Revista Antropolítica**, v. 42, p. 41–65, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/antropolitica2017.1i42.a41884>. Acesso em: 15 nov. 2022.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. DE. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. Em: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. DA (Eds.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 17–31.

POELL, T.; NIEBORG, D.; VAN DIJCK, J. Plataformização. **Internet Policy Review**, v. 8, n. 4, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.14763/2019.4.1425>. Acesso em 15 nov. 2022.

ROSÁRIO, N. M. DO; COCA, A. P. A cartografia como um mapa movente para a pesquisa em comunicação. **Comunicação & Inovação**, v. 19, n. 41, 2018. p. 34 – 48. Disponível

em: <https://doi.org/10.13037/ci.vol19n41.5481>. Acesso em 15 nov. 2022.

SCHESER, A. L.; GRISCI, C. L. I. Cartografia como Método de Pesquisa para Estudos de Trabalho e Subjetividade. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 26, n. Sup 1, p. 1-14, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2022210202.por>. Acesso em 20 nov. 2022.

SEAVER, N. Algorithms as culture: Some tactics for the ethnography of algorithmic systems. **Big Data and Society**, v. 4, n. 2, 1 dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/2053951717738104>. Acesso em 10 set. 2022.

SUN, P. Your order, their labor: An exploration of algorithms and laboring on food delivery platforms in China. **Chinese Journal of Communication**, v. 12, n. 3, p. 308-323, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17544750.2019.1583676>. Acesso em 20 out. 2022.

WACQUANT, LOÏC. **Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.



**Capítulo 8**  
**POLÍTICAS PÚBLICAS NA GESTÃO DE RESÍDUOS**  
**SÓLIDOS**

*Isabela Pinho de Lucena*  
*Magno Vasconcelos Pereira Junior*

## POLÍTICAS PÚBLICAS NA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

*Isabela Pinho de Lucena*

*Universidade Estadual do Maranhão-UEMA; Mestranda; belalucenageo@yahoo.com.br*

*Magno Vasconcelos Pereira Junior*

*Universidade Estadual do Maranhão-UEMA; Doutor; magnojr5@hotmail.com*

### **RESUMO**

A geração dos resíduos sólidos urbanos (RSU) no Brasil vem aumentando ao longo do tempo, com alterações na qualidade do resíduo, o que levanta discussões a respeito do gerenciamento e da importância em se destinar estes resíduos adequadamente. Atualmente as questões que envolvem a gestão dos RSU têm enfoque central no cumprimento de políticas públicas. A partir da implementação efetiva da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) - lei nº 12.305/2010 é que se esperam mudanças no panorama dos resíduos sólidos no Brasil. Contudo, constatou-se que é necessário que as normas já estabelecidas sejam aplicadas efetivamente e que os administradores públicos tomem atitudes mais enérgicas quanto à existência de que a sociedade assuma a sua responsabilidade em relação aos problemas ambientais, possibilitando assim, que as futuras gerações possam gozar de uma melhor qualidade de vida.

**Palavras-chave:** Resíduos Sólidos. Políticas Públicas. Sociedade.

### **ABSTRACT**

The generation of urban solid waste (MSW) in Brazil has been increasing over time, with changes in the quality of the waste, which raises discussions about management and the importance of properly disposing of this waste. Currently, issues involving MSW management have a central focus on compliance with public policies. From the effective implementation of the National Policy on Solid Waste (PNRS) - Law No. 12,305/2010, changes are expected in the panorama of solid waste in Brazil. However, it was found that it is necessary that the rules already established are applied effectively and that public administrators take more energetic attitudes regarding the existence of society assuming its responsibility in relation to environmental problems, thus enabling future generations to be able to enjoy a better quality of life.

**Keywords:** Solid Waste. Public Policies. Society.

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo de toda a história da civilização, constatamos que as sociedades sempre tendem a gerar desigualdades, resultando, ainda hoje, em espaços também desiguais, o que se reflete na conformação das cidades.

Em meio a esse complexo cenário, um dos objetivos principais da gestão urbana atual é a sustentabilidade ambiental. Esta associa-se diretamente à qualidade da infraestrutura das cidades. Do ponto de vista ambiental, um dos elementos mais importantes na infraestrutura das cidades é o saneamento e, entre os componentes que o constituem, o manejo dos resíduos sólidos está diretamente associado à qualidade ambiental, pelo seu impacto tanto na saúde pública quanto nos ecossistemas.

Em busca de compreender as atuais questões ambientais e seus problemas, principalmente os que se referem aos resíduos sólidos, entendemos que seja necessário compreender qual a dinâmica das relações entre a sociedade e a natureza e os fatores que contribuíram para sua existência e/ou aumento.

Partimos dos apontamentos de Rodrigues (1998) de que para se alcançar esse entendimento é preciso não separar a natureza da sociedade, rompendo com a concepção dessa como um agente externo e com função única de servir o homem, e desse, como ser superior.

É preciso pensar a natureza na sua globalidade e dinâmica, considerando a diversidade social e as formas pelas quais a sociedade a transforma e produz o espaço social.

Esse espaço é produzido socialmente, e surge como uma categoria representável para a análise científica, podendo ser encarado como um elo palpável de articulação da sociedade com a natureza e com as demais forças que agem no seu processo de produção.

Lacoste (1988) propõe que pensar o espaço envolve apreendê-lo em sua totalidade, ou seja, temos que ter uma visão ampla e conjunta de suas interações, outro apontamento sobre o espaço que merece atenção é a de Milton Santos (1991, p. 27),

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos espaciais, e, de outro, a vida que os preenche e os animais, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois, têm um papel na realização social.

Nesse contexto, natureza e sociedade são indissociáveis, assim como as categorias espaço e tempo. Daí que a compreensão ambiental requer o entendimento dessas categorias/conceitos. Ocorre que há uma relação temporo-espacial no ambiente, uma vez que a capacidade de exploração da natureza, por equipamentos industriais e tecnológicos, é muito maior que a regeneração dos recursos naturais, o que intensifica a gravidade dos problemas. E quando esses são percebidos pela sociedade dado a escassez dos recursos naturais, inicia-se uma maior preocupação em relação a questão tanto no campo quanto na cidade.

Na cidade eles se manifestam no ar, na água, no solo, enfim na paisagem urbana de forma intensa. Pois a cidade tornou-se o lócus de concentração de pessoas, produção e serviços, e por consequência a sobrecarga dos problemas ambientais, dentre os quais, neste artigo, destacamos aqueles relacionados aos resíduos sólidos.

Os resíduos sólidos surgem como um problema, principalmente nos centros urbanos, que além do grande aumento e concentração da população, nem sempre contam com um sistema de gerenciamento adequado, sendo que, muitas vezes, a sua destinação final é feita em áreas sem controle e/ou tratamento.

Considerando que a questão dos resíduos, está diretamente relacionada à dinâmica da sociedade capitalista e urbana, a forma e o ritmo de ocupação nas cidades, a produção e o consumo, e a concepção que a sociedade tem sobre o “lixo”, entendemos que é importante compreender o processo que envolve essa questão em sua totalidade, para conhecer elementos mais adequados que possam auxiliar na questão dos resíduos sólidos. A produção e o consumo de matérias-primas ocasionam o acúmulo de resíduos, que, ao serem eliminados de forma incorreta, acarretam prejuízos ambientais, tais como a contaminação da água e dos alimentos, afetando diretamente a saúde humana (ALVES; MOURA, 2014).

O destino a ser dado aos resíduos e seus impactos socioambientais é assunto recorrente e preocupante, que segundo Silva & Takemori-Silva (2006) torna-se uma questão de manutenção da vida do homem e do planeta. Estes mesmos autores alertam para o grande desafio das cidades: a redução e a correta destinação do lixo, como sendo a única alternativa viável.

Reforçando tal pensamento, Santos (2014, p. 03) afirma que “o enfrentamento das questões ambientais e a busca por estratégias inovadoras que repensem os atuais padrões de produção e consumo constituem algumas das responsabilidades da administração



pública em relação à questão ambiental”.

Milhões de brasileiros não estão amparados pelo serviço de coleta de resíduos, assim, nos municípios de grande e médio porte, o sistema convencional de coleta não capta toda a produção diária de resíduos sólidos, deixando de atender, especialmente, moradores de favelas e bairros mais populares. Estima-se que somente 28 milhões de brasileiros possuem acesso ao serviço de coleta seletiva, isso representa 13% da população brasileira (CEMPRE, 2014).

Historicamente, o Brasil tem negligenciado o tratamento e disposição dos resíduos sólidos produzidos em seu território, além de desvalorizar o potencial econômico destes. Estima-se que a valorização dessa cadeia produtiva injetaria 8 bilhões de reais anualmente na economia (PHILIPPI JÚNIOR, 2012). Na via inversa ao desperdício, a coleta seletiva e a reciclagem de resíduos diminuiriam o impacto sobre o Meio Ambiente e contribuiriam para a economia local.

Não há possibilidade de se ficar com os braços cruzados; a saúde e a qualidade de vida humanas dependem da resolução destas questões, assim, as gerações futuras poderão usufruir de um equilíbrio entre a natureza e as atividades antrópicas.

Neste sentido, a gestão adequada de resíduos significa adotar como parâmetro “a premissa constitucional de manutenção do equilíbrio ecológico do ambiente, pois é essencial ao desfrute de uma vida digna, com qualidade e saúde” (VIEIRA apud BECHARA, 2013, p. 110).

Para firmar de maneira mais contundente o arcabouço legal e com o intento de dirimir as consequências sociais, econômicas e ambientais do manejo de resíduos sólidos provenientes do desenvolvimento do país, elaborou-se a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

A PNRS, instituída pela lei 12.305 de 2 de agosto de 2010, possui a característica de impulsionar setores públicos e privados e os cidadãos a adotarem posturas ambientais corretas, instituindo, em seu texto, elementos de organização e escalonamento de responsabilidades na disposição adequada dos resíduos. Dentre outros temas, a lei de Resíduos Sólidos incorporou onze princípios, basilar do meio ambiente, elencados no artigo 6º da referida lei (BRASIL, 2010).

Esta lei visa a não geração, redução, reutilização e tratamento de resíduos sólidos, bem como a destinação final ambientalmente adequada para os rejeitos. Segundo ela, resíduos sólidos são:

Materiais, substâncias, objetos ou bens descartados resultantes de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnicas ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível (BRASIL, 2010).

Outro conceito importantíssimo descrito na lei é o de rejeito:

Resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentam outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada (BRASIL, 2010).

Toda a trajetória do Brasil, em se tratando de resíduos, é contada por um descaso com a necessidade de um fim adequado para os resíduos gerados nas cidades. Primeiro, o mais fácil, lançava-se os resíduos nos corpos d'água - o que ainda é muito frequente - depois foi encontrar um lugar afastado para o despejo. Agora, a Lei 12.305 obriga a implantação de uma política de gerenciamento de resíduos que leve a utilização de um destino final ambientalmente adequado. Isso significa que os municípios deverão elaborar um Plano Municipal de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos que orientará todas as políticas de limpeza urbana e manejo dos mesmos.

Dentre as atribuições dos municípios no Brasil, está a de coletar e dispor o seus resíduos adequadamente. Por várias razões, como escassez de recursos, deficiências administrativas e falta de visão ambiental na maioria destes, os resíduos são vazados em locais inapropriados, o que provoca degradação do solo, contaminação dos rios e lençóis freáticos, por meio do chorume, e poluição atmosférica, devido à liberação do biogás. Segundo a ABRELPE em 2014 mais de 5.000 municípios brasileiros ainda dão destinação inadequada a seus Resíduos Sólidos Urbanos (RSU).

## **2 POLÍTICAS PÚBLICAS**

As políticas públicas são definidas como um composto de atitudes governamentais que se direcionam para a resolução, ou não, de problemáticas que envolvem a sociedade. Elas são um conjunto de decisões, e não somente decisão única (Lima, 2012), que são tomadas a partir do diálogo e da interação de diferentes tipos de atores da sociedade (Almeida e Gomes, 2019).

Schito (2020) afirma que as políticas públicas precisam ser bem planejadas e implementadas, pois elas afetam diretamente a qualidade de vida da população. O autor ainda afirma que quando ocorre alguma falha em alguma dessas etapas o resultado é o desperdício de dinheiro público.

O desenvolvimento, a implementação e a avaliação dessas políticas públicas são fundamentais para a sustentabilidade ambiental. As leis e regulamentos estaduais e federais ajudam a monitorar e reforçar a prevenção do meio ambiente, garantindo a utilização de recursos dessa geração sem afetar a acessibilidade de recursos para as próximas gerações (Silva, 2010).

As políticas públicas ajudam a garantir que cada entidade faça a sua parte justa, oferecendo orientação e apoio, bem como incentivos para práticas sustentáveis e penalidades para aqueles atores que violarem as leis. As autoridades governamentais, em todos os níveis, precisam garantir que toda a política pública contribua para a sustentabilidade e o desenvolvimento da sociedade para que seja efetiva (Taylaro, 1999).

Após a conferência em Kyoto, começaram a surgir no Brasil as primeiras regulações nacionais relacionadas ao descarte de RSU. O primeiro esforço específico relacionado ao descarte de resíduos sólidos foi a Lei dos Crimes Ambientais (Lei no 9.605/1998). Essa lei instituiu, em seu art. 54, que “causar poluição pelo lançamento de resíduos sólidos em desacordo com leis e regulamentos é crime ambiental” (Brasil, 1998).

Antes da PNRS, não existia uma lei federal completa, o que existiam eram portarias, decretos e resoluções variadas da temática. A PNRS definiu o rumo da gestão de resíduos sólidos no Brasil, estabelecendo princípios, objetivos e diretrizes para a gestão dos resíduos sólidos e atualmente é a regulação que rege o descarte de resíduos sólidos no Brasil.

A PNRS define que o governo federal, o governo estadual e o governo municipal devem elaborar seu plano anual de resíduos. A elaboração desses planos de gestão integrada de resíduos sólidos é uma condição para os municípios terem acesso a recursos da União destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos (Brasil, 2010). Isso é uma forma de criar consórcios para integrar a gestão dos RSU municipais.

Contudo, os Planos adotados só podem ser eficazes mediante a conscientização da sociedade, que quando participa da elaboração destes contribuem para o melhor

gerenciamento, posto a observação da real necessidade de cada região, bem como diretrizes apontadas a sanar os impasses destas, durante o processo de elaboração de cada Plano é essencial a participação popular, vez que esta garante a eficácia da responsabilidade compartilhada, pois a preocupação em assuntos relacionados ao meio ambiente e saúde de vida é dever de todos.

No Brasil, mesmo após a PNRS, a forma como são tratadas as políticas públicas relacionadas ao RSU atualmente não permite gerir e promover qualidade de vida para a sociedade de forma eficiente. O país precisa proporcionar uma situação higiênica saudável para sua população, principal objetivo do saneamento básico.

Um dos pontos relevantes é a maneira como essa política é organizada pelos representantes públicos, privados e recicladores. Segundo o relatório de diagnóstico dos RSUs elaborado por Ipea (2012a), para melhorar a efetividade do PNRS, é necessário melhorar as políticas públicas em quatro pontos principais: na geração, na coleta, na destinação e na logística reversa dos resíduos gerados (Ipea, 2015).

Em 2017, houve um aumento tanto da quantidade de lixo coletado quanto da geração per capita. Os números referentes à geração de resíduos sólidos revelam que foram produzidos um total de 78,4 milhões de toneladas no país, o que demonstra uma retomada no aumento em cerca de 1% em relação a 2016. Desse total, 71,6 milhões de toneladas foram coletadas, registrando um índice de cobertura de coleta de 91,2%. O que evidencia que 6,9 milhões de toneladas de resíduos não foram objeto de coleta e tiveram destino impróprio (Abrelpe, 2017). Vale ressaltar que os dados da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe) são estimativas, ou seja, não se conhece os valores absolutos.

Esses dados não apontam apenas uma deficiência na gestão dos resíduos sólidos, mas na rede de saneamento básico como um todo. De acordo com os dados da PNAD 2018 (IBGE, 2018), o Brasil possui 57 milhões de residências sem acesso à rede de esgoto, 24 milhões sem água encanada e 15 milhões sem coleta de lixo. Essa insuficiência de saneamento tem impactos na saúde, na educação e no mercado de trabalho (Medeiros e Rodrigues, 2019).

Assim como afirma Santaella et al. (2014), a produção de resíduos sólidos está aumentando gradativamente, o que demonstra que o Brasil ainda não adotou medidas propostas na PNRS buscando a minimização na geração de resíduos. Todos esses dados

da Abrelpe mostram que milhões de toneladas de RSUs gerados no Brasil todos os anos deixam de ser coletados e, certamente, têm destinos impróprios gerando problemas econômicos, sociais e ambientais.

A lei da PNRS trazia em seu art. 54 que a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, observado o disposto no § 1º do art. 9º, deverá ser implantada em até quatro anos após a data de publicação da lei, ou seja, os lixões deveriam ter sido extintos até o dia 2 de agosto de 2014. Como pode ser observado, isso não aconteceu. Com isso, com intermédio do Projeto de Lei n.2289/15, chegou-se à conclusão de que falta às prefeituras qualificação e dinheiro para executar as ações necessárias para tratar atingir essa meta. Com isso, o projeto de lei anteriormente citado adiou essa data para 2021.

Dentre diversos instrumentos, o marco norteador fundamental da elaboração, organização, instrumentalização e implementação das políticas públicas ambientais no Brasil foi a promulgação da Lei nº 6.938/1981, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), traduzida numa série de princípios, objetivos e instrumentos Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA); Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA); posteriormente a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), entre outros propostos para “realizar uma gestão integrada dos recursos naturais” (SILVA-SÁNCHEZ, 2000, p. 78) e que passaram, desde então, a guiar a política nacional ambiental, aliando-a às econômicas, sociais, culturais, etc. Tal regulamentação foi recepcionada pela Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, no cabeço de seu Artigo 225, ao estabelecer que o meio ambiente é bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, cabendo ao Estado e a todos a sua proteção e preservação para as presentes e futuras gerações

### **3 CONCLUSÃO**

No Brasil, a legislação específica referente ao descarte de resíduos sólidos é relativamente nova. Apesar de ter começado a tramitar em 1981, no Congresso Nacional, só foi aprovada em 2010. Por ser recente ainda não foi aprimorada e nem bem gerida. O índice de geração de resíduos per capita se manteve estável e o índice de coleta vem crescendo ano após ano, porém, esse crescimento é modesto.

O Brasil ainda tenta fazer com que toda sua população tenha acesso à coleta de lixo. Esse déficit causa prejuízos financeiros e à saúde de milhões de pessoas (Abrelpe, 2016).

Ainda é grande a deficiência na rede brasileira de saneamento básico. Para resolver esse problema, é necessário um investimento na ampliação da rede saneamento básico por meio de políticas públicas constitutivas.

O Brasil ainda tenta acabar com os lixões e criar aterros sanitários (apenas 60% do resíduo coletado tem essa destinação) apesar de o Brasil ter a PNRS, é difícil fazer com que ela seja colocada em prática, ou seja, a política regulatória por si só não teve efetividade. Falta um incentivo por parte do governo e engajamento das empresas e da sociedade como um todo na preocupação com o lixo no Brasil.

Assim como afirmam Moran, Rein e Goodin (2008), para que uma política pública da magnitude da PNRS seja efetiva, é necessário que exista um diálogo maior afim de conhecer as demandas dos atores que serão afetados por essa política, pois trata-se de uma política nacional de resíduos que necessita da atuação conjunta de todos os atores que participam dela – governo, sociedade e empresas visando interesses econômicos, sociais e ambientais.

As políticas públicas assumem uma visão holística, portanto, uma visão socioambiental, na perspectiva que o todo é mais importante que a soma das partes e que indivíduos, instituições e ideologias e interesses são considerados na formação e interação desse todo.

No Brasil, falta essa integração entre esses atores. O governo lançou a legislação, porém, não fornece uma estrutura necessária, como aterros e unidades de tratamento de resíduos, para que a PNRS consiga atingir seu objetivo.

## REFERÊNCIAS

ABRELPE – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2010**. Abrelpe, 2010. \_\_\_\_\_. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2017**. Abrelpe, 2017.

ABRELPE – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2014**. Abrelpe, 2014.

ALVES, Aldenir de Oliveira; MOURA, Franciele Miranda de. Resíduos domésticos e da agricultura nos assentamentos do litoral norte e zona da mata de Alagoas. In: Soraya Giovanetti El-Deir (org.) **Resíduos sólidos perspectivas e desafios para a gestão integrada**. Recife, 2014. Cap. 2, p. 49-58.

ALMEIDA, L.; GOMES, R. **Perspectivas teóricas para a análise de políticas públicas: como lidar com a complexidade?** *Administração Pública e Gestão Social*, v. 11, n. 1, p. 16-27, 2019

BRASIL. Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos**; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília, Congresso Nacional, 2 ago. 2010.

CEMPRE. **Pesquisa Ciclosoft**. 2014. Disponível em: <<http://cempre.org.br/ciclosoft/id/2>>. Acesso em: 15 mai. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Diagnóstico dos resíduos sólidos urbanos**. Brasília: Ipea, 2012a. Disponível em: Acesso em: 18 mai. 2023.

\_\_\_\_\_. **Boas práticas de gestão de resíduos sólidos urbanos e de logística reversa com a inclusão de catadoras e de catadores de materiais recicláveis**. Brasília: Ipea, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/3k3ISJr>>. Acesso em: 20 mai. 2023

LIMA, W. **Política pública: discussão de conceitos**. *Interface*, v. 1, n. 5, p. 49-54, 2012.

MEDEIROS, V.; RODRIGUES, C. **Políticas públicas municipais, universalização e eficiência no setor de saneamento básico: uma análise para os municípios mineiros**. *Planejamento e Políticas Públicas*, v. 53, p. 183-210, 2019.

MORAN, M.; REIN, M.; GOODIN, R. **Visão geral da política pública: o público e suas políticas**. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press, 2008. (The Oxford Handbook de Ciência Política).

MOTTA, R. et al. **O mecanismo de desenvolvimento limpo e o financiamento do desenvolvimento sustentável no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2000

PHILIPPI JR, A., *et al.* **Curso de gestão ambiental**. São Paulo: Manole, 2004.

RODRIGUES, A. M. **Produção e consumo do e no espaço: problemática ambiental urbana**. São Paulo: Hucitec, 1998

SANTAELLA, S. et al. **Resíduos sólidos e a atual política ambiental brasileira**. Fortaleza: UFC, 2014. (Coleção Habitat, n. 7).

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1991.

SENADO FEDERAL. **Resíduos sólidos**. *Revista em Discussão*, v. 22, 2014.

SILVA, S. M. e TAKEMORI-SILVA, N. K. **Resíduos Sólidos e Cidadania**. In: Educação Ambiental e Cidadania. Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2006.

SILVA, R. **Políticas públicas e sustentabilidade: desafios para uma abordagem em educação ambiental**. Pensamento & Realidade, v. 25, n. 1, p. 47-59, 2010.

SCHITO, M. **A política de auxílio estatal na União Européia: explicando a variação na alocação de auxílio entre os Estados Membros**. Journal of Public Policy, v. 14, Edição 2, p. 1-30, 2020.

TAYLARO, S. **A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**. Ambiente & Sociedade, v. 5, p. 217-222, 1999

VIEIRA, Germano. In BECHARA, Erika (Org.) **Aspectos relevantes da política nacional dos resíduos sólidos Lei 12.305/2010**. São Paulo: Atlas, 2013, p. 106- 127.





**Capítulo 9**  
**IPVA VERDE: A REALIDADE DA EVOLUÇÃO DA**  
**EFICIÊNCIA ECOLÓGICA DOS MEIOS DE TRANSPORTES**  
**E RETROCESSO FISCAL FANTASIADO DE VANTAGEM**  
**ECONÔMICA**

*Alexsandro Vieira*  
*Bruno Santos da Costa*  
*Nicleia Sousa Paulista*  
*Adiva Cardoso Ferreira Júnior*

# **IPVA VERDE: A REALIDADE DA EVOLUÇÃO DA EFICIÊNCIA ECOLÓGICA DOS MEIOS DE TRANSPORTES E RETROCESSO FISCAL FANTASIADO DE VANTAGEM ECONÔMICA**

**Alexsandro Vieira**

*Graduando em Direito pelo Centro Universitário de Excelência - Unex.  
alexsandro.santos5@ftc.edu.br*

**Bruno Santos da Costa**

*Graduando em Direito pelo Centro Universitário de Excelência - Unex.  
brunoscosta12@hotmail.com*

**Nicleia Sousa Paulista**

*Graduanda em Direito pelo Centro Universitário de Excelência - Unex.  
nicleia.sousa@gmail.com*

**Adiva Cardoso Ferreira Júnior**

*Doutorando em direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Economia Regional e Políticas Públicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Especialista em Direito e Processo Tributário pela Universidade Estácio de Sá. Professor de Direito da Unex (BA) e Anhanguera (BA). Advogado. E-mail: adivejunior@outlook.com*

## **RESUMO**

O IPVA verde no Brasil refere-se a uma modalidade de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) que busca incentivar a posse de veículos mais sustentáveis e menos poluentes. A legislação que estabelece o IPVA ecológico varia entre os estados brasileiros, mas geralmente oferece descontos ou isenções para proprietários de veículos que se enquadram em critérios de eficiência energética e baixa emissão de poluentes. Esses critérios podem incluir a utilização de tecnologias mais limpas, como veículos elétricos ou híbridos. O objetivo é promover a adoção de práticas mais amigáveis ao meio ambiente no setor

automotivo, contribuinte para a redução da emissão de gases de efeito estufa e incentivado a transição para uma frota de veículos mais sustentável no país. A reforma tributária (PEC 45/19) traz consigo o instituto do IPVA verde. No entanto, a mesma proposta menciona o aumento da alíquota para veículos movidos a combustão convencional, o que implica diretamente na maior camada da sociedade, cujo poder monetário é extremamente reduzido, não configurando condições de compra dos determinados veículos mais ecológicos, acarretando na maior tributação da parcela menos favorecida da sociedade, sendo algo que vai totalmente contra a proposta da reforma, uma vez pretende reduzir a tributação. Assim, o objetivo desta pesquisa é discutir sobre a proposta da nova reforma tributária e como ela afeta os proprietários dos veículos que não são híbridos e elétricos, já que notoriamente, se trata dos carros existentes no Brasil. Conclui-se que o atual modelo de IPVA verde é destoante da justiça fiscal.

**Palavras-chave:** Tributação ecológica; tributos com fins ecológicos; justiça fiscal; extrafiscalidade.

#### **ABSTRACT**

Green IPVA in Brazil refers to a type of Motor Vehicle Ownership Tax (IPVA) that seeks to encourage the ownership of more sustainable and less polluting vehicles. The legislation that establishes the ecological IPVA varies between Brazilian states, but generally offers discounts or exemptions for owners of vehicles that meet energy efficiency and low pollutant emission criteria. These criteria may include the use of cleaner technologies, such as electric or hybrid vehicles. The objective is to promote the adoption of more environmentally friendly practices in the automotive sector, contributing to the reduction of greenhouse gas emissions and encouraging the transition to a more sustainable vehicle fleet in the country. The tax reform (PEC 45/19) brings with it the green IPVA institute. However, the same proposal mentions an increase in the tax rate for vehicles powered by conventional combustion, which directly implicates the largest layer of society, whose monetary power is extremely reduced, not configuring conditions for purchasing certain more environmentally friendly vehicles, resulting in higher taxation. of the least favored part of society, something that goes completely against the reform proposal, as it aims to reduce taxation. Therefore, the objective of this research is to consider the proposal for the new tax reform and how it affects the owners of vehicles that are not hybrids and electric, as these are notoriously existing cars in Brazil. It is concluded that the current green IPVA model is inconsistent with tax justice.

**Keywords:** Ecological taxation; taxes for ecological purposes; tax justice; extrafiscality.

## 1 INTRODUÇÃO

Advinda de 1966 e modificada após 1988, a forma de tributação ao qual os brasileiros são submetidos é complexa, não proporcional e desequilibrada, chegando ao marco de ser considerada injusta pelas altas dos preços. Uma vez que fica evidente todos esses atributos, diante das sucessivas tentativas de uma reforma, cujo objetivo é contornar o sistema de tributação mais simples e eficaz. Embora a legislação tente, nos últimos anos, cada vez mais é intrincado simplificar o preceito tributário.

Ao final, o contribuinte só enxerga a alta dos preços como resultado do somatório colacionado nas tributações. Desde o final da década de 60, com o objetivo de fortalecer a infraestrutura da malha rodoviária do país, a comando de Médici, o preâmbulo da ditadura militar instituiu a taxa rodoviária única (TRU), em que tinha como objetivo expressamente direcionado, desde a sua concepção, inserir o pagamento da TRU aos carros antigos e o fator de arrecadação tributária para a manutenção e criação de rodovias, com objetivo expressamente direcionado, uma vez que os automóveis começaram a se popularizar.

Com o passar dos anos e com as conseqüentes alterações tributárias, o Estado deixou de cobrar taxas para criação e manutenção, transformando a arrecadação no que é conhecido hoje como Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Uma vez que o novo fato gerador, base de cálculo e destinação tributária revolucionaram e, de certa forma, reorganizaram o cenário veicular nacional, fica nítida a importância que os automóveis têm para a população. O avanço do automóvel representa mais que um mero meio de locomoção, mas, a capacidade e autonomia que os cidadãos têm de resolver vários de seus problemas, nas mais variadas situações.

A exemplo, ir à padaria comprar pães até ao melhor que possa existir no setor de saúde com a modernização das ambulâncias, o automóvel representa um pedaço da história da evolução tecnológica mundial. Nesta ocasião, cada vez mais, vem sendo discutido o termo eficiência térmica e tecnológica, onde é diretamente atribuído aos automóveis o dolo pela poluição atmosférica. Nesse sentido, com o intuito de aplicar o viés sustentável ao Brasil, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) número 45/2019 procura adequar as alíquotas do IPVA, além da aplicação do IPVA Verde, trazendo a iniciativa de estimular a compra e consumo de veículos híbridos e elétricos no país, com a redução da carga do IPVA.

Entretanto, a mesma proposta menciona o aumento da alíquota para veículos movidos a combustão convencional, o que implica diretamente na maior camada da sociedade, cujo poder monetário é extremamente reduzido, não configurando condições de compra dos determinados veículos mais ecológicos, acarretando na maior tributação da parcela menos favorecida da sociedade, sendo algo que vai totalmente contra a proposta da reforma, uma vez pretende reduzir a tributação.

Dessa forma, questiona-se: A proposta de redução da tributação cumpre com o objetivo de auxiliar ecologicamente ao meio ambiente, estimulando a compra de veículos menos poluentes por meio do incentivo fiscal?

O objetivo geral deste trabalho é discutir sobre a proposta da nova reforma tributária e como ela afeta os proprietários dos veículos que não são híbridos e elétricos, já que notoriamente, se trata da maioria dos carros existentes no Brasil. Para tanto, nos objetivos secundários estabelecidos, serão abordados em sessões específicas, nos quais se tem: i) demonstrar um possível prejuízo econômico que a majoração da alíquota para veículos mais poluentes (comuns), vai causar para a população; ii) identificar as possíveis consequências da nova tributação e suas implicações no mercado automotivo

A técnica empregada foi a pesquisa bibliográfica e documental, utilizando materiais digitais selecionados para servir de base para a argumentação e a fundamentação teórica do estudo.

O presente trabalho justifica-se pela real importância científica e jurídica que o tema tem para a vida dos brasileiros, visto que diante de tal iminência de aumento desproporcional na realidade financeira dos contribuintes torna-se necessário tratar com cautela o referido tema, assim corroborando para uma melhor compreensão do que vem a ser reforma tributária.

## **2 REALIDADE ECONÔMICA NACIONAL**

Cada vez mais, o poder aquisitivo em larga escala tem reduzido e, conseqüentemente, apostar em inovações não tem sido o alvo de busca da população. Ao trabalhar com a transição da eletrificação e do seu incentivo, a reforma tributária, no preâmbulo do IPVA Verde, faz com que as noções reais fiquem distorcidas, uma vez que um veículo elétrico gera um determinado nível de investimento para assim se tornar rentável.

Comumente, as escolhas de um veículo são galgadas em um triângulo de custo-benefício reunindo: preço, modelo e itens de série. A partir desse ponto, a maioria das pessoas julga a escolha de seu veículo por meio da utilidade que será aplicada, bem como as funcionalidades que o modelo pode oferecer.

O atual cenário do mercado nacional é mais um do contraponto que prova a inaplicabilidade da eletrificação no país, uma vez em pesquisa elaborada pelo site Uol, Nicolas Tavares (2023), aponta que o veículo à combustão mais barato do Brasil é o Renault Kwid zen 1.0, sendo oferecido na versão de entrada mais básica por R\$68.990,00 (Sessenta e oito mil novecentos e noventa reais). Dessa forma, percebe-se que o mercado é altamente inflacionado para apresentar um exemplar simples.

Posto isso, notoriamente as escolhas se voltam para o comércio de usados, onde a demanda é maior e a oportunidade de se galgar um custo-benefício melhor é mais provável. Essa realidade mostra como a ferida econômica brasileira é altamente exposta e, ao mesmo tempo, alimenta um sistema onde um veículo é considerado por muitos especialistas, um artefato de luxo, pelo simples fato de adquiri-lo e ter a responsabilidade de mantê-lo.

Trazendo para o aspecto financeiro, é economicamente inviável para um brasileiro, atualmente e em um futuro próximo, pensar em abandonar a combustão para apostar na eletricidade, uma vez que o veículo elétrico mais barato disponível na atualidade para o mercado nacional é o Caoa Chery icar, sendo comercializado pelo montante de R\$119.990,00 (UOL, 2023).

Essa realidade ainda se encontra muito distante das possibilidades econômicas da população nacional, uma vez que o Caoa Chery icar só transporta duas pessoas, por uma autonomia limitada de quilômetros totais, sendo que, esses fatores aliados ao alto custo de instalação de uma fonte de recarga residencial com a inexistência de pontos de recarga públicos ou particulares disponíveis, verifica-se a total inconsistência da proposta de incentivo a compra dos determinados veículos.

### **3 AUTONOMIA ELÉTRICA VEICULAR**

Dentre os vários compromissos e objetivos que devem ser alcançados diariamente, a locomoção é uma realidade inevitável, sendo um fato a sociedade não poder mais abandonar o meio de transporte veicular pela autonomia, conforto e

liberdade que proporciona. Entretanto, a maioria das pessoas não percebem que a eletrificação conta com uma série de desvantagens que não são amplamente divulgadas, em face dos diversos elogios aplicados aos veículos elétricos.

Ao imaginar que a grande parcela da população possui uma rotina fixa e muito agitada, compreende-se que cada vez mais há interesse das pessoas por coisas rápidas e práticas. Analisando essa perspectiva, há de se observar que os veículos elétricos não representam praticidade no aspecto de autonomia, uma vez que dependem de horas para obter carga necessária para circular. Analisando o que há de mais atual no mercado, de acordo com a pesquisa feita pelo Site Neocharge (2023), plataforma que analisa e monitora a produção e comercialização de carros elétricos e híbridos no Brasil, fazendo acúmulo de dados desde o ano de 2015, atualmente o veículo elétrico mais vendido do país é o Nissan Leaf, modelo compacto que requer cerca de 20 horas para totalizar uma carga no seu conjunto de baterias, na modalidade padrão de recarga.

Entretanto, a informação disponibilizada pelo próprio site da fabricante Nissan, destaca que o modelo só atinge a capacidade total de carga no período de 8 horas, se abastecido por uma unidade conhecida como Wallbox, alegando que a mesma pode ser encontrada em prédios adaptados, residenciais públicos ou até mesmo em estações espalhadas pela cidade. A fabricante também aduz que o modelo faz uso das mesmas 8 horas de recarga, mas atingindo somente 40% de sua capacidade total, se abastecido pelo próprio carregador plug-in, sendo item de série que acompanha o modelo, podendo ser usado em tomadas padrão (Nissan, 2023).

Partindo desse aspecto, percebe-se que alguns veículos ainda não possuem condições de serem viáveis para determinada parcela da população que necessitam transitar efetuando uma alta quilometragem semanal, uma vez que os veículos elétricos ainda não comportam velocidade de recarga significativa para serem usados e propagados em larga escala no Brasil. Observa-se que, além da tecnologia não ter alcançado números satisfatórios, a acessibilidade nacional em relação à eletrificação no país encontra outro desafio que transcende a autonomia das baterias é a disponibilidade de pontos de recarga.

É perceptível que na última década, cada vez mais desafios econômicos a população brasileira tem enfrentado. Os parâmetros tecnológicos avançam e evoluem com o passar do tempo, de forma inversamente proporcional a capacidade monetária da população (Afya, 2023). Entretanto, dados demonstram que o ano de 2023 quebra a

regra da decrescente economia. Segundo o Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA), no segundo trimestre de 2023 o Brasil registrou a média salarial da população atingindo o valor de R\$: 2.900,00 (Dois mil e novecentos reais), marca que não é alcançada desde o mesmo período do ano de 2019.

Como é notório, o subsídio médio concedido à maioria das pessoas não é de grande valor agregado, uma vez que o investimento inicial para instalar uma estação de recarga domiciliar é relativamente elevado. Além disso, a acessibilidade das fontes de energia públicas ainda não é suficiente para atender às necessidades de uma demanda em que a sociedade tem o desejo de promover a inclusão prática de forma cada vez mais rápida, ao nível nacional.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O automóvel faz parte da evolução da sociedade. Desde que foi possível desenvolver um meio de transporte alternativo e independente do fator animal para locomoção, o desenvolvimento tecnológico permitiu com que cada vez mais a acessibilidade dos meios de transporte chegasse às grandes massas, alcançando praticamente a perfeição em conforto, segurança e conectividade atual. Todavia, o grande desafio da engenharia automotiva sempre foi a capacidade de se construir um meio de locomoção com o melhor aproveitamento termodinâmico da forma mais ecológica possível.

Atualmente, mais do que um desafio para alavancar o discurso da sustentabilidade e proteção do meio ambiente, é necessário serem analisados parâmetros sociais e econômicos do Brasil para a implantação de um sistema que ainda não é renovável. Com diversos problemas sociais e financeiros, a população brasileira ainda não está acostumada com um sistema que necessita de uma adaptação/instalação de fonte de recarga fixa nas residências, requerendo inclusive disposição financeira para a implantação.

Ademais, com uma quantidade que não é expressiva de pontos de recarga instalados pelas rodovias do país, a autonomia dos veículos elétricos e híbridos torna-se algo preocupante, uma vez que as pessoas terão de fazer rotas não tão longas e mais programadas para não terem o desconforto de não ter autonomia o suficiente para completar o percurso.



Dessa forma, uma possibilidade que visa reduzir alíquotas para comercialização e compra de veículos híbridos e elétricos, bem como a majoração de menor alíquota de IPVA, somente demonstra que tal medida beneficiará pessoas com alto poder aquisitivo, cuja realidade financeira permite ter a disposição para uso dos determinados meios de transporte, o que violaria a justiça fiscal. Todavia, com cada vez menos poder econômico, a maioria da população fica diante de um sistema que trará elevação das mesmas alíquotas para veículos que não se adequem às novas regras de emissões admitidas.

Por consequência, o IPVA VERDE não será uma adoção com alta eficiência no Brasil, uma vez que a acessibilidade à recarga, alto investimento na compra e manutenção do veículo e autonomia limitada, ainda que temporariamente, são empecilhos que afastam a realidade de meios de transporte híbridos e elétricos do país. É indiscutível que o avanço tecnológico dos meios mais eficientes e, ecologicamente amigáveis, chegará em larga escala ao acesso global, entretanto, deve-se discutir se realmente a parcela máxima da população terá acesso a tal evolução de forma economicamente viável e com plena usabilidade locomotora, ampliando a proteção ambiental sem reduzir a praticidade que o sistema atual, mesmo falho, ainda nos proporciona.

Com isso, propõe-se, com essa pesquisa que, é necessário tratar as questões ecológicas para o bem comunitário. Todavia, com as dificuldades enfrentadas para aplicação em larga escala dos veículos elétricos no Brasil, faz-se necessária a difusão e incentivo da redução de alíquotas de IPI dos veículos híbridos, com o objetivo de baratear a produção e, conseqüentemente, o valor final de venda desses veículos cujos propulsores estão em harmonia entre a praticidade da combustão interna aliados com a projeção e viés sustentável dos motores elétricos, não necessitando de logo tempo para recarga e mantendo o deslocamento na modalidade acessível de reabastecimento que já é comum e estabelecida em todos os meios de transporte.

Outrossim, é válida a discussão para aplicação da eletrificação da malha de transporte público intermunicipal, uma vez que as empresas fornecedoras do serviço possuem uma frota significativa de veículos, tornando viável a mudança da combustão interna para a eletricidade na realidade dos meios de transporte coletivos. Isso posto, as empresas poderiam manter parte de sua frota em circulação, enquanto a outra parte estaria em reabastecimento, uma vez que o sistema de transporte público consegue, com um único veículo, fazer o deslocamento de várias pessoas ao longo do dia, reduzindo

significativamente os índices poluentes atmosféricos e propagando a futura mudança para a eletrificação futura em sua totalidade.

## REFERÊNCIAS

AFYA. **MERCADO DE TRABALHO: DESAFIOS ECONÔMICOS PARA O BRASIL EM 2023**. 2023. Disponível em: <https://graduacao.afya.com.br/outras-graduacoes/desafios-economicos-brasil-2023>. Acessado em: 26 set. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA. **TAXA DE CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS – TAXA RODOVIÁRIA ÚNICA – COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA CUMULATIVA**. [s.d]. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/download/40557/39287>. Acessado em 14 set. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO DA FAZENDA. **TAXA RODOVIÁRIA ÚNICA – FATO GERADOR – POSSE DO VEÍCULO**. Parecer normativo CST nº94, de 27 de maio de 1974. 1974. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/download/42894/41615>. Acesso em: 14 set. de 2023.

ESTADÃO. **Retrato dos rendimentos do trabalho – resultados da PNAD Contínua do segundo trimestre de 2023**. Carta de Conjuntura, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/tag/massasalarial/#:~:text=A%20renda%20m%C3%A9dia%20habitual%20real,%2C%20imediatamente%20anterior%20%C3%A0%20pandemia>. Acessado 28 set. 2023.

IPEA. **retrato dos rendimentos do trabalho resultados da Pnad continua do primeiro trimestre de 2023**. 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2023/06/retrato-dos-rendimentos-do-trabalho-resultados-da-pnad-continua-do-primeiro-trimestre-de-2023/>. Acessado em 02 nov. 2023.

MOBILIDADE ESTADÃO. **Brasil chega a 3.200 eletro postos de recarga, 2023**. 2023. Disponível em: <https://mobilidade.estadao.com.br/inovacao/brasil-chega-a-3-200-eletropostos-de-recarga/#:~:text=O%20Brasil%20est%C3%A1%20encerrando%20o,de%202022%2C%20quando%20eram%202.955>. Acessado em: 28 set. 2023.

MUNDO CONECTADO. **Carros elétricos: cerca de 80 mil pontos de recarga estarão disponíveis no Brasil até 2030**. 2023. Disponível em: <https://www.mundoconectado.com.br/carros/carros-eletricos-cerca-de-80-mil-pontos-de-recarga-estarao-disponiveis-no-brasil-ate-2030/>. Acessado em 01 out. 2023.

NEOCHARGE. **NÚMERO DE CARROS ELÉTRICOS NO BRASIL**. 2023 Disponível em: <https://www.neocharge.com.br/carros-eletricos-brasil>. Acessado em 02 nov. 2023.

NISSAN. **Conheça o Nissan Leaf 2023.** 2023. Disponível em:

[https://www.nissan.com.br/veiculos/modelos/leaf.html?dcp=SEM-aon-leaf-SEA-](https://www.nissan.com.br/veiculos/modelos/leaf.html?dcp=SEM-aon-leaf-SEA-NissanAON-t1-CPC-18+-na-brn-non)

[NissanAON-t1-CPC-18+-na-brn-non](https://www.nissan.com.br/veiculos/modelos/leaf.html?dcp=SEM-aon-leaf-SEA-NissanAON-t1-CPC-18+-na-brn-non)

[prlea23020905105703060414080808129129129020371202343403084-BRA-](https://www.nissan.com.br/veiculos/modelos/leaf.html?dcp=SEM-aon-leaf-SEA-NissanAON-t1-CPC-18+-na-brn-non)

[lc&gclid=CjwKCAjwkY2qBhBDEiwAoQXK5bfjGbaQzqmlLbf\\_lK4J5\\_0j1G1q7pQCLloGePl11094d0uFBGBTtxoCjysQAvD\\_BwE#C402\\_cmp\\_feature\\_ff75-modal\].](https://www.nissan.com.br/veiculos/modelos/leaf.html?dcp=SEM-aon-leaf-SEA-NissanAON-t1-CPC-18+-na-brn-non) Acessado em 02 de novembro de 2023.

UOL. **Veja quais foram os carros híbridos mais vendidos no Brasil em julho, 2023.**

2023. Disponível em: <https://insideevs.uol.com.br/news/680863/carros-hibridos-mais-vendidos-julho/>. Acessado em: 28 set. 2023.

UOL. **Os 10 carros elétricos mais baratos do Brasil em 2023: preços e análises,**

**2023.** 2023. Disponível em: <https://autopapo.uol.com.br/noticia/carros-eletricos-mais-baratos-brasil/>. Acessado em 28 set. 2023.

UOL. **Os 10 carros mais baratos do Brasil em 2023; veja preços e equipamentos,**

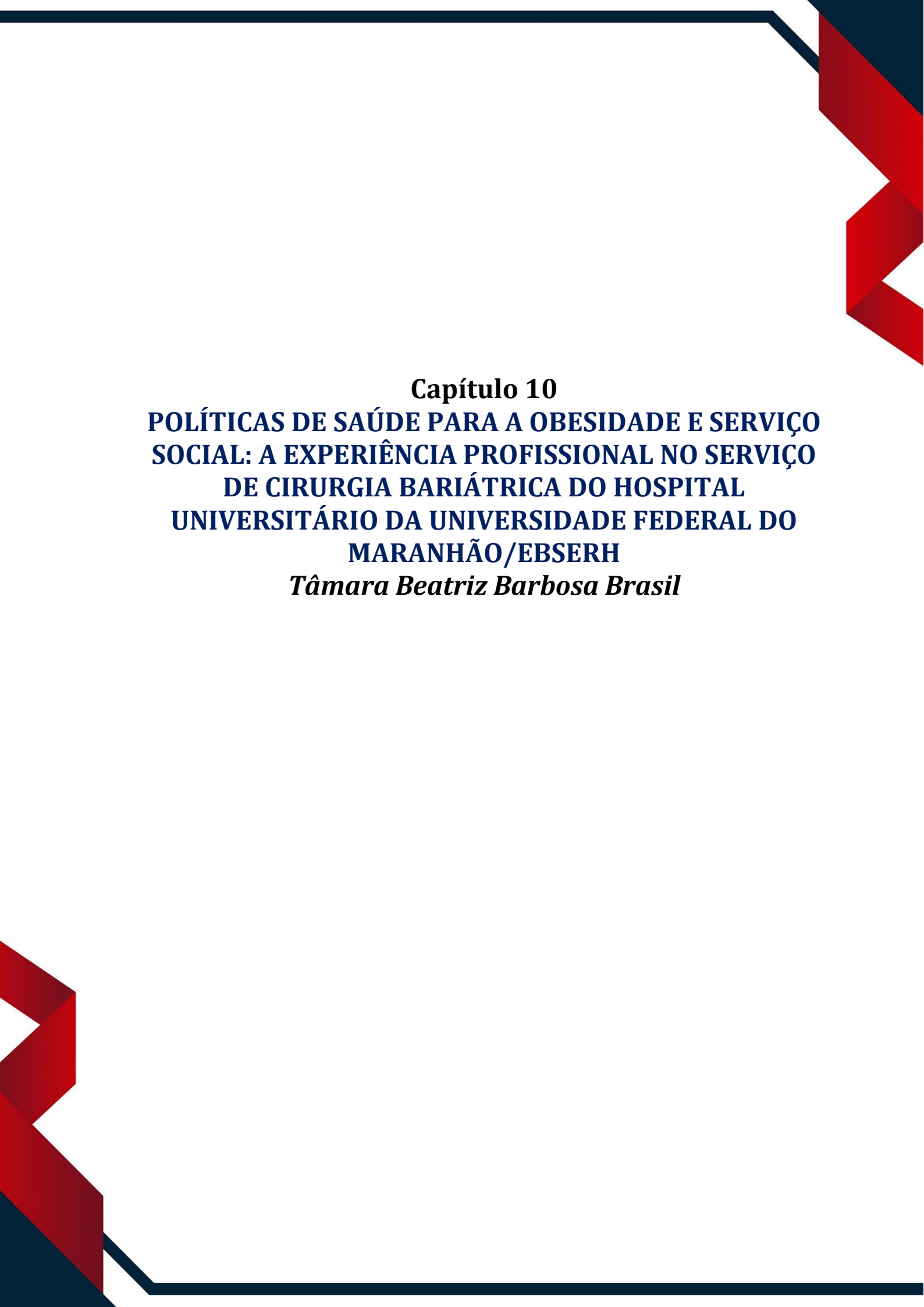
**2023.** 2023. Disponível em: <https://motor1.uol.com.br/features/629823/carros-mais-baratos-brasil>

[2023/#:~:text=1%C2%BA%20%2D%20Renault%20Kwid%20Zen%20%C3%A9%20o%20carro%20mais%20barato%20do%20Brasil&text=Conta%20com%20controles%20de%20estabilidade,e%20ilumina%C3%A7%C3%A3o%20diurna%20em%20LED.](https://motor1.uol.com.br/features/629823/carros-mais-baratos-brasil)

Acessado em 28 set. 2023.

VC S/A. **90% da população brasileira ganha menos de R\$ 3 mil por mês, 2023.**

2023. Disponível em: <https://vocesa.abril.com.br/dinheiro/90-da-populacao-brasileira-ganha-menos-de-r-3-mil-por-mes-veja-o-grafico>. Acessado em 24 set. 2023.



**Capítulo 10**  
**POLÍTICAS DE SAÚDE PARA A OBESIDADE E SERVIÇO**  
**SOCIAL: A EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO SERVIÇO**  
**DE CIRURGIA BARIÁTRICA DO HOSPITAL**  
**UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO**  
**MARANHÃO/EBSERH**  
*Tâmara Beatriz Barbosa Brasil*

**POLÍTICAS DE SAÚDE PARA A OBESIDADE E SERVIÇO SOCIAL: A  
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO SERVIÇO DE CIRURGIA BARIÁTRICA  
DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
MARANHÃO/EBSERH**

***Tâmara Beatriz Barbosa Brasil***

*Atua como Assistente Social do Serviço de Cirurgia Bariátrica do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão-HUUFMA/EBSERH; Mestra em Cultura dell' Unitá pelo Instituto Universitario Sophia Florença/Itália (2010); especialista em Serviço Social, Política Social e Seguridad Socia pela Pótere Social (em andamento); especialista em Parâmetros e Protocolos do Trabalho do/a Assistente Social na Saúde pela Pótere Social (2021) e especialista em Gestão Pública Municipal pela UFPI/UAB/CAPES (2014); graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí-UFPI (2007). E-mail: tamaradima@hotmail.com*

**RESUMO**

Refletir sobre as políticas de saúde para à obesidade a partir da experiência profissional do/a Assistente Social no Serviço de Cirurgia Bariátrica do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão é o objetivo deste trabalho. As reflexões são desenvolvidas a partir da análise do instrumental de entrevista social, compreendido como documento importante para a consolidação de estratégias de intervenção. Portanto, trata-se de um relato de experiência com abordagem qualitativa, elaborado através de observação participante e análise documental.

**Palavras-chave:** Políticas de Saúde; Serviço Social; SUS, Obesidade.

**ABSTRACT**

Reflecting on public Health for obesity from the professional experience of the Social Worker in the Bariatric Surgery Service of the University Hospital of the Federal University of Maranhão is the objective of this work. The reflections are developed from the analysis of the social interview instrument, understood as an important document for the consolidation of intervention strategies. Therefore, it is an experience

report with a qualitative approach, elaborated through participant observation and document analysis.

**Keywords:** Public Health; Social work; SUS, Obesity.

## 1 INTRODUÇÃO

Refletir sobre as políticas de saúde para a obesidade a partir da experiência profissional do/a Assistente Social no Serviço de Cirurgia Bariátrica do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão é o principal objetivo deste trabalho. As reflexões são desenvolvidas a partir da análise do instrumental de entrevista social, compreendido como documento importante para a consolidação de estratégias de intervenção. Portanto, trata-se de um relato de experiência com abordagem qualitativa, elaborado através de observação participante e análise documental.

Uma das motivações em desenvolver um trabalho desse tipo encontra-se no contexto de múltiplas transformações que estão ocorrendo no mundo do trabalho e na profissão de Serviço Social, mudanças estas que se expressam pela necessidade de troca de experiências e de aprofundamento de novos conhecimentos em torno da prática cotidiana de trabalho do/a assistente social no campo da atenção à saúde da pessoa com obesidade no Sistema Único de Saúde-SUS. Assim, o trabalho é relevante por também trazer elementos para o debate em torno das políticas públicas voltadas para o cuidado em saúde da pessoa com obesidade grave.

A obesidade, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), pode ser considerada como um agravo de caráter multifatorial e é na atualidade um expressivo problema social mundial. No Brasil os resultados da 14ª edição da pesquisa Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL) evidenciam que a obesidade atinge um em cada cinco brasileiros. Os resultados assinalam que a predominância da obesidade na população brasileira saltou de 11,8% em 2016 para 20,3% em 2019, e atualmente 55,4% dos brasileiros estão com sobrepeso (VIGITEL, 2020).

Os resultados da pesquisa de VIGITEL (2020) expõem a necessidade de que a obesidade seja alvo de políticas públicas integradas, uma vez que envolve aspectos multifatoriais que requerem estratégias intersetoriais e envolvem aspectos macropolíticos e econômicos da sociedade, e âmbitos individuais e sociais da vida

cotidiana. Áreas como educação, saúde, trabalho, lazer, assistência social, meio ambiente, cultura e transporte são alguns exemplos de esferas que precisam de um olhar interventivo e integrado para a formulação de estratégias de cuidado.

No âmbito do SUS, a publicação do Caderno de Atenção Básica (BRASIL, 2006), específico sobre obesidade, enfatizou aspectos tanto na configuração do problema quanto no seu enfrentamento. O caderno também apresenta que “[...] a obesidade pode ser compreendida como um agravo de caráter multifuncional envolvendo desde questões biológicas, ecológicas, econômicas, sociais, culturais e políticas” (BRASIL, 2006, p. 19). Nesse âmbito as estratégias de ação devem considerar a obesidade como fenômeno multifatorial que há aspectos transversais a serem abordados.

Nesse campo interventivo, os Serviços de Cirurgia Bariátrica encontram-se como alternativa de tratamento desenvolvidas no âmbito de Hospitais de alta complexidade para intervir na obesidade grave. A Cirurgia Bariátrica passou a ter status de direitos no rol de procedimentos ofertados pelo SUS a partir da publicação da Portaria GM/MS nº 252/1999. E a partir daí, houve significativos avanços sobre as garantias de direitos ao tratamento<sup>9</sup>.

É fundamental que no decorrer do desenvolvimento do trabalho em saúde a cirurgia bariátrica seja compreendida como procedimento que atua nas consequências da obesidade e não na sua causa, sendo de fundamental importância a participação de uma equipe multidisciplinar que tenham conhecimento das alterações provocadas pela obesidade e que possam auxiliar e motivar o usuário para o tratamento adequado (COSTA, 2009).

Nessa área, o profissional de serviço social é chamado a consolidar sua atuação para além de aspectos individuais da obesidade, consolidando estratégias interventivas cuja obesidade seja identificada em uma perspectiva de problema social, econômico e político. Sobre esse ponto são valiosos os argumentos de Bravo (2006), quando esclarece que o exercício profissional do assistente social não se reduz à ação exclusiva sobre as questões subjetivas vividas pelo usuário, e nem à uma concepção especializada nas diversas patologias médicas, mas a uma atuação sobre a “[...] compreensão dos aspectos

---

<sup>9</sup> Para um maior aprofundamento sobre as alterações nas legislações publicadas pelo Ministério da Saúde sobre os critérios de indicação e garantias de direitos ao tratamento ver: BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Assistência de Média e Alta Complexidade no SUS. Brasília: CONASS, v. 4, 223p. 2011; Danielly Batista. Gastos com a cirurgia bariátrica no Sistema Único de Saúde: um estudo com hospitais de referência no período 2010-2014.

sociais, econômicos, culturais que envolvem o processo saúde doença e a busca de estratégias para o enfrentamento dessas questões” (BRAVO, 2006, p 43).

Assim, ao trabalhar no campo da atenção à saúde da pessoa com obesidade grave, o/a assistente social deve compreender à obesidade como expressão da questão social “[...] como problema de saúde pública e como política social, necessitando cuidados e esforços com a promoção de saúde primária e preventiva” (FELIPE, 2003, p. 10).

## **2 SERVIÇO SOCIAL E CUIDADO/ATENÇÃO HOSPITALAR À OBESIDADE NO SUS**

Para substanciar a análise da atuação do/a assistente social no cuidado/atenção hospitalar à obesidade no SUS, o ponto de partida será a caracterização do espaço de trabalho em que se dá a experiência de trabalho. O Serviço de Cirurgia Bariátrica do HUUFMA é o espaço sócio-ocupacional do assistente social, descrito como um dos serviços ofertados no âmbito das políticas públicas em saúde para a pessoa com obesidade. Esse Serviço é desenvolvido no SUS, e traz consigo dilemas e perspectivas impressas no atual contexto de desmonte das políticas públicas de saúde.

Após a caracterização do campo de atuação em que se dá a experiência profissional, apresentamos os principais aspectos do fazer profissional à luz do instrumental de entrevista social. O texto traz análises dos principais aspectos abordados durante a entrevista social, que auxiliam o/a profissional na consolidação de estratégias de intervenção.

### **2.1 O Serviço de Cirurgia Bariátrica do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão-HUUFMA**

O Serviço de Cirurgia da Bariátrica do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão-HUUFMA é desenvolvido no âmbito da Linha de Cuidado do Sobrepeso e da Obesidade, na qual o HUUFMA é habilitado como Unidade de Assistência de Alta Complexidade ao usuário com Obesidade Grave no estado do Maranhão. Criado no ano de 2002, o serviço atualmente é referência em atendimento especializado no Estado do Maranhão, e consolida-se como centro de formação para os profissionais que atuarão na área de Cirurgia Bariátrica.



As ofertas de vagas para entrada de usuários são realizadas de forma normatizada, obedecendo às indicações do Ministério da Saúde determinadas na portaria de nº 425/GM/MS, de 19 de março de 2013, que define critérios de indicações e contra-indicações. O procedimento cirúrgico é indicado para pessoas com obesidade grave, sem sucesso no tratamento clínico longitudinal realizado na Atenção Básica e/ou na Atenção Ambulatorial Especializada, por no mínimo dois anos e que tenham seguido protocolos clínicos. A maioria dos usuários com indicação apresenta alto risco cardiovascular, diabetes mellitus e/ou hipertensão arterial sistêmica de difícil controle, apneia do sono e doenças articulares degenerativas.

O Serviço de Cirurgia Bariátrica prevê, de acordo com as portarias nº 424 e 425/GM/MS do ministério da saúde, uma atuação multidisciplinar com ações no da pessoa com obesidade a partir de uma abordagem humanizada, com enfoque na promoção da saúde e na prevenção de outras doenças crônicas. Ele conta com uma equipe multiprofissional composta por três cirurgiões do aparelho digestivo, uma assistente social, duas nutricionistas, uma psicóloga, um educador físico, uma psiquiatra, duas endocrinologistas, um anestesista, duas enfermeiras, duas técnicas em enfermagem e um auxiliar administrativo.

Os profissionais que compõem a equipe realizam avaliações individualizadas, e suas intervenções seguem fluxo observando as especificidades do usuário e consolidam plano de cuidados para o período pré e pós-cirúrgico. No âmbito das atribuições, competências e responsabilidades, dentro de um fluxo de atuação, as ações da equipe se desenvolvem de forma diferenciada em cada uma das três fases do cuidado (pré, pós cirúrgico imediato e pós).

Sobre o fluxo de entrada e acompanhamento, o usuário é encaminhado de forma regulada, após avaliação de profissional que atuam nos três níveis de atenção à saúde no âmbito do SUS.

No fluxo de atendimento, ao profissional de Serviço Social, compete a avaliação sobre os determinantes sociais relacionados, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), com as condições em que o usuário vive e trabalha. Em uma análise mais ampla os aspectos observados pelo profissional de serviço social sobre os determinantes sociais, como evidencia a Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS), são “[...] os fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de

risco na população” (BUSS e PELIGRINE FILHO, 2007, p.78). O/a assistente social faz o acompanhamento social durante o tratamento pré e pós cirúrgico, atuando na análise das questões sociais presentes na dinâmica de vida e cuidado da pessoa com obesidade grave.

### **2.1.2 A atuação profissional do/a assistente social a luz do instrumental de entrevista social**

A atuação do/a assistente social no Serviço de Cirurgia Bariátrica se dá nas fases pré e pós-operatória. Dentre as atividades desenvolvidas no setor e previstas no protocolo de atendimento do Serviço Social estão: acolhimento aos usuários, familiares/rede de apoio social no pré e pós-cirúrgico; realização de entrevista e/ou estudo social, objetivando compreender a situação socioeconômica (habitacional, trabalhista, saúde e previdenciária) e familiar dos usuários; educação em saúde; orientação sobre os serviços disponíveis no Hospital Universitário e encaminhamentos para rede socioassistencial.

Compreende-se que é durante os atendimentos com o/a Assistente Social (subsidiado pelas informações presentes na entrevista social) que serão realizadas avaliações e intervenções sobre os fatores determinantes e condicionantes da saúde. A entrevista social é instrumental técnico-operativo fundamental para captar as múltiplas expressões da questão social e nortear a intervenção profissional.

A entrevista do serviço social é compreendida como instrumento mediador no processo de conhecimento e intervenção profissional, possibilitando aproximação da demanda e ampliação das possibilidades interventivas diante das expressões da questão social (RODRIGUES, 2014).

A entrevista é um instrumental técnico-operativo que permite realizar uma escuta qualificada e estabelecer uma relação dialógica intencional com o usuário, através da qual se busca conhecer a realidade social, econômica, cultural e política onde este está inserido e que incide direta ou indiretamente sobre as suas demandas (FAERMANN, 2014, p.82).

Na aplicação do instrumental há intencionalidade de reconhecer aspectos que impactam o processo de saúde/doença do usuário, e para isso os referenciais teóricos adquiridos ao longo da formação acadêmica são importantes para desvelar os dados trazidos pelo usuário. Desse modo, a entrevista “[...] além de ser um instrumento de uso cotidiano para muitos profissionais, é imprescindível aos que lidam diretamente com os usuários. Sua importância está em permitir aos assistentes sociais o conhecimento da realidade [...]” (FAERMANN, 2014, p.317).

A entrevista social aqui analisada foi consolidada e redefinida, a partir da experiência cotidiana de atendimento direto aos usuários do Serviço de Cirurgia Bariátrica, ao longo de seis anos de atuação. Assim, a partir do cotidiano de atuação e do aprofundamento teórico sobre as questões relacionadas ao objeto de trabalho, foram sistematicamente sendo realizadas modificações no instrumental proposto formalmente pela instituição, e foram consolidadas alterações a partir da inclusão de aspectos específicos para o público-alvo.

A entrevista é semiestruturada e composta por questões abertas e de múltipla escolha. Ela é realizada em sala de atendimento individual, na qual há espaço amplo e sigiloso para garantia de sigilo. A presença do *Sistema* de Gestão Hospitalar para Hospitais Universitários-AGHU possibilita a obtenção de informações prévias dos usuários. É nesse sistema que ficam disponibilizados dados da entrevista social para conhecimento da equipe multiprofissional – nesse aspecto o sigilo profissional estabelecido no código de ética é observado, e as informações inseridas são dentro do estritamente necessário.

O instrumental está organizado em blocos de questões semiestruturadas, divididos em diferentes aspectos da vida do usuário. A sequência de questionamento não obedece a uma ordem rigorosa, procurando-se assim manter uma proposição de diálogo que traga acolhimento na condução das questões pretendidas. Em algumas ocasiões, não raras vezes, vale-se da espontaneidade do usuário para aprofundamento de aspectos presentes na entrevista social, sem haver necessidade de uma rigidez em sua aplicação. A intervenção é consolidada observando uma intervenção dialogada e de troca.

Na aplicação do instrumental procura-se desenvolver uma dinâmica de empatia e acolhimento, estando no momento presente com o usuário, compreendendo-o como pessoa de direito e com autonomia, conforme os aspectos éticos políticos da profissão. Para a condução de uma ação desse tipo, é relevante o conhecimento sobre a estruturação do cuidado em saúde para a pessoa com obesidade grave, sobre os diferentes papéis dos profissionais da equipe multiprofissional e as normas e rotinas do hospital e ambulatório.

O conhecimento a respeito da área de atuação auxilia no diálogo com o usuário, nos aspectos pedagógicos de educação em saúde e na consolidação de estratégias interventivas. Em muitos casos, os questionamentos e dúvidas trazidas durante a Entrevista Social não são em matéria do serviço social. O profissional, então, auxilia na mediação e interpretação desses questionamentos, indicando os profissionais da equipe que podem dar respostas e direcionamentos práticos.

No primeiro momento da entrevista é realizada a identificação do/a profissional e são apresentados os objetivos da entrevista. Logo após, são aprofundados os aspectos que envolvem os questionamentos. Para uma análise avaliativa sobre a entrevista social, dividimos o instrumental em cinco aspectos: socioeconômicos e demográficos; habitacionais/saneamento básico; família e rede de suporte social; indicação e expectativas para o tratamento e inserção social e estilo de vida.

No aspecto que envolve os dados socioeconômicos e demográficos, observa-se que a obesidade atinge diferentes etnias. Um fator interessante é que no Estado do Maranhão, mesmo com aproximadamente 35 mil indígenas (Censo 2010, IBGE), não há registro no Serviço de Cirurgia Bariátrica de atendimento para usuários Indígenas. Para esses fatos ficam questionamentos sobre o modo como a obesidade incide nos povos indígenas e se os modos de vida e alimentação têm impactos nesse indicador. Procura-se identificar aspectos religiosos que possam interferir no cuidado e escolhas terapêuticas, e são rotineiros os relatos de usuários que associam a obesidade como pecado ou castigo divino.

Sobre a escolaridade, pesquisas como a VIGITEL (2020) relacionam-na como indicador para o sobrepeso. Na prática observa-se que usuários com maior nível de escolaridade têm mais acesso a informações sobre a cirurgia bariátrica, e com isso expectativas mais realistas do tratamento. Sobre ocupação/profissão, não são raros os usuários que procuram o serviço com o objetivo de retorno ao mercado de trabalho. Sobre isso Teixeira e Dias (2015, p.04), ao estudarem a relação entre o excesso de peso e seus efeitos nas condições de salário e emprego, apontam que “[...] no mercado de trabalho a discriminação por peso aparece sob a forma de salários reduzidos e diminuição das chances de emprego [...]”<sup>10</sup>.

Sobre os aspectos que envolvem indicadores habitacionais e de saneamento básico, ainda há registros de usuários que não têm acesso regular à água tratada e saneamento. Nesses casos, procura-se realizar encaminhamentos e realizar educação em saúde, tendo em vista que a qualidade de uso de água e acesso a saneamento são fatores determinantes no processo de saúde e nos cuidados pré e pós-operatório.

---

<sup>10</sup> Sobre estudos acerca da relação entre o excesso de peso e seus efeitos nas condições de salário e emprego é possível ver o trabalho de TEIXEIRA, A.D. e DIAZ, M.D.M. Evidências brasileiras sobre o impacto da obesidade no salário. Working Paper Series, Nº 2015-32. Fea-Usp, 2015.

Sobre condições impróprias de moradia, há possibilidades de orientações e encaminhamentos para programas habitacionais. Em um número expressivo de casos, há presença de barreiras arquitetônicas na moradia com relatos de ausência de infraestrutura para acessibilidade da pessoa com obesidade grave na própria residência. Também há dificuldade de mobilidade por conta da localização da moradia em terrenos íngremes e em áreas da cidade com escassez de políticas de transporte urbano apropriadas.

No terceiro aspecto, que diz respeito à indicação e expectativas para o tratamento, os dados presentes na entrevista trazem critérios de indicações (IMC e comorbidades associadas à obesidade) e histórico de tratamentos anteriores. Em um número expressivo de casos, os usuários são encaminhados para o serviço de cirurgia bariátrica sem ter realizado tratamento prévio para obesidade. Este é um fato que destoa das normatizações do Ministério da Saúde, que prevê que o usuário precisaria ter realizado dois anos de tratamento sequencial sem sucesso para poder ser encaminhado para Cirurgia Bariátrica. Sobre isso, o público atendido constantemente aponta dificuldades no acesso e escassez de serviços para o cuidado da pessoa com obesidade, ofertados pelo SUS na atenção primária e de média complexidade.

Sobre os objetivos alcançados com a cirurgia, o público atendido aponta que pretende ter melhora rápida da condição de saúde e atingir um excelente nível de qualidade de vida. No imaginário de muitos e nos relatos sobre as expectativas, a cirurgia é interpretada como um passe de mágica que solucionará de vez o problema da obesidade, trazendo melhoras nos aspectos físicos e mentais. Observa-se um componente ilusório nas falas de usuários e familiares, na qual se acredita que a partir da realização da cirurgia bariátrica os problemas de saúde irão desaparecer ou melhorar e o usuário voltará a gozar de qualidade de vida.

No que se refere ao aspecto sociofamiliar, a análise é realizada para subsidiar a compreensão e atuação sobre as questões relativas à rede de apoio, aos fatores de proteção e desproteção social que podem repercutir no acesso e adesão efetiva aos planos de cuidado consolidados entre usuários e profissionais ao longo do acompanhamento. As questões procuram captar informações a respeito dos vínculos históricos de obesidade na família, possibilidades de suporte e apoio para o tratamento. Observam-se ainda aspectos culturais que envolvem a dinâmica familiar, acesso a alimentação saudável e inquietações familiares acerca do procedimento bariátrico.

A partir da compreensão de que um tratamento bariátrico eficaz está associado a alterações de hábitos e estilo de vida, o profissional de Serviço Social procura identificar, nas informações da entrevista social, os impactos da cirurgia bariátrica no cotidiano pessoal e familiar do usuário. O usuário é orientado acerca do seu protagonismo no cuidado pessoal com a saúde e sobre o papel da rede de apoio sociofamiliar.

No que diz respeito aos aspectos que envolvem a inserção social e estilo de vida, procura-se compreender as atividades de lazer, prática de exercícios físicos, uso de substâncias psicoativas, preconceitos enfrentados e dificuldades que possam ter no campo da interação social. Durante a realização das entrevistas sociais um número expressivo de usuários apresenta relatos de elevados níveis de isolamento social.

Observa-se nos relatos que um percentual significativo de usuários apresenta em sua fala vivências de preconceito, discriminação a interação social negativa, incluindo a sensação de ser constantemente observado e discriminado, o que tem contribuído para elevados índices de isolamento e impacto na saúde mental.

Sobre os locais que costumam frequentar, os relatos são de evasão de espaços públicos. Muitos referem não sair de casa por não gostar, por falta de acessibilidade ou por receio da discriminação. Desse modo, os depoimentos evidenciam que a falta de inserção na comunidade contribui para o declínio da saúde física e mental da pessoa com obesidade grave.

### **3 CONCLUSÃO**

No campo das políticas públicas para obesidade as histórias de vida, os constantes relatos de frustração na busca por tratamento nos níveis de atenção básica e média complexidade mostram a necessidade de maiores investimento nesses níveis de atenção para o cuidado à pessoa obesa.

São recorrentes relatos de usuários que só conseguiram acessar um serviço voltado para o tratamento da obesidade quando atingiram um grau de obesidade gravíssimo. A gravidade de muitos casos chega a ser tão expressiva que a cirurgia bariátrica acaba sendo o único tratamento integrado disponível pelo SUS, com resultados reconhecidamente comprovados. Observa-se o necessário fortalecimento das ações e investimentos em controle da obesidade no âmbito da atenção primária.

É necessário que o Assistente Social estimule cada vez mais a participação dos usuários nos espaços de controle social e participação popular, instigando o debate sobre as dificuldades para acesso aos serviços de cuidado à obesidade.

No entanto, é importante compreender que a experiência profissional do assistente social se desenvolve em meio aos impactos da contrarreforma do Estado no nosso local de trabalho. Atualmente o profissional está inserido em um contexto de expressivo desmonte dos direitos sociais, caracterizado pela ausência de financiamento, recursos e precarização do trabalho no SUS. Nesse contexto são válidas e desafiantes as reflexões de Iamamoto (2005),

O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários (IAMAMOTO, 2005, p.100).

Portanto, na atualidade, para consolidar uma prática profissional que não seja fatalista e nem messiânica, que busquem viabilizar direitos e ampliar espaços de participação popular e reconhecer a saúde como um direito social, é preciso atualizar-se constantemente, recomeçar com esperança e agir segundo o projeto ético-político profissional<sup>11</sup>.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde. **Caderno de atenção básica-obesidade nº12**, 2006.

\_\_\_\_ Ministério da Saúde. **VIGITEL Brasil 2019: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2020.

\_\_\_\_ Ministério da Saúde. **Portaria nº 252, MS, de 19 de fevereiro de 2013**. Institui a Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União 2013; 20 fev.

\_\_\_\_ Ministério da Saúde. **Portaria nº 424, MS, de 19 de março de 2013**. Redefine as diretrizes para a organização da prevenção e do tratamento do sobrepeso e obesidade como linha de cuidado prioritária da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas. Diário Oficial da União 2013; 28 jun.

---

<sup>11</sup> Sobre o projeto ético político profissional do serviço social é possível ver o trabalho de MOTA, A. E. et al. (Org.). Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2009, p. 197-217.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Portaria nº 425, MS, de 19 de março de 2013**. Regulamento técnico, normas e critérios para a Assistência de Alta Complexidade ao Indivíduo com Obesidade. Diário Oficial da União. Brasília – DF. 2013.

\_\_\_\_\_. Resoluções nº 290/94, 293/94, 333/96 e 594/11, CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. 10ed. rev. atual. Brasília-DF, 2012.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Assistência de Média e Alta Complexidade no SUS**. Brasília: CONASS, v. 4, 223p. 2011;

BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C. **Projeto ético-político do Serviço Social e sua relação com a reforma sanitária**: elementos para o debate. In: MOTA, A. E. et al. (Org.). Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2009, p. 197-217

BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI, Alberto Filho. A saúde e seus determinantes sociais. *Physis: Revista de Saúde Coletiva [online]*. 2007, v. 17, n. 1 [Acessado 29 Agosto 2022], pp. 77-93. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73312007000100006>>. Epub 21 Ago 2007. ISSN 1809-4481. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312007000100006>.

CFESS. **Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde**. Brasília, DF, 2010.

FELIPPE, F. **O peso social da obesidade**, Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica, 2001. Tese (Doutorado em Serviço Social) Faculdade de Serviço Social.

\_\_\_\_\_. Obesidade como um problema social: novas demandas profissionais ao Serviço Social. *Revista Katálysis*, v.7, n. 2, 2004. p.239-248.

GONÇALVES, Maria da Conceição V. O Estado e a questão social. *Revista Universidade e Sociedade*. V. 5, Aracajú, 1995, p. 52-84.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 8.º ed., São Paulo: Cortez, 2005.

NEVES, A. dos S.; MENDONÇA, A. L. DE O. Alterações na identidade social do obeso: do estigma ao fatpride. *DEMETERA: Alimentação, Nutrição & Saúde*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 619-631, ago. 2014.

RODRIGUES, Samara Moraes. **Entrevista em serviço social: uma rediscussão crítica do instrumento técnico-operativo**. f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Belém, 2014.

TEIXEIRA, A.D. e DIAZ, M.D.M. Evidências brasileiras sobre o impacto da obesidade no salário. *Working Paper Series*, Nº 2015-32. Fea-Usp, 2015.



## AUTORES

**Adive Cardoso Ferreira Júnior**

Doutorando em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Mestre em Economia Regional e Políticas Públicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC. Especialista em Direito e Processo Tributário pela Universidade Estácio de Sá. Professor de Direito da Unex (BA) e Anhanguera (BA). Advogado. E-mail: adivejunior@outlook.com

**Alexsandro Vieira**

Bacharel em Direito pela Unex. E-mail: alexsandro.santos5@ftc.edu.br

**Ariane Miguel Pereira de Azevedo**

Graduanda em Serviço Social pela Universidade de Brasília, integrante do Programa de Educação Tutorial em Serviço Social (PET-SER) e integrante do grupo de pesquisa Democracia, Sociedade Civil e Serviço Social - GEPEDSS. Atualmente pesquisa sobre ações afirmativas para alunos com deficiência.

**Bruna Giovanna Oliveira Costa**

Acadêmica do curso Licenciatura em Matemática pelo Instituto Federal do Maranhão (IFMA). Técnica em Edificações pelo IFMA (2019). Foi pesquisadora PIBIC Superior no período de 2022-2023, na área da Educação, atuando principalmente, nas áreas das Ciências Humanas com foco em Gênero e Raça. Participou como voluntária do Projeto de Ensino intitulado "Práticas de laboratório de ensino de matemática na educação básica: entre os sentidos e significados" atuando no ensino fundamental.

**Bruno Santos da Costa**

Bacharel em Direito pela Unex. E-mail: brunoscosta12@hotmail.com

**Carla Rafaela Pinheiro**

Assistente Social. Especialista em Atenção à Saúde Renal pela Residência Multiprofissional em Saúde do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (HU-UFMA). Residente em Atenção à Saúde da Criança pela Residência Multiprofissional em Saúde do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (HU-UFMA). E-mail: rafaelapinheiross2018@gmail.com

**Carlos Siqueira Monteiro**

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará.

**Claudicéa Alves Durans**

Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (2019). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (2002), Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão (1993). Professora Associada Nível 2 do Magistério Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão/IFMA. É membro do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre África e o Sul Global (NEÁFRICA). Membro do Grupo de Estudos sobre Movimentos Sociais, Questão Social e Identidades GEMS-QI com atuação interdisciplinar e interinstitucional de estudos, debates, pesquisas e extensão, constituído por professores pesquisadores da Universidade Federal do Maranhão do Departamento de Serviço Social (DESES), do Curso de Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-brasileiros (LIESAFRO), do Curso de Ciências Humanas do Campos de Codó, e por professores do Instituto Federal do Maranhão (IFMA) dos campi Monte Castelo e Maracanã. O grupo possui ainda articulação com professores pesquisadores da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Roraima (UFRR). Neste grupo coordena a linha de pesquisa Educação, Relações Étnico-raciais e de Gênero. Foi Diretora da pasta de Formação do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE). Tem experiência profissional e de pesquisa na área de Educação e Políticas Públicas com destaque aos temas: políticas sociais, políticas de ações afirmativas, relações étnico-raciais, inclusão social, diversidade cultural, prática docente e educação. Autora do Livro: Políticas de Raça e Classe no Brasil: uma crítica marxista. São Paulo: Sundermann, 2021.

**Glaucejane Galhardo da Cruz de Castilho**

Assistente Social. Mestra em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: glaucejane.castilho@huufma.br.

**Isabela Pinho de Lucena**

Possui Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional - PPDSR/UEMA, Especialização em Gestão e Educação Ambiental e graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (2004). Foi diretora do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental (2019-2021) no Campus UEMA/São Bento, atualmente é Diretora do Campus UEMA/São Bento. Foi professora substituta da Universidade Estadual do Maranhão (2019 - 2022). Atua na área da Geografia, com ênfase em Gestão Ambiental e Desenvolvimento regional sustentável.

**Isadora Ribeiro e Silva**

Assistente Social. Residente em Atenção à Saúde da Mulher pela Residência Multiprofissional em Saúde do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (HU-UFMA). Email: isadoraribeiros96@gmail.com.

**Jeremias Campos Simões**

Doutor em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Espírito Santo. Docente no Centro Universitário Salesiano - Unisales.

**João Vítor Pereira de Lima**

Graduando em Serviço Social - Bacharelado na Universidade de Brasília (UnB). Participante do Grupo de Estudos Marxistas e Pesquisas em Política Social e Trabalho (GEMPP - UnB) e integrante do Programa de Educação Tutorial de Serviço Social da UnB (PET/SER - UnB).

**Joásley Martins Neri**

Graduando em serviço social pela Universidade de Brasília, integrante do Programa de Educação Tutorial em Serviço Social (PET-SER) e integrante do grupo de pesquisa COMPASS (Comunicação Pública e Serviço Social pela Universidade de Brasília), tendo como foco pesquisas sobre comunicação social em Serviço Social, Classes e Estado, políticas públicas em Serviço Social.

**Juliana Ramos Dumont**

Graduanda em Serviço Social na Universidade de Brasília, integrante do Programa de Educação Tutorial (PET-SER) e integrante do grupo de pesquisa NEPPoS (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social da Universidade de Brasília).

**Magno Vasconcelos Pereira Junior**

Pós-doutorado pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará NAEA/UFPA. Doutor e Mestre em Geografia, Planificação Territorial e Gestão Ambiental pela Universidade de Barcelona - Espanha, com equivalência ao sistema educacional brasileiro pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Durante os 2 últimos anos de estudos do doutorado foi bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Obteve graduação em Administração de empresa pela faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas de São Luís do Maranhão e Graduado em Licenciatura em Geografia pela Universidade Paulista - UNIP. Atualmente atua como professor visitante do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. Nos últimos cinco anos tem-se dedicado com exclusividade ao estudo na área da Geografia Urbana, temas relacionados com Metamorfose dos Espaços Públicos, a produção dos espaços, centro históricos, territorialização e desterritorialização.

**Maria Cristina Dadalto**

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Docente Associada da Universidade Federal do Espírito Santo.

**Nicleia Sousa Paulista**

Bacharel em Direito pela Unex. E-mail: nicleia.sousa@gmail.com

**Paulo Henrique Silva Pereira Junior**

Bacharel em Ciências Econômica pela Universidade Federal do Piauí- UFPI (2017). Mestre em Gestão Pública- UFPI (2022). Especialista em Finanças Aplicadas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas- PUC Minas (2021).

**Pedro Henrique Almeida Bezerra**

Doutor em Sociologia (PPGS/UECE), Mestre em Sociologia (PPGS/UFC) e Bacharel em Serviço Social (UECE). Contato: pedroalmeidaseso@gmail.com

**Raíssa Liberal Coutinho**

Graduanda em Serviço Social pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social - NEPPoS e do Programa de Educação Tutorial em Serviço Social. Também atua como atriz e artista independente, bem como professora de música no cenário brasiliense, buscando uma atuação no Serviço Social mais próxima da arte.

**Samille Gardênia da Rocha Pereira**

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí- UFPI (2018). Pós-graduada em Projetos Sociais e Políticas Públicas – FAVENI (2020). Especialista na Atenção à Saúde do Adulto e do Idoso pela Universidade Federal do Maranhão- UFMA (2024).

**Silvanir Destefani Sartori**

Doutorando em Ciências Sociais e mestre em Administração pela Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista de pós-graduação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

**Tâmara Beatriz Barbosa Brasil**

Atua como Assistente Social do HUUFMA/EBSERH e do Núcleo Intersectorial de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto- NIASMA; Mestre em Cultura dell' Unitá pelo Instituto Universitario Sophia Florença/Itália (2010); especialista em Serviço Social, Política Social e Seguridade Socia pela Pótere Social (em andamento); especialista em Parâmetros e Protocolos do Trabalho do/a Assistente Social na Saúde pela Pótere Social (2021) e estão Pública Municipal pela UFPI/UAB/CAPES (2014); graduada em Serviço Social pela UFPI (2007).

**Vera Paracampo**

Professora Doutora de Serviço Social na Universidade Federal do Pará.

**Vivian Broni Guimarães**

Assistente social formada pela Universidade Federal do Pará. Pós-graduanda em serviço social na área sociojurídica.



  
**Editora**  
**UNIESMERO**

ISBN 978-655492058-2



9 786554 920582